

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	10
3.4 - Política de destinação dos resultados	11
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	13
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	14
3.7 - Nível de endividamento	15
3.8 - Obrigações	16
3.9 - Outras informações relevantes	17

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	18
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	28
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	33
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	55
4.5 - Processos sigilosos relevantes	56
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	57
4.7 - Outras contingências relevantes	58

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	59
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	60
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	61
5.3 - Descrição dos controles internos	64
5.4 - Programa de Integridade	78
5.5 - Alterações significativas	81
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	82
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	83
6.3 - Breve histórico	84
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	91
6.6 - Outras informações relevantes	92
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	93
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	95
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	96
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	98
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	106
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	107
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	109
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	112
7.8 - Políticas socioambientais	113
7.9 - Outras informações relevantes	114
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	115
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	116

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	117
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	118
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	119
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	123
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	124
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	125
9.2 - Outras informações relevantes	129
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	130
10.2 - Resultado operacional e financeiro	143
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	152
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	154
10.5 - Políticas contábeis críticas	156
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	157
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	158
10.8 - Plano de Negócios	159
10.9 - Outros fatores com influência relevante	160
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	161
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	162
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	163
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	167
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	174
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	176
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	177

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	180
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	181
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	182
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	184
12.12 - Outras informações relevantes	186

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	187
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	190
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	194
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	195
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	196
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	197
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	198
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	199
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	200
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	201
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	202
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	203
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	205
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	206
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	207
13.16 - Outras informações relevantes	208

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	209
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	212
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	213
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	215
14.5 - Outras informações relevantes	216
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	217
15.3 - Distribuição de capital	229
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	230
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	231
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	232
15.7 - Principais operações societárias	233
15.8 - Outras informações relevantes	239
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	240
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	241
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	250
16.4 - Outras informações relevantes	251
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	252
17.2 - Aumentos do capital social	253
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	254
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	255
17.5 - Outras informações relevantes	256
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	257

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	258
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	259
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	260
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	261
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	262
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	263
18.8 - Títulos emitidos no exterior	264
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	265
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	266
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	267
18.12 - Outras informações relevantes	268

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	269
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	270
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	271

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	272
20.2 - Outras informações relevantes	273

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	274
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	276
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	277
21.4 - Outras informações relevantes	278

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Michael Lenn Ceitlin

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores



Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54

DECLARAÇÃO

MICHAEL LENN CEITLIN, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo/SP, à Rua domingos Augusto Setti, 224 apto. 181, bairro Chácara Klabin, CEP 04116-070, CPF 295.996.600-72 e RG 6007913129/SSP-RS, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da MUNDIAL S.A – PRODUTOS DE CONSUMO, declara que: (a) reviu o Formulário de Referência exercício encerrado em 2017; (b) todas as informações contidas do formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos Arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contidos é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 29 de maio de 2018.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Não se aplica a Companhia.



Mundial S.A. - Produtos de Consumo
Companhia Aberta
CNPJ: 88.610.191/0001-54

DECLARAÇÃO

MICHAEL LENN CEITLIN, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, residente e domiciliado em São Paulo/SP, à Rua domingos Augusto Setti, 224 apto. 181, bairro Chácara Klabin, CEP 04116-070, CPF 295.996.600-72 e RG 6007913129/SSP-RS, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da MUNDIAL S.A – PRODUTOS DE CONSUMO, declara que: (a) reviu o Formulário de Referência exercício encerrado em 2017; (b) todas as informações contidas do formulário atendem ao disposto na instrução CVM nº 480, em especial aos Arts. 14 a 19; e (c) o conjunto de informações nele contidos é retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 29 de maio de 2018.

Michael Lenn Ceitlin
Diretor Presidente
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	30/04/2012 a 31/12/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria geral das Demonstrações Contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total dos honorários referente serviços prestados de auditoria externa foi de R\$320.000,00. Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, revisões trimestrais da Companhia e suas controladas, individual e consolidada, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wladimir Omiechuk	30/04/2012 a 31/12/2016	315.757.570-87	Av. Borges de Medeiros, 2233 - 8º andar, Centro, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 33036000, Fax (51) 33036001, e-mail: womiechuk@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	1236-0
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CPF/CNPJ	21.601.212/0001-02
Período de prestação de serviço	01/01/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria geral nas demonstrações financeiras trimestrais e anuais.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Total dos honorários referente serviços prestados de auditoria externa foi de R\$ 157.062,00 (cento e cinquenta e sete reais e sessenta e dois reais). Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, revisões trimestrais da Companhia e suas controladas, individual e consolidada, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.
Justificativa da substituição	Atender ao disposto no Art. 31 da CVM 308/1999, que determina o rodízio obrigatório do auditor independente a cada 5 (cinco) anos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
SERGIO LAURIMAR FIORAVANTI	01/01/2017	363.631.380-00	Av. Borges de Medeiros, 2500, Conj. 1105, Praia de Belas, São Paulo, SP, Brasil, CEP 90110-150, Telefone (51) 21251400, e-mail: sergio.fioravanti@bakertillyrs.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Informamos que a Baker Tilly Brasil Auditores Independentes Sociedade Simples é a empresa que presta serviços de auditoria externa relacionadas aos exames das demonstrações financeiras da Mundial S/A e respectivas controladas referente ao exercício de 2017. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, não foram contratados quaisquer outros serviços dessa empresa de auditoria externa no decorrer do ano.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	-139.208.106,75	-60.470.103,13	-19.429.489,19
Ativo Total	977.888.781,83	952.144.357,41	887.634.043,68
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	437.123.003,61	421.201.660,89	404.148.422,41
Resultado Bruto	150.744.793,29	137.390.301,23	132.095.821,70
Resultado Líquido	-79.158.199,53	-41.263.675,15	-52.017.843,04
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	780	780	780
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	-56,144100	-24,388200	-7,836100
Resultado Básico por Ação	-31,925300	-16,642100	-20,979300
Resultado Diluído por Ação	-31,92	-16,64	-20,98

3.2 - Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis;

A margem EBITDA ajustada em 2017 foi de 15,2%, ou seja, 5,5% maior do que a margem apurada em 2016, que ficou em 9,7%. O esforço na busca pelo aumento de eficiência dispendido pela Mundial S/A ao longo de 2017, trabalhando a estrutura de custos e despesas operacionais, conforme mencionado anteriormente e associado com o crescimento da receita, possibilitou o incremento na margem.

Apresentação do cálculo da EBIT e EBITDA conforme Instrução CVM Nº 527, de 04 e outubro de 2012.		
EBIT - EBITDA - Consolidado	2017	2016
Receita Líquida	437.123	421.202
Lucro Operacional Bruto	150.745	137.391
Despesas Operacionais	(122.328)	(89.915)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	28.417	47.476
EBIT	28.417	47.476
Depreciação e amortização	13.537	13.566
EBITDA	41.954	61.042
Reconciliação do resultado, exclusão de eventos não recorrentes	24.406	(20.153)
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	3.969	3.748
*AVP - de receita de vendas e de fornecedores	7.256	9.212
*Rescisões ocorridas no período por redução de custo	7.851	4.712
*Impairment	1.639	1.639
*Ganho na alienação de subsidiárias	(2.389)	-
*Reconhecimento deságio na aquisição de direitos creditórios e outros	-	(39.464)
*Multa de rescisão de contrato comercial	6.080	-
EBITDA - ajustada	66.360	40.889
Margem EBITDA	15,18%	9,71%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas;

Reconciliação do resultado, exclusão de eventos não recorrentes	24.406	(20.153)
*Programa de recuperação fiscal (REFIS)	3.969	3.748
*AVP - de receita de vendas e de fornecedores	7.256	9.212
*Rescisões ocorridas no período por redução de custo	7.851	4.712
*Impairment	1.639	1.639
*Ganho na alienação de subsidiárias	(2.389)	-
*Reconhecimento deságio na aquisição de direitos creditórios e outros	-	(39.464)
*Multa de rescisão de contrato comercial	6.080	-

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. Mas ainda assim demonstra a capacidade de operacional Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não houve evento subsequente no último exercício que possa alterar substancialmente as demonstrações financeiras apresentadas.

Descrever Política de destinação dos Resultados dos 03 últimos exercícios:	2017	2016	2015
a. Regras sobre retenção de lucros	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.	5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.
a.ii Percentuais em relação ao lucros totais declarados	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.	A Companhia não apresentou Lucro no exercício.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.	O valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado conforme o Capítulo VI nas alíneas (a), (b) e (c) do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.	A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observados as prescrições legais.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativos ou arbitrais.	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembléia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de	O saldo, após as destinações supra, terá o destino deliberado pela Assembleia, por proposta do Conselho de Administração. Como remuneração do capital, e observadas às disposições legais, a Sociedade poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração de

3.4 - Política de destinação dos resultados

	capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “ da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.	capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “ da Assembléia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.	capital próprio. A critério do Conselho de Administração, com base nos lucros existentes e apurados em balanços regulares, estes juros poderão ser pagos mensal, trimestral, semestral ou anualmente. Por deliberação do Conselho de Administração “ad referendum “ da Assembleia Geral, o valor dos juros poderá ser deduzido ou não do valor dos dividendos. A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos menores e declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, observadas as prescrições legais.
<p>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.</p>	<p>A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.</p>	<p>A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.</p>	<p>A Companhia não possui e não divulga Política de destinação de resultados. As regras são seguidas conforme determinadas em seu Estatuto Social, Capítulo VI, artigos 27 e 28.</p>

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas para os exercícios encerrados em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	0,00	Outros índices	16,83388921	Índice de endividamento foi calculado através do EBITDA. (passivo circulante e não circulante dividido pela EBITDA, resultando no endividamento em 16,83 vezes o valor do EBITDA).

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		317.635,79	250.432,53	0,00	0,00	568.068,32
Títulos de dívida	Garantia Real		28.415.613,08	3.087.731,38	0,00	0,00	31.503.344,46
Empréstimo	Garantia Real		139.349.993,68	5.862.355,19	0,00	0,00	145.212.348,87
Títulos de dívida	Quirografárias		618.971.139,86	71.742.035,14	33.692.890,39	215.407.061,17	939.813.126,56
Total			787.054.382,41	80.942.554,24	33.692.890,39	215.407.061,17	1.117.096.888,21
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações sobre aspectos financeiros que a Companhia julgue relevante divulgar.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Abaixo descreveremos os riscos existentes atualmente, que em nosso entendimento podem nos afetar negativamente, bem como os riscos adicionais desconhecidos por nós ou que atualmente julgamos irrelevantes que também podem afetar os negócios, a condição financeira e os resultados, bem como o preço de mercado das ações.

Riscos relacionados:

a) Ao emissor;

Uma das principais estratégias da Companhia e manter o crescimento, a sustentação e a perpetuidade dos negócios.

A estratégia da Mundial consiste em gerenciar as marcas, desenvolver e comercializar os produtos com qualidade e design diferenciado atendendo o mercado consumidor e industrial. Nossa criatividade e habilidade geram cada vez mais iniciativas de crescimento. Todavia, nossa estratégia dependerá de nossa capacidade de cumprir algumas metas, dentre as quais destacamos:

- ✓ Lançar novos produtos com qualidade e inovação;
- ✓ Fortalecer e proteger nossas marcas;
- ✓ Expandir nossas vendas no mercado externo,
- ✓ Aumentar a produtividade e eficiência operacional;
- ✓ Aumentar as vendas no segmento, moda e consumo de massa
- ✓ Diluir nossos custos operacionais por uma gama maior de produtos.

Embora a Companhia acredite na sua capacidade de gerenciar fatos adversos inesperados, não podemos assegurar que as metas acima citadas sejam realizadas com êxito e por completo. Caso não consigamos identificar com sucesso as necessidades dos nossos consumidores, se alguns de nossos produtos apresentar problemas de qualidade, ou ainda se sofrermos contingenciamento no abastecimento de matérias-primas, poderemos ter dificuldades em fabricar e comercializar nossos produtos. Qualquer impacto no desenvolvimento de produtos poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não obter sucesso nos lançamentos de novos produtos, fato que poderá causar um efeito adverso na situação financeira e resultados operacionais.

Nosso principal desafio para atingir as metas de vendas está ligado diretamente as necessidades dos nossos consumidores. Por conseguinte, o resultado das vendas dependerá da nossa habilidade de prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências de mercado e nas preferências dos consumidores, oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos.

Se nossos novos produtos não forem competitivos e não formos capazes de prever, identificar estas tendências de estilo ou de preferência do consumidor, ou se analisarmos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

incorretamente o mercado para qualquer nova linha de produtos, poderemos sofrer uma queda nas vendas o que também afetaria negativamente nossos resultados operacionais.

A concorrência dos produtos é altamente competitiva, tendo como competidores desde pequenas até grandes empresas, bem como produtos falsificados que são comercializados livremente no mercado, que poderá causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Acreditamos que nossas marcas são ativos valiosos e importantes para o sucesso da Companhia. A comercialização indevida através da pirataria de produtos fabricados fora do país ou ainda sem autorização ou com apropriação indevida de nossas marcas registradas, pode diminuir o valor de nossas marcas. Da mesma forma, qualquer infração ou alegação de violação de propriedade intelectual dirigida contra nós, ainda que sem mérito, pode resultar em litígio demorado e oneroso, ocasionando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxa de licença. Qualquer demanda desta natureza pode ter reflexos negativos em nosso resultado operacional.

A companhia pode não conseguir reduzir sua alavancagem financeira, o que aumentaria seu custo de capital, afetando negativamente sua condição financeira ou resultados operacionais.

Caso a Companhia apresente redução em sua geração de caixa operacional ou aumento do seu endividamento, o seu custo de capital poderá sofrer um crescimento e, conseqüentemente, afetar negativamente sua condição financeira e o resultado de suas operações.

O nível de endividamento da companhia pode afetar negativamente sua capacidade de levantar capital adicional para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia e impedir o cumprimento de suas obrigações.

O grau de alavancagem da companhia pode ter consequências importantes, tais como:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro;
- Limitar a capacidade de distribuir dividendos;
- Uma parte da geração de caixa das operações pode ser alocada para pagamento de juros, não ficando disponível para outros fins;
- Limitar a capacidade da companhia de ajustar-se a mudanças nas condições de mercado;
- Descumprir garantias constantes nos contratos, o que poderá levar os credores a declarar o vencimento antecipado dos contratos.
- Eventual negativa da parte do acionista majoritário de avalizar as operações de crédito mediante a prestação de aval poderá inviabilizar a renovações dos contratos de financiamento da operação.

De acordo com o seu endividamento atual, a companhia poderia contrair dívidas adicionais sob certas circunstâncias, o que poderia aumentar os riscos descritos acima.

Dependemos da capacidade de nossa alta administração; a perda de qualquer membro da nossa administração, incluindo o presidente do nosso Conselho de Administração ou

4.1 - Descrição dos fatores de risco

nossos principais executivos, pode afetar negativamente o nosso negócio. Ainda, podemos não ser capazes de manter nossa cultura e/ou contratar empregados altamente qualificados, conforme o crescimento do nosso negócio, o que poderia causar um impacto adverso relevante para o nosso negócio.

Nosso negócio depende dos esforços e habilidades pessoais de nossa administração, incluindo o Presidente do nosso Conselho de Administração, que tem desempenhado um papel importante na formação da nossa cultura corporativa, bem como dos esforços e habilidades pessoais dos nossos demais executivos-chave. Nosso sucesso futuro depende em grande parte da continuidade dos serviços prestados pela nossa administração, cujos membros são essenciais ao desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios.

Qualquer membro da nossa administração pode nos deixar para trabalhar com concorrentes ou criar novas empresas concorrentes. Não há garantias de que a remuneração oferecida, o ambiente de trabalho, os desafios propostos e o reconhecimento auferido serão suficientemente eficazes para impedir que nossos membros renunciem a cargos para se juntarem ou criarem uma empresa concorrente. Caso o Presidente do nosso Conselho de Administração ou outros membros essenciais da nossa administração deixem de trabalhar conosco, podemos ter dificuldade para encontrar substitutos à altura, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

Falhas inesperadas nos equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, podem gerar impactos negativos no processo de produção da Companhia.

A companhia opera vários negócios em diferentes locais. Nossas operações dependem, em grande parte, de um sistema de informação, como ferramenta de administração de recursos e do processo fabril. A maior parte do processo de produção é realizada por máquinas, sistemas automatizados e robôs, controlados por sistemas computadorizados elaborados especificamente para este fim e com pouca intervenção humana. Problemas de administração ou de segurança em nossos sistemas, instabilidade ou a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, inclusive com a eventual interrupção de nossa produção. Se não formos capazes de efetuar atualizações ou reparos a tempo e se essa eventual interrupção se prolongar, nosso processo fabril e nossas operações poderão ser significativamente prejudicados, aumentando os custos de produção, reduzindo as vendas e afetando adversamente nossos resultados operacionais.

A Companhia pode ser afetada adversamente por algumas investigações, processos judiciais e processos administrativos.

A companhia esta sujeita no curso normal de seus negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos, cível, tributário, previdenciário, trabalhista, ambiental, societário e consumerista, dentre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, poderemos ser adversamente afetados. Adicionalmente, a Companhia poderá ser fiscalizada por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não podemos garantir que essas autoridades não nos autuarão, inclusive no que se refere a procedimentos contábeis, previdenciários e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

tributários, contingências ou provisões, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco prever o resultado final dos eventuais processos administrativos ou judiciais, mesmo que a companhia adote, como tem adotado, as melhores práticas contábeis e de auditoria.

Decisões desfavoráveis em parcela significativa de tais processos poderão acarretar um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos resultados. Adicionalmente, caso tais processos tenham por objetivo a apuração de ato de negligência, imperícia ou imprudência supostamente praticado por nós, o envolvimento nas referidas ações, independentemente de qual seja o resultado, poderá afetar nossa reputação no mercado e prejudicar nossas marcas e a imagem da companhia.

A Companhia pode ser afetada por decisões desfavoráveis em Processos judiciais e processos administrativos contra os Administradores.

Os membros da administração da Companhia poderão ser afetados por algum processo administrativo aplicado pela Comissão de Valores Mobiliários que o torne inelegível para o cargo de administração de companhia aberta, como estabelecido no §2º do Art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Caso algum membro venha a ser condenado a suspensão ou inabilitação temporário de suas funções, a Companhia poderá ser afetada na condução de seus negócios

Para mais informações sobre nossos processos judiciais pendentes ou relevantes, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui Debêntures a receber de empresa relacionada

Em 31 de dezembro de 2017, a companhia possui um montante de R\$ 324.582 mil referente a debêntures a receber de sua Coligada Hercules S.A.- Fábrica de Talheres, cuja realização deste valor dependerá do sucesso da reestruturação e na forma de condução dos negócios. Acreditando na força de suas marcas a Hercules vem a longos dos nos últimos anos trabalhado na redefinição estratégica do negócio, com produtos licenciados.

A Companhia aderiu a programas de parcelamentos de impostos

A Companhia possui parcelamentos federais, sendo eles, Programa de recuperação fiscal (REFIS) instituído pela Lei 9.964/00, parcelamento federal instituído pela Lei 12.996/14 e reabertura do parcelamento da Lei 12.865/13, na Lei 12.996/14 e Lei 13.496/17, os quais totalizam o montante de R\$ 201.804 mil.

O não cumprimento das regras estabelecidas nos Programas poderá resultar numa exclusão da Companhia nestes parcelamentos, que implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle;

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores minoritários.

Os Acionistas Controladores poderão, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Nossos Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos investidores e causar um efeito material adverso para a Companhia, muito embora atualmente os acionistas controladores adotem a política de eleger conselheiros independentes para a maioria dos cargos do Conselho de Administração.

c) a seus acionistas;

Falta de liquidez e a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco se comparado à outros mercados internacionais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados internacionais. Desta forma, a volatilidade associada à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar consideravelmente a capacidade dos titulares de nossas ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejada

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Conforme determina no Estatuto Social da Companhia, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculados nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, para distribuição do dividendo obrigatório ou juros sobre o capital próprio aos acionistas, com a ressalva prevista no parágrafo 4º, do artigo 202 da Lei 6.404/76,

O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizando para compensar prejuízo, ou retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, A Lei das Sociedades por Ação permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em

4.1 - Descrição dos fatores de risco

determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembléia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da companhia.

Os acionistas minoritários podem ter sua participação diluída em um eventual aumento de capital.

Caso a Companhia vir a precisar de recursos adicionais e optar por emitir ações adicionais através de colocação pública ou privada de títulos de dívida, ações ou títulos conversíveis em ações, isso poderá resultar de uma diluição societária dos titulares de nossas ações, se estes não participarem da emissão na proporção a que os mesmos têm direito. No caso de não haver financiamento público ou privado disponível, ou se nossos acionistas assim decidirem, tais recursos adicionais poderão ser obtidos através de um aumento em nosso capital social. O Estatuto Social permite que o capital social venha a ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração sobre a emissão de ações para subscrição pública ou particular, observados o limite de 1.176.662 (um milhão, cento e setenta e seis mil, seiscentas e sessenta e duas) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração fixará o preço e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização, ficando a subscrição em bens condicionada à aprovação do laudo de avaliação dos bens pela Assembleia Geral, na forma prevista no art. 8º da Lei nº 6.404/76.

d) a suas controladas e coligadas;

A descontinuidade de alguma de nossas controladas e coligadas poderá afetar nossos resultados.

As sociedades, Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. com sede em Manaus, Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina e Mundial Personal Care LLC, com sede nos Estados Unidos (EUA), atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Fashion, Gourmet e Craft. As empresas controladas **Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.**, com sede em Guarulhos – SP, atua na produção do segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal, e **Eberle Equipamentos e Processos S.A.**, com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent). Todas sociedades são controladas diretamente e indiretamente pela Companhia e parte da receita é decorrente do resultado operacional destas sociedades.

A descontinuidade de algumas destas empresas poderá afetar negativamente nossas operações e nossos resultados, exceto as distribuidoras nacionais que apenas revendem produtos produzidos pela Companhia e pelo Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.

Em 2017, a receita líquida das empresas controladas direta e indiretas somou R\$ 76,9 milhões o que representou 17,6% da receita líquida das empresas consolidadas comparado com o exercício de 2016, que foi de R\$ 97,5 milhões o que representou 23,1%.

e) a seus fornecedores;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O aumento nos preços ou redução da oferta do cobre pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O latão é uma liga metálica composta por 70% cobre e 30% zinco, ambas são commodities negociadas na bolsa de metais de Londres (London Metal Exchange – LME). Esta matéria-prima é o principal insumo da unidade de negócio Fashion - Aviamentos, que representa aproximadamente 35% da receita líquida de vendas em 2017. A cotação destes insumos é dolarizada e tem como base a média da cotação da semana anterior. Um aumento nos preços, principalmente, do cobre ou a escassez na oferta afetariam os custos de produção e potencialmente reduziram suas receitas e margens operacionais.

Outra matéria prima que atualmente é importante à unidade de negocio Fashion é o ZAMAC, composto por 96% de Zinco, 3% de alumínio e 1% outros de metais. Tanto o cobre como o alumínio, compostos das matérias primas destacadas são commodities negociadas na bolsa de metais de Londres e portanto também como o latão acima pode afetar negativamente os custos e as margens operacionais .

O monopólio no fornecimento de aço pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

O aço é o principal insumo da unidade de Personal Care e Gourmet, que representaram juntas aproximadamente 37,6% da receita líquida em 2017, esta commodity é fornecida por um dos maiores grupos siderúrgicos do mundo. A cotação deste insumo obedece as políticas comerciais de poucos players mundiais, sendo que qualquer alteração nesta política pode afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

Políticas governamentais de importação podem afetar o fornecimento de vidros causariam efeito adverso nos resultados da companhia.

O vidro é um insumo utilizado no envase do esmalte e sua compra concentrada, predominantemente, com um único fornecedor no exterior. A alteração nas políticas governamentais de importação e ou atrasos excessivos nas liberações das cargas, poderiam causar um efeito adverso na produção, custo de produção, redução das receitas e também nas margens operacionais da companhia.

As operações da companhia consomem muita energia e a escassez ou preços altos podem alterar negativamente.

A companhia possui duas subestações de energias de 69 kV e possuiu contratos de energia livre com duas distribuidoras. A eletricidade não pode ser substituída por outra fonte de energia nas plantas da companhia, e o seu racionamento ou interrupções de fornecimento, como ocorreu no Brasil em 2001, podem afetar negativamente a produção das unidades industriais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f) a seus clientes;

A inadimplência por parte dos clientes pode afetar negativamente a liquidez da companhia e o aumento do custo de capital de giro.

O risco decorrente do não recebimento dos créditos juntos aos seus clientes, poderia gerar falta de garantia nos contratos de empréstimos junto as instituições financeiras diminuindo assim a liquidez dos recebíveis e, por conseguinte, piora do rating da companhia e os efeitos no aumento do custo de capital de giro.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue;

Os setores da economia em que atuamos, a crescente consolidação do setor de varejo no Brasil poderá exercer pressões em nossas margens e resultado operacional.

O setor de varejo no Brasil tem passado por um processo de consolidação nos últimos anos. A consolidação do varejo pode resultar em maiores e mais sofisticados clientes, com um poder de barganha crescente e capazes de operar com um estoque reduzido e resistir a aumento de preços, além de demandar preços menores e aumento de programas de promoção. Tais varejistas podem ainda vir a substituir os espaços nas gôndolas atualmente ocupados por nossos produtos por produtos de marcas próprias ou de outros concorrentes com preços inferiores. Se não formos capazes de responder eficazmente a estas tendências, o ritmo de crescimento de nossas vendas poderá diminuir ou seremos ainda obrigados a ter que reduzir nossos preços ou aumentar nossos gastos com promoção, os quais poderão adversamente afetar nossos resultados.

O setor de beleza pessoal e consumo de produtos de uso domésticos é altamente competitivo; a concorrência é caracterizada pela variedade de produtos, ações promocionais, preços, qualidade, atendimento, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, entre outros. Temos muitos e variados concorrentes nessas linhas de produtos, se não competirmos de forma eficaz no que se diz respeito a esses fatores, nossa participação de mercado, nossos resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue;

Uma divisão da Companhia que corresponde a $\frac{1}{4}$ do faturamento total está sujeita a regulamentação pela ANVISA, pelo quê, mantém protocolos e sistemas de controle de qualidade visando mitigar os riscos correlatos.

O sistema de garantia da qualidade, o sistema de cosmeto-vigilância, e o permanente acompanhamento de adequação às normas vigentes, apoiados por consultoria externa, confere ao negócio um bom nível de segurança quanto ao risco regulatório.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Inobstante, o bom nível de segurança mantido pela Companhia, não pode ser descartada a hipótese de eventuais alterações na cadeia produtiva em decorrência do exercício do poder regulatório da ANVISA.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

A Companhia atua no mercado externo, América Latina, América do Norte, Ásia e Europa, através de suas subsidiárias e clientes terceiros. As fortes crises internacionais podem afetar negativamente os resultados de vendas nestes países.

j) As questões socioambientais

No Balanço Socioambiental são apresentados os resultados e as práticas adotadas nas áreas social e ambiental de todas as unidades da Companhia. Nesse documento fica clara a Política de Saúde e Segurança e Política Ambiental da empresa, quais sejam:

POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA - Objetiva efetuar melhorias contínuas no ambiente de trabalho, garantindo a segurança das instalações, o atendimento dos requisitos legais pertinentes, promovendo o bem-estar físico e mental dos funcionários, através de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança baseado na prevenção de acidentes, doenças, enfermidades e incidentes relacionados ao trabalho.

PRINCIPAIS PROGRAMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA:

- Integração de Segurança para novos funcionários e terceiros;
- Programa empresa mais saudável: Grupos de monitoramento de saúde;
- Atendimento interno de medicina clínica e odontologia nas unidades fabris de Caxias do Sul e Gravataí;
- Gestão de Medicina Ocupacional (exames médicos, acompanhamento periódico de saúde);
- Gestão de Riscos e medidas de controle (Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva);
- Gestão de Proteção de Máquinas e Equipamentos;
- Programa de redução de absenteísmo no trabalho;
- Treinamentos diversos (Normas regulamentadoras, Riscos Ambientais e Medidas de Controle, Ergonomia, Conscientização, Emergências em geral).

POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE - Aplicar melhoria contínua em nossos produtos e processos, através do sistema de gestão ambiental, priorizando a redução ou eliminação dos impactos ambientais, de acordo com a legislação vigente.

PRINCIPAIS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS:

- Coleta seletiva implantada em todos os setores da empresa;
- Campanhas voltadas à economia de materiais e produtos;
- Gerenciamento de consumo de energia e água;
- Programa para redução de sucata do processo produtivo;
- Campanhas de conscientização ambiental para funcionários;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Aplicação de logística reversa (recebimento de artigos dos clientes ao final de vida útil, para posterior destinação correta);
- Programa de visitação (escolas, comunidade, universidades) ao setor de Meio Ambiente;
- Avaliação de fornecedores e terceiros;
- Comissão interna de Meio Ambiente - CIMA, na unidade de Caxias do Sul/RS.
- Monitoramento de parâmetros para órgãos ambientais, através de indicadores e cumprimento da legislação ambiental, e Licenças Ambientais (FEPAM, IBAMA, Polícia Federal, Ministério da Defesa e Bombeiros);
- Manutenção de área verde com preservação de vegetação existente nas unidades fabris e utilização racional dos recursos naturais;
- Produção mais limpa, substituindo produtos agressivos por outros de menor toxicidade nos processos galvânicos e tratamento de efluentes;
- Treinamento sobre produtos químicos e medidas de controle.

Os Riscos de não termos uma Gestão socioambiental para Companhia são:

- ✓ Geração de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;
- ✓ Poluição ao Meio Ambiente;
- ✓ Multa ou Interdição de Órgãos Fiscalizadores (Prefeitura, Órgãos Ambientais, Polícia Federal, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Vigilância Sanitária, Bombeiros);
- ✓ Dificuldade de compra de matéria-prima para a produção;
- ✓ Consumidor não aceitar nossos produtos, caso não tenhamos uma Gestão socioambiental adequada;
- ✓ Risco à continuidade da empresa no mercado;
- ✓ Prejuízo da imagem da empresa junto à Comunidade/Sociedade.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos de liquidez do mercado financeiro:

Este risco é oriundo da escassez das linhas de crédito para obtenção de empréstimo. Os empréstimos da Companhia captados no mercado financeiro estão lastreados em recebíveis, estoques, avais e notas promissórias. Uma restrição ao crédito ou o aumento das taxas contratadas com instituições financeiras poderia gerar efeitos negativos sobre os resultados da Companhia e, conseqüentemente, dificultaria a capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo.

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Seguem os saldos indicados no quadro demonstrativo abaixo:

Modalidade	Taxa média do contrato	Controladora		
		Taxa efetiva % a.m	2017	2016
Capital de giro - CCB	CDI + 0,72% a.m.	1,28	61.437	10.297
Capital de giro - CCE-NCE	CDI + 0,95% a.m.	2,02	-	50.868
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,76% a.m.	(0,50)	-	4.690
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,77% a.m.	0,96	3.540	-
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,79% a.m.	1,35	57.779	37.142
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,85% a.m.	1,41	568	1.060
			123.324	104.055
Passivo circulante			117.223	100.372
Passivo não circulante			6.101	3.683
			123.324	104.055

Modalidade	Taxa média do contrato	Consolidado		
		Taxa efetiva % a.m *	2017	2016
Capital de giro - CCB	CDI + 0,72% a.m.	1,28	61.994	13.208
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,80% a.m.	1,87	-	858
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,95% a.m.	2,02	-	50.868
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,76% a.m.	(0,50)	-	4.690
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,77% a.m.	0,96	3.540	-
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,75% a.m.	1,31	79.679	52.625
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,85% a.m.	1,41	568	1.112
			145.781	123.357
Passivo circulante			139.668	119.641
Passivo não circulante			6.113	3.716
			145.781	123.357

* O percentual da variação cambial de Janeiro a Dezembro de 2017 foi de 0,19%.

Risco de moeda com variações cambiais

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Historicamente a moeda brasileira vem sofrendo oscilações significativas em relação à taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar norte americano. Em 2017 o real apresentou uma valorização de 1,5% em relação ao dólar norte americano resultado em um efeito negativo no resultado da Companhia de R\$ 11,7 milhões no exercício de 2016, ante R\$ 2,4 milhões apresentado no exercício 2015. Desta forma, esta desvalorização carreteu aumentos das taxas de juros, limitou o acesso da Companhia aos mercados financeiros estrangeiros.

A exposição líquida pode ser assim demonstrada:

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento de câmbio Fornecedores	(3.540)	(4.690)	(3.540)	(4.690)
	(809)	(1.140)	(3.477)	(1.506)
Passivo vinculado ao US\$	(4.149)	(5.830)	(7.017)	(6.196)
Clientes	16.646	15.598	13.302	9.750
Adiantamentos a fornecedores	568	2.167	726	3.978
Créditos com partes relacionadas	4.131	4.069	784	-
Ativo vinculado ao US\$	21.345	21.832	14.812	13.728
Exposição líquida	17.196	16.002	7.795	7.532

Abaixo estão demonstradas as taxas de câmbio aplicadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
US\$	3,3074	3,2585

Análise de sensibilidade:

Uma retração ou fortalecimento do Real contra o Dólar aumentaria o patrimônio e o resultado da Companhia, conforme demonstrado abaixo. Esta análise é baseada nas variações que a Mundial S.A. e suas controladas considera razoável para a taxa de câmbio no exercício.

Alteração no patrimônio líquido	2017	2016	2017	2016
R\$/US\$ (25%) - redução	(4.299)	(4.001)	(1.949)	(1.883)
R\$/US\$ (50%) - redução	(8.598)	(8.001)	(3.898)	(3.766)
R\$/US\$ 25% - aumento	4.299	4.001	1.949	1.883
R\$/US\$ 50% - aumento	8.598	8.001	3.898	3.766
	Controladora		Consolidado	
Alteração no resultado do exercício	2017	2016	2017	2016
R\$/US\$ (25%) - redução	(4.299)	(4.001)	(1.949)	(1.883)
R\$/US\$ (50%) - redução	(8.598)	(8.001)	(3.898)	(3.766)
R\$/US\$ 25% - aumento	4.299	4.001	1.949	1.883
R\$/US\$ 50% - aumento	8.598	8.001	3.898	3.766

Preços de Ações

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O resultado por ação básico e diluído é calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Mundial S.A. no período e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste período, comparativamente com o mesmo período de 2016 conforme o quadro abaixo:

	2017	2016
Resultado do exercício	(79.158)	(41.264)
Ações ordinárias	<u>2.479.480</u>	<u>2.479.480</u>
Resultado por ação ordinária	<u>(31,9252)</u>	<u>(16,6422)</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Mundial S.A. apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

Risco de preço das commodities:

O risco dos preços das commodities está relacionado à possibilidade de flutuação nos preços dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas ou no preço das matérias primas e outros insumos utilizados no processo produtivo. Com a finalidade de minimizar os riscos a Companhia monitora constantemente as variações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Mundial S.A. e suas controladas a riscos de crédito referem-se às disponibilidades, às contas a receber e títulos a receber. Todas as operações da Mundial S.A e suas controladas são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	947	593	2.089	4.876
Contas a receber de clientes	83.000	74.473	142.426	133.592
Créditos com partes relacionadas	62.817	41.705	15.661	8.951
Títulos a receber	<u>16.352</u>	<u>17.144</u>	<u>22.493</u>	<u>21.770</u>
	<u>163.116</u>	<u>133.915</u>	<u>182.669</u>	<u>169.189</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes entre mercado interno e externo está distribuído a seguir:

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Conta a receber de clientes				
Mercado interno	66.354	59.458	129.124	118.360
Mercado externo	16.646	15.596	13.302	5.305
	83.000	75.054	142.426	123.665

A Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor.

Risco de taxa de juros

Para manter o controle da inflação o governo brasileiro frequentemente tem adotado a manutenção de políticas monetárias restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Desta forma com as taxas de juros permanecendo em alta, eleva a possibilidade de afetar negativamente o lucro e o resultado das operações da Companhia, aumentando o custo associado ao financiamento de suas atividades.

A Mundial e suas controladas sofrerão ganhos ou perdas decorrentes das oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Mundial mantém acompanhamento permanente do mercado e pode decidir, em determinadas circunstâncias, efetuar operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Portanto, a alta taxas de juros poderá impactar no custo de captação de empréstimos pela Mundial como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionando perdas financeiras para a Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros	60.299	51.309	82.232	66.939
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	543	660	1.094	909
Passivos financeiros	63.889	52.747	64.412	56.418

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Mundial S.A. e suas controladas contabilizam todos os ativos ou passivos financeiros de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável

Uma alteração nas bases das taxas de juros, na data das informações contábeis, teria aumentado (reduzido) o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processos Administrativos e Tributários:

A Companhia deixa de mencionar os processos administrativos, uma vez que entende que os ativos não devem ser considerados relevantes, pois ainda estão em discussão administrativa com apresentação de defesa e, mesmo em caso de perda desses, ainda haverá espaço para eventual discussão judicial.

Ainda, além dos processos administrativos que estão suspensos por interposição de impugnação administrativa, os demais processos administrativos fazem parte dos parcelamentos que serão mencionados em seguida.

Assim, neste contexto, os processos administrativos e judiciais que versam sobre matéria tributária, cujos débitos são anteriores a dezembro de 1999, foram incluídos no REFIS (Lei Federal n. Lei nº 9.964) e os posteriores a esta data incluídos no parcelamento previsto na Lei 11941/09. A Companhia também aderiu em parte dos seus débitos no parcelamento da Lei 12865/13 (reabertura da Lei 11941).

Atualmente, além dos parcelamentos citados acima, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória n. 783/2017 e regulamentado pela Lei 13.496/2017, o qual permite a inclusão de débitos vencidos até 30 de abril de 2017, com a possibilidade de quitação com utilização de prejuízo fiscal.

Cabe destacar que a Companhia também possui parcelamentos ordinários com outras autarquias, igualmente com o objetivo de equacionar o passivo.

Os débitos de ICMS do Estado do Rio Grande do Sul estão, da mesma forma, incluídos no parcelamento estadual denominado AJUSTAR/RS e REFAZ/RS.

Processo nº 5084819-79.2014.4.04.7100 (n. antigo 92.00.17481-7) Processo principal	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	18/11/1992
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.975,13
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5084825-86.2014.4.04.7100 (n. antigo 94.00.03583-7) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	18/03/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 278.301,69
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084828-41.2014.4.04.7100 (n. antigo 1999.71.00.014547-6) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	28/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.049.906,82
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085085-66.2014.4.04.7100 (n. antigo 95.00.22059-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	21/11/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 861.713,20

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084873-45.2014.4.04.7100 (n. antigo 95.00.09595-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre /RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	17/05/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 74.612,16
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084860-46.2014.4.04.7100 (n. Antigo 94.00.09906-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	29/07/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.246.216,47
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5084882-07.2014.4.04.7100 (n. Antigo 94.00.14674-4) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	04/11/1994
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 62.311,55
Principais fatos	Execução Fiscal incluído no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085130-70.2014.4.04.7100 (n. antigo 97.00.02859-3) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	13/02/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.104.438,22
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de Perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5084844-92.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.25321-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância – Judicial
Data da instauração	19/12/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.666.166,64
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085127-18.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.15269-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da Instauração	12/08/1996
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.322.697,34
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5085124-63.2014.4.04.7100 (n. Antigo 96.00.13752-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execuções Fiscais de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	25/07/1996
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.761.151,33
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim
Processo nº 5084897-73.2014.4.04.7100 (n. Antigo 97.00.13715-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	21/07/1997
Partes no processo	Instituto Nacional do Seguro Social x Zivi S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.242.504,34
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processo nº 5084940-10.2014.4.04.7100 (n. Antigo 1999.71.00.011314-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	08/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.928.502,40
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação..
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 5084944-47.2014.4.04.7100 (n. Antigo 1999.71.00.011316-5) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	08/06/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.356.680,02
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5084889-96.2014.4.04.7100 (antigo n. 97.00.02854-2) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	13/02/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.287.459,97
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085139-32.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.008309-4) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	05/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 224.125,29
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado	Sim
--------------------	-----

5084935-85.2014.4.04.7100 (antigo n. 95.00.09241-7) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	11/05/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 7.992.771,82
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085127-18.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.15269-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	12/08/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 2.356.144,19
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085092-58.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.04322-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	20/03/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 59.177,97
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085090-88.2014.4.04.7100 (antigo n. 95.00.11938-2) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	30/06/1995
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 73.721,76
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5084922-86.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.05506-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	09/04/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.949.895,98
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085107-27.2014.4.04.7100 (antigo n. 97.00.21061-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	30/09/1997
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 6.113,46 (em 09/1997)
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085106-42.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.19628-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	09/10/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ R\$ 16.491,72
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085134-10.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.008721-0) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	10/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.403.394,30
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

5085102-05.2014.4.04.7100 (antigo n. 2001.71.00.002980-1) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	12/02/2001
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 1.215.316,60
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085097-80.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.06639-6) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	02/05/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 60.907,65
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

5085100-35.2014.4.04.7100 (antigo n. 1999.71.00.010015-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	24/05/1999
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 3.339.700,68
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Valor provisionado	Sim
--------------------	-----

5085184-36.2014.4.04.7100 (antigo n. 96.00.06977-8) Apenso a 5084819-79.2014.4.04.7100	
Juízo	16ª Vara Federal de Execução Fiscal de Porto Alegre/RS
Instância	1ª Instância - Judicial
Data da instauração	07/05/1996
Partes no processo	União Federal - Fazenda Nacional x ZIVI S/A Cutelaria
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos	R\$ 4.937,77
Principais fatos	Execução Fiscal incluída no parcelamento previsto pelo Programa de Recuperação Fiscal denominado REFIS, Lei 9.964/2000.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Considerando que o processo em questão está incluído em programa de parcelamento e que, diante disto, como cumprimento do requisito de adesão, a empresa desistiu da oposição de defesa quanto ao mérito, no caso de perda, a consequência seria o prosseguimento dos atos expropriatórios dos bens dados em garantia na ação.
Valor provisionado	Sim

Processos Cíveis:

Processo nº 0012583-34.2002.8.05.0001	
Juízo	4º vara cível da comarca de salvador/BA
Instância	Recursal
Data da instauração	05/02/2002
Partes no processo	Eduardo Laranjeira e Filho LTDA x Mundial S/A Produtos de Consumo e Hercules Fábrica de Talheres S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.091.271,43
Principais fatos	Indenização por rescisão contratual imotivada de representante comercial. Foi proferida decisão monocrática no STJ, dando provimento ao agravo regimental interposto pelas rés, determinando a remessa do processo ao TJBA, para que sejam julgadas as apelações interpostas pelas rés. Processo retornou ao tribunal de origem para análise da apelação. Aguarda julgamento.11/11/2014: rejeitada (s) a(s) preliminar(es), no mérito deu-se provimento parcial ao apelo, V.U. Apresentados embargos de declaração pelas rés em relação ao acórdão de apelação.24/02/2015: Tratando-se de Embargos de Declaração com pedido de efeito modificativo, intimem-se os embargados para, querendo, manifestarem-se no prazo legal. 22/07/2015: Recebido do Relator pela Secretaria de Câmara para Pautar. 30/07/2015: Provimento aos Embargos de Declaração. Unânime. 21/08/2015 intimado (s) a apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. 18/04/2016: Ante o exposto, inadmito o Recurso Especial. 30/06/2016: Despacho: Intimem-se as partes, dando-se ciência do retorno dos autos e para requerimento do que aprouver, no prazo de 15(quinze) dias. 30/09/2016: Acórdão de apelação transitou em julgado e os autos foram remetidos ao 1º grau

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	para início da liquidação de sentença por arbitramento (perícia) para apuração do valor da condenação. Aguardando julgamento de recurso. 25/01/2017: Prazo referente ao usuário foi alterado para 06/03/2017 devido à alteração da tabela de feriados. 31/08/2017: R.H. Verifica-se que a digitalização das peças processuais omitiu-se quanto à inclusão da petição inicial, como se vê às fls. 04/08. Desta forma, remeto os autos ao cartório para que proceda à digitalização da petição inicial e às correções conseqüentes que se fizerem necessárias, voltando, em seguida, em conclusão. Publique-se.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.
Processo nº. 0243511-05.2005.8.21.0010 (010/1.05.0024351-7)	
Juízo	4º Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS
Instância	Execução
Data da instauração	21/02/2003
Partes no processo	JA Costa LTDA. X Mundial S/A Produtos de Consumo
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ R\$ 1.830.636,75
Principais fatos	Ação Ordinária (Indenizatória)- Indenização por rescisão contratual imotivada de representante comercial, por suposta iniciativa da ré. Feita a penhora de bens indicados pela empresa. Aguarda julgamento no STJ de recurso especial interposto pela autora contra decisão do TJRS que determinou que o critério de atualização dos valores da condenação indicados pela ré (e já depositados) está correto. A companhia já pagou o incontroverso no valor histórico de r\$ 137.138,20 que já foi liberado ao autor. Valor informado já amortizado do valor depositado. Dado provimento ao recurso especial da JÁ Costa para desconstituir o acórdão recorrido. 25/08/2015: A UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO E, DE OFICIO, DETERMINARAM A RETIFICACAO DO CALCULO. 31/08/2015: Apresentados Embargos de Declaração - 24/09/2015: À UNANIMIDADE, DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. 09/10/2015: Apresentado Recurso Especial - 70067239830 (CNJ 0409361-44.2015.8.21.7000). 11/11/2015: VISTA A(S) PARTE(S) RECORRIDA(S) PARA APRESENTAR(EM) CONTRA-RAZOES AO(S) RECURSO(S) INTERPOSTO(S), NO PRAZO LEGAL. 10/03/2016: DIANTE DO EXPOSTO, ADMITO O RECURSO ESPECIAL DE MUNDIAL S/A PRODUTOS DE CONSUMO, E NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL ADESI- VO DE J. A. COSTA LTDA. OPORTUNAMENTE, REMETAM- SE OS AUTOS AO EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 13/05/2016: RECURSO ESPECIAL Nº 1598453 - Distribuído por dependência ao Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO - TERCEIRA TURMA (Processo prevento: REsp 1416650. Conclusos para decisão ao Relator. 30/06/2016: Aguardando julgamento. 30/09/2016: Aguardando julgamento de Recursos Especiais pelas partes. Em cumprimento provisório de sentença, foi feita a penhora de bens indicados pela ré.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.
Processo nº 1037064-33.2014	
Juízo	39ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Instância	Inicial
Data da instauração	22/04/2014
Partes no processo	Mundial S/A Produtos de Consumo x Edison Scroback e Paulo Cesar Paes Scroback
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.225.390,46
Principais fatos	<p>Trata-se de Ação Ordinária objetivando a declaração de nulidade parcial da sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, uma vez que esta teria sido proferida fora dos limites da convenção de arbitragem, ao fixar valor de condenação ilíquido. 04.12.2014 – Vistos. Fls. 589/596: Manifeste-se a autora sobre a alegação de insuficiência da caução ofertada. Sem prejuízo, manifestem-se as partes as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência, sob pena de indeferimento. Digam ainda, se possuem interesse na realização de audiência de conciliação. 27/02/2015: Vistos. Esclareçam as partes, em 05 dias, sobre a relação destes autos com os autos nº 1069445-94.2014 e 1069517-81.2014, para análise de eventual necessidade de julgamento conjunto. INDEFIRO a juntada de novos documentos, com exceção das previsões legais. Após, tornem conclusos. 10/07/2015: Petições e documentos juntados. 24/07/2015: Vistos, em atenção às decisões proferidas em Segunda Instância (fls.572/583) e, em consonância com a decisão de fls.445/446, defiro a caução, porém, a ser ofertada por meio de Carta de Fiança Bancária ou de Seguro Garantia, tal como requerido a fls.450/453. Note que quanto aos bens relacionados a fls.559, diante da difícil liquidez e, ainda, dúvidas quanto ao real valor atribuído aos mesmos, não são idôneos a garantir o Juízo. Sendo assim, deverá o autor prestar a caução na forma acima determinada, no prazo de 10 dias, sob pena de revogação da tutela antecipada. Saliento que a decisão concessiva da tutela de emergência foi condicionada ao oferecimento de caução, ainda não apresentado nos autos, de modo que, por ora, não há que se cogitar em eventual descumprimento da medida ou imposição de multa. Int. 03/08/2015: Vistos. Fls. 625/629: defiro que o imóvel, objeto da matrícula nº 9.607, perante o 2º Ofício de Registro de Imóveis de Caxias do Sul, seja objeto de caução nos autos, pois o arrolamento ocorrido trata-se de mero ato administrativo “por meio do qual a autoridade fiscal realiza um levantamento dos bens do contribuinte, arrolando-os sempre que o valor dos débitos tributários de sua responsabilidade for superior a 30% de seu patrimônio conhecido. Saliento que tal ato não obsta restrições no imóvel, nem mesmo alienação. É o que se depreende da Lei 9.532/97, no seu artigo 64 que diz expressamente que a alienação ou oneração dos bens arrolados deve ser devidamente notificada à Delegacia da Receita Federal. Por estas razões, considero o bem oferecido como caução idônea. Assim, expeça-se o necessário. No mais, tendo em vista a prestação de caução, cumpra-se a tutela antecipada proferida nestes autos. Junte-se cópia desta decisão nos autos nº 1069517812014.17/12/2015: Conclusão para despacho. 30/06/2016: Conclusão para Sentença. 13/09/2016: Com urgência, expeça-se o necessário, conforme requerido. Após, tornem conclusos para sentença. 30/09/2016: Providencie a parte interessada a impressão da certidão de registro de caução expedido. 01/02/2017: Conclusos para sentença; 20/04/2017: Petição de Juntada (réu); 30/06/2017: Diante do exposto e de tudo mais que dos autos conta, julgo improcedente a ação intentada por mundial s/a - produtos de consumo contra edison scroback e paulo cesar paes barreto scroback, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Face à sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa.P.R.I. 25/07/2017: Peticionada Apelação, requerendo que seja integralmente provido para reformar a r. sentença apelada, a fim de declarar a nulidade parcial do laudo arbitral, eis que extrapolou o termo arbitral ao não</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	apurar o quantum debeatur, determinando ao fim que o tribunal arbitral realize liquidação do laudo arbitral, por meio de perícia contábil, aguardando a intimação dos réus para apresentar contrarrazões; 27/07/2017: Às contrarrazões, no prazo legal. Após, remetam-se ao Egrégio Tribunal com as nossas homenagens. 31/08/2017: Conclusos para o relator; 13/09/2017: Peticionada manifestação, informando que a Mundial S.A., se opõe à audiência;
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 0035512-04.2013.8.21.0010	
Juízo	Caxias do Sul – 3ª Vara Cível
Instância	Inicial
Data da instauração	28/06/2013
Partes no processo	Mundial S/A – Produtos de Consumo x Voges Metalúrgica Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 71.801.437,86 valores em discussão na Impugnação nº 0062167-76.2014.8.21.0010
Principais fatos	<p>Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado pela Voges Metalúrgica Ltda. e Outras, para que possa cumprir suas obrigações assumidas com os credores e, após, retornar ao mercado.</p> <p>02/12/2014: Nos termos do plano de recuperação aprovado pelos credores e homologados pelo juízo, designo audiência para do dia 17/03/2015, às 13h30min, para a abertura das propostas de aquisição da UPI MOTORES, de acordo com o procedimento estabelecido no plano de recuperação aprovado pelos credores, devendo a recuperanda providenciar as publicações dos editais pertinentes. No tocante à apreciação das propostas, deverá desde logo a autora e o administrador promoverem a realização da assembleia para apreciação das propostas. 17/07/2015: INTIMAÇÃO DOS TERCEIROS INTERESSADOS DA DECISÃO QUE ACOLHEU PARCIALMENTE OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM EFEITOS INFRINGENTES OPOSTOS PELA AUTORA. INTIMAÇÃO DO PRIMEIRO SUPLENTE NOMEADO, SPARTACO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO INTERESSE DE INTEGRAR O COMITÊ DE CREDITORES E SOBRE OS INCIDENTES APRESENTADOS NO FEITO. 06/04/2016: Último despacho em 17/12/2015: vistos. Intime-se a recuperada para que atenda, com urgência, ao item 4 da manifestação de fl.4789, prestando as informações e encaminhando à empresa CCEE os documentos solicitados, o que deverá ser comprovado nos autos, no prazo de 05 dias. Ciente das penhoras no rosto dos autos determinadas pela Justiça Federal (fls. 4796, 4798, 4800), bem assim do pedido de reserva de valores requerido pela. 06/04/2016. Prestem as informações solicitadas pelo Superior Tribunal de Justiça às fls.4814, referente ao conflito de competência que lá tramita. Diante da manifestação da recuperada (fl.4811), defiro a reabertura de prazo para manifestação quanto à intimação constante na nota de expediente 1055/15, pelo prazo de 05 dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público, inclusive quanto à manifestação do Administrador Judicial (fl.4804), na qual infere ser indispensável a convocação de nova assembleia para tratar dos rumos da Recuperação Judicial, diante do descumprimento do plano aprovado em assembleia. Com a manifestação do Ministério Público, o administrador Judicial</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

deverá convocar, de imediato, nova assembleia de credores. Os expedientes que se encontram na contracapa dos autos deverão ser entregues ao Administrador Judicial. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências legais. - CARGA MP. 16/05/2016: Último despacho em 02/05/2016: Vistos, etc. acolho a promoção do Sr. Administrador, lançada nas fls. 5.393, no que diz respeito ao pedido de vista às recuperadas, para encaminhamento ali sugerido e designação de nova assembleia, conforme há havia sido anteriormente determinado. A notícia de que as fábricas de motores e fundição apresentam no momento, não obstante a crise econômica do país, fase de prosperidade, recomendam que não se tome o caminho da decretação da quebra, porquanto se mostraria muito mais prejudicial aos credores o desmantelamento das unidades produtivas e sua venda em leilão do que a alienação das em operação. Assim, rejeito o pedido do Ministério Público no sentido da decretação da quebra, o que poderá ser oportunamente reavaliado. Já a questão relativa à competência para exame do pedido de suspensão de atos de alienação junto à Justiça do Trabalho já restou apreciado por este juízo, sendo decidido que não se deve de sua alçada revisar decisões proferidas pela Justiça Especializada, o que há de ser atacado pelos interessados através do manejo de recursos próprios. Por fim, prestem-se as informações solicitadas pelo Egrégio STJ (fls. 5404) e pelo Tribunal de Justiça (fls. 5419), com urgência. Após, intimem-se o Ministério Público e dê-se vista às recuperadas. 22/08/2016: Petição manifestando que a Mundial não se opõe ao pedido do Administrador Judicial de tentar novamente alienar as unidades produtivas com vistas a cumprir o plano de recuperação judicial. 21/11/2016: Intimação das partes do despacho que: - Rechaçou o pedido de convalidação da falência; - acolheu os embargos de declaração de fls. 5620 e seguintes e indeferiu o pedido formulado por Plata Securitizada a S.A. (fls.5618-5620), nos quais refere omissão do juízo quanto ao pedido de supressão judicial da assinatura da Voges para outorga da escritura pública, independentemente de realização de nova Assembleia. - Deferiu o pedido de venda dos veículos relacionados à fl.5616, avaliados em R\$ 1.055,474,00, a fim de que se paguem os credores trabalhistas. 06/04/2017: Intimação das partes da decisão que segue: "Vistos. 1) A fim de melhor manuseio dos autos, arquivem-se os volumes que excedam a 6(seis) em cartório, devidamente identificados. 2) A União, na petição de fl.5788, manifesta-se arguindo que, mesmo após quatro anos do deferimento da recuperação judicial, não obteve-se nenhum avanço das empresas a fim de adotar medidas concretas para equilibrar a sua situação econômica, gerando o débito que hoje ultrapassa 1 bilhão de reais, conforme atestam os documentos e manifestações dos demais credores da recuperada juntados aos autos e, quanto aos débitos fiscais, ultrapassam 600 milhões de reais, cujas execuções estão obstadas, pois todos os bens estão arrecadados pelo juízo da recuperação. Refere, ainda, acerca de matéria publicada no jornal pioneiro (24/02/2017), na qual é indicada a ocorrência de fraude em contratos pactuados pela empresa Competente com a Petrobras, criada de fachada para fraudar a existência de regularidade fiscal para a contratação com o setor Público, cuja ação civil pública tramita perante a vara federal (nº 5013032-95.2016.404.7107). Além disso, aduz que em processo Administrativo instaurado pela Receita Federal fora constatada a reiterada prática dolosa da Voges em apurar e informar imposto inferior ao efetivamente devido, com o propósito de fraude e sonegação fiscal. Postula, por fim, a reconsideração da decisão.

Decisão que indeferiu o pedido de convalidação em falência formulado pelo Ministério Público e da que determinou a realização de nova assembleia de credores. Ainda, requereu a intimação das recuperadas para que manifestem interesse na adesão aos parcelamentos indicados e a consideração dos débitos de FGTS na ordem de pagamento dos credores trabalhistas. 3) Ciente do ofício (fl.5822) acerca das habilitações de créditos trabalhistas, bem como das habilitações oriundas da justiça federal, das quais deverá ter vista o administrador judicial. 4) A fl. 6048 foram interpostos Embargos Declaratórios

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

pela credora Gestion sexta avenida, quanto ao despacho proferido às fls.5703 e 5704, que rejeitou o pedido de convocação de falência postulado pelo ministério público, sob a alegação de omissão, uma vez que a decisão não indicou os motivos pelo quais o pedido de convocação foi rejeitado ou explicitou os fundamentos jurídicos que levaram a tal decisão. 5) A recuperada, às fls.6093 e seguintes, requer a expedição de alvará judicial autorizando a venda e a transferência dos veículos de placas IAR6452 e IQS0110, diante da localização de compradores interessados na aquisição dos bens, que servirão para o pagamento dos créditos trabalhistas. 6) A credora delta fomento mercantil LTDA. - EPP, requereu a intimação da recuperada para que, no prazo de 72 horas, convoque nova assembleia de credores. É o relato. Passo à análise dos pedidos. Primeiramente, no tocante à manifestação da união (item 2), na qual refere a existência de ação civil pública perante a justiça federal em que se discute a fraude pactuada em contratos celebrados com a Petrobrás, determino o oficialmente ao ministério público federal, para que disponibilize cópias da petição inicial que deu início ao ajuizamento da referida ação, possibilitando, assim, melhor análise pelo juízo, a fim de analisar o pedido de convocação em falência, assim como da documentação que instruiu a ação civil pública intentada e decisão liminar proferida naquela demanda, dando-se vista à recuperada, ao administrador judicial e ao ministério público, pela ordem, com urgência. Por ora, determino a suspensão da ordem de realização de nova assembleia, diante de todos os fatos novos trazidos aos autos e que necessitam de melhor análise, a fim de verificar a viabilidade da convocação em falência. Ainda sobre a manifestação da união, intimem-se as recuperadas para que manifestem interesse na adesão aos parcelamentos indicados, quanto à inclusão dos débitos de FGTS no quadro de credores trabalhistas, entendo viável, diante da natureza dos créditos, que se revertem em benefício dos trabalhadores. No tocante aos embargos declaratórios (item 4) referentes à decisão que rejeitou o pedido do ministério público de convocação em falência, não são rejeitados, pois o que pretende o embargante é a reforma da decisão emanada pelo juízo, o que não pode ser feita por meio do recurso apresentado. No entanto, como referido acima, diante dos novos fatos e documentos colacionados aos autos, o pedido de convocação será reanalisado após a juntada da documentação solicitada. No que tange ao pedido de alvará de autorização (item 5) para venda dos veículos, embora anteriormente tenha sido deferido, suspendo, por ora, a ordem, diante das mesmas justificativas acima apresentadas. Quanto ao item 6, resta prejudicada a sua análise diante da suspensão da ordem de convocação de nova assembleia. Intimem-se. Cumpra-se com prioridade todos os atos. 02/05/2017: Vistos. O Banrisul opõe embargos declaratórios quanto ao despacho exarado às fls.6124-6125, alegando omissão, tendo em vista a não apreciação da sua manifestação de fls.5750-5779-verso, na qual postula a liberação dos valores depositados nos autos da ação 010/1.14.0018141-0, que tramita perante a 2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública desta comarca. Efetivamente, por um lapso, não houve apreciação da referida manifestação, o que passo a fazer. Tendo em vista a argumentação dispendida na manifestação do Banrisul, na qual refere que há divergência na manifestação do administrador judicial e do Ministério Público em ambos os autos, sendo que naquele feito houve parecer favorável tanto do administrador quanto do órgão ministerial para a liberação dos valores em favor do banco, em razão de os créditos provenientes daquela demanda referirem-se aos imóveis desapropriados que estavam alienados fiduciariamente, preferindo, portanto, aos créditos trabalhistas, intimem-se o administrador Judicial e o Ministério Público para que se manifestem acerca desta questão, em especial da petição e documentos juntados às fls.5750 e seguintes. Das propostas de vendas dos diversos veículos em nome da empresa, deverão manifestar-se o Administrador Judicial e o Ministério Público, considerando que os bens, por encontrarem-se sem utilização, estão em constante desvalorização e depreciação, sendo a venda uma alternativa viável a fim de garantir o pagamento de eventuais créditos trabalhistas. Havendo parecer favorável, será autorizada a venda dos bens aos interessados

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	indicados, salientando que a liberação das restrições será determinada apenas após o efetivo depósito dos valores em juízo. Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
Possibilidade de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 583.00.2004.031553-2	
<i>Juízo</i>	37ª vara cível - foro central cível
<i>Instância</i>	2ª instância
<i>Data da instauração</i>	29/03/2004
<i>Partes no processo</i>	Crisel Presentes LTDA x Edson Scroback e Laboratório Avamiller de Cosméticos LTDA.
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 4.376.235,78
<i>Principais fatos</i>	Crisel Presente ingressou com Ação Indenizatória por Perdas e Danos em face de Laboratório Avamiller e Edson Scroback, em 26/03/2004. Os fatos envolvem a negociação de um imóvel o qual teria sido objeto de venda pelos Demandados a Autora, mas tal bem estava constricto em processo movido pela Nossa Caixa. Alegando supostos prejuízos e despesas, alegando que ficou privada de utilizar o imóvel de sua propriedade (Dano Material + Lucros Cessantes). Requereu a apuração dos danos em perícia técnica e contábil. A Ação foi julgada parcialmente procedente, condenando os réus solidariamente ao pagamento de indenização equivalente ao aluguel da parte não ocupada no terreno (10.950,44 m²), observando-se o valor locativo unitário de R\$64,82/m² (válido para março/2007 - fls. 918) mais os valores dos IPTUs proporcionais à mesma área, desde a data da penhora (19.11.93) até a data da solução definitiva sobre o destino do imóvel). Sobre o principal serão acrescidos correção monetária desde a data em que devida cada prestação mensal e juros moratórios legais desde a data da citação. Em razão da sucumbência, os réus arcarão com custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação. P.R.I.C. São Paulo, 30 de setembro de 2.009.Houve Apelação das partes. Dado provimento ao Recurso dos Réus e negado provimento ao Recurso da Autora, para afastar a sentença de parcial procedência da demanda, julgar-se integralmente improcedentes os pedidos iniciais. Com o resultado, restou condenada a Autora ao pagamento das custas e despesas do processo além de honorários fixados em dez mil reais para o patrono de cada um dos corréus. Apresentados Embargos de Declaração pela Crisel Presentes, foram rejeitados. Apresentado Recurso Especial, ao qual foi negado seguimento. Apresentado Agravo, que não foi conhecido. Apresentado Agravo Regimental, foi negado provimento. Apresentados Embargos de Declaração onde está pendente de julgamento de recurso. 28/08/2017: Peticionado Cumprimento de Sentença Provisório; 27/09/2017: Peticionado Cumprimento de Sentença Provisório (Avamiller);
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 224.01.1991.004411-0	
<i>Juízo</i>	5ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos - SP
<i>Instância</i>	2ª instância
<i>Data da instauração</i>	19/09/1991
<i>Partes no processo</i>	Nossa Caixa – Nosso Banco S/A. – Banco do Brasil S/A x Laboratório Avamiller de Cosméticos LTDA.
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 4.208.023,06
<i>Principais fatos</i>	<p>Nossa Caixa – Nosso Banco S/A ingressou com ação de execução de título extrajudicial em face de Laboratórios Avamiller de Cosméticos LTDA. Alegando ser credora da requerida em virtude de contrato de serviços bancários, representado pelo contrato de abertura de crédito rotativo em conta corrente. Julgado extinto a execução de título extrajudicial. Em apelação os devedores foram condenados as custas e despesas processuais afastando a fixação de honorários.</p> <p>Foram interpostos recurso especial pelo Laboratório Avamiller para discussão dos honorários advocatícios sucumbenciais.</p> <p>Apresentadas contrarrazões ao Recurso Especial. Proferido despacho pelo juízo a quo negando seguimento aos Recursos Especiais interpostos pela Crisel e Laboratório Avamiller. Sendo apresentado pela Crisel, agravo em face da decisão de inadmissibilidade do seu recurso especial, buscando o reconhecimento do seu direito de honorários advocatícios, no aguardo do julgamento desde 4/2015.</p>
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 0811761-402006	
<i>Juízo</i>	Vara cível - foro cível da Comarca de Alto Petrópolis -POA
<i>Instância</i>	1ª instância
<i>Data da instauração</i>	18/04/2006
<i>Partes no processo</i>	Mundial S/A Produtos de Consumo x Raimpex Assessoria e Consultoria de Comércio Internacional Ltda
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 1.384.779,57
<i>Principais fatos</i>	<p>Diante da publicação em 16/05/2014 de decisão de indeferimento do pedido de desconsideração da personalidade jurídica da ré, peticionamos requerendo a suspensão do processo por 90 (noventa) dias, com determinação de nova intimação, após, para dar prosseguimento. 29/06/2015: Petição protocolada - apresentação de cálculo atualizado do débito, requerimento de BacenJud e Renaud e expedição de Ofício à Receita Federal. 11/08/2015: Juntada renúncias Suelen e Karla e nova procuração. 13/08/2015: VISTOS. INTIME-SE A PARTE AUTORA SOBRE O RESULTADO DA CONSULTA AO RENAJUD. 09/09/2015: Pet. Prot. Requer expedição de ofício ao titular da alienação fiduciária e 24ª VT POA - sobre informação restrição em veículos e reitera pedido BacenJud. 06/04/2016: Despacho: Vistos. 1. Defiro o bloqueio pelo Sistema Bacenjud. Todavia, conforme documento que segue, não foram encontrados valores em contas da parte executada, devendo a parte credora ser intimada para indicar outros bens à penhora. 2. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre para que informe a este juízo se persiste a restrição no veículo descrito à fl. 363. 3. Informe a autora o nome e endereço do credor fiduciário, para fins de expedição do ofício. 4. Providencie o Sr. Escrivão na consulta à base de dados do sistema INFOJUD, realizando as diligências pertinentes junto à Receita Federal. Intime-se. - Aguardando intimação. 16/05/2016: Proferido Despacho em 22/02/2016: Vistos. 1. Defiro o bloqueio pelo Sistema Bacenjud. Todavia, conforme documento que segue, não foram encontrados valores em contas da parte executada, devendo a parte credora ser intimada para indicar outros bens à penhora. 2. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho de Porto Alegre para que informe a este juízo se persiste a restrição no veículo descrito à fl. 363. 3. Informe a autora o nome e endereço do credor fiduciário, para fins de expedição do ofício. 4. Providencie o Sr. Escrivão na consulta à base de dados do sistema INFOJUD, realizando as diligências pertinentes junto à Receita Federal. Intime-se. 20/05/2016: da pesquisa de endereço, intime-se a parte autora. 13/06/2016: diga o autor sobre o prosseguimento do feito. 21/06/2016: Apresentado manifestação s/ prosseguimento e pedido de instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 27/07/2016: Despacho: Vistos. Primeiramente, oficie-se ao Banco Itaú para informe a este juízo sobre a situação do contrato de financiamento de alienação fiduciária, cujos dados constam no item 1 de fl. 378. Oficie-se à 24ª Vara do Trabalho para que informe a este juízo se ainda permanece a restrição judicial sobre os bens de fls. 362/364 (remeter cópia com o ofício). Após, voltem para apreciação do pedido desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do que dispõem os arts. 133 e seguintes do NCP. 30/09/2016: Aguarda resposta de Ofício. 01/12/2016: Vista às partes do retorno do ofício. 30/05/2017: Diga o autor sobre o retorno do AR negativo (AUSENTE 3 VEZES). 27/06/2017: Peticionada manifestação, referente ao retorno do AR negativo, requerendo a citação via oficial de justiça; 14/08/2017: providencie a parte autora o pagamento da condução junto a carta precatória expedida (008/11700141673); 24/08/17: Manifestação requirendo a juntada do comprovante de pagamento da condução junto à CP expedida; 04/09/2017: Intima-se a parte autora para que recolha as custas de distribuição da precatória, sob pena de devolução sem cumprimento. 26.09.2017: Diga a parte</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	autora sobre a certidão negativa do oficial de justiça. 13/10/2017: Peticionada Manifestação requerendo a citação do sócio Rinaldo Lopes da Silva em outro endereço (informado pelo Oficial de Justiça);
<i>Possibilidade de perda</i>	Possível
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

Processo nº 0185301-19.2009	
<i>Juízo</i>	4ª Vara Cível - Comarca de Caxias do Sul/RS
<i>Instância</i>	1ª instância
<i>Data da instauração</i>	18/05/2009
<i>Partes no processo</i>	Mundial S/A Produtos de Consumo x Associação Educacional Nossa Senhora de Caravaggio (FAI)
<i>Valores, bens ou direitos envolvidos</i>	R\$ 2.714.554,25
<i>Principais fatos</i>	<p>Realizado acordo no processo para saída do inquilino em 31/12/2013 na execução provisória, cujo objeto é apenas o despejo. Acórdão publicado em 06/08/2014: Conforme se extrai do recurso de apelação, houve a abertura do inventário de Irma Trojan na data de 14/04/2012, devendo ser dispensada a citação de todos os herdeiros, porém, a citação deve ser dirigida ao inventariante nomeado – Sr. Nelson Cesa Sperotto. Assim, diante do exposto, tenho que a sentença de primeiro grau deve ser desconstituída, determinando que seja providenciada a citação válida do Espólio de Irma Daros Trojan, na pessoa do inventariante nomeado, Sr. Nelson Cesa Sperotto. Peticionado em 17/11/2014, fornecendo o endereço para citação. 9/03/2015: INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA JUNTAR COPIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA RECOLHER UMA CONDUÇÃO DE 2,5 URC. 22/04/2015: VISTA À AUTORA ACERCA DA CONTESTAÇÃO RETRO. 25/05/2015: Juntada contestação. 04/08/2015: Apresentada manifestação da contestação. 10/11/2015: Designada audiência para tentativa de conciliação no dia 26/11/2015, às 10h00min, na sala de conciliação do CEJUSC - 3º andar deste Foro, a proceder-se pelo Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania - CEJUSC desta Comarca, nos termos da Resolução 873/2011 - comag. 26/11/2015: realizada audiência não houve conciliação. 09/12/2015: audiência de tentativa de conciliação inexistosa. intimem-se as partes acerca do interesse e a necessidade de outras provas, justificando-as, inclusive o inventariante dativo. no silêncio, será examinada a possibilidade de julgamento antecipado. 15/03/2016: tenho que a perícia postulada se apresenta desnecessária ao deslinde do feito, pelo que a indefiro. intimem-se. decorrido o prazo para apresentação de recurso, voltem conclusos para sentença. 06/04/2016: Aguardando juntada de documentos. 6/05/2016: Último despacho em 10/05/2016: Vistos. Considerando a nova sistemática recursal, intime-se a parte ré para que observe as disposições do art. 1.009, § 1º, do CPC. Após, voltem para sentença. Aguardando intimação. 09/06/2016: a decisão de fls. 308/12, restou desconstituída (fls. 381) visto não ter sido providenciada a citação do espólio de Irma Daros Trojan e Alois Trojan, na pessoa do inventariante nomeado, Sr. Nelson Cesa Sperotto, retornando os autos da instância superior, com a ressalva de que deve ser dispensada a citação de todos os herdeiros, porém, tal citação deve ser dirigida ao inventariante</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>nomeado, tal medida foi perfectibilizada, conforme certidão de fls. 396v, com manifestação apresentada pelo inventariante dativo (fls. 397-8), aderindo às contestações de fls. 119/122 e argumentos de fls. 322-334, bem como pedido de intimação da autora da atual proprietária do prédio. Abertura de prazo para nova dilação probatória, fl. 414. Pedido da parte autora de restrição sobre imóveis, em nome da parte ré, fl. 415. Opostos agravo retido e embargos de declaração pela parte ré, fls. 422-9 e fls. 432-7. passo ao exame dos embargos, recebendo-os e dando provimento na forma que segue: acolho os embargos de declaração e torno sem efeito a decisão de fls. 420 (indeferimento de perícia) e, defiro a realização da perícia, postulada pela parte ré, evitando que, em nova prefacial levantada em eventual recurso de apelação haja nova desconstituição da decisão por interpretação de cerceamento de defesa. as partes, inclusive o inventariante dativo, deverão apresentar os quesitos a serem submetidos ao perito judicial. a ação deve ser convertida em ação de cobrança. o período da cobrança dos locativos inadimplidos devem ser especificados pela parte autora, para que se estabeleça a correta discussão do objeto da cobrança, devendo dizer também sobre a necessidade de perícia contábil para tal desiderato. os pedidos formulados pelo inventariante dativo, restam prejudicados, em face da concordância da parte autora (fls. 401-2), com o que por ele foi afirmado na manifestação 397-98 (intimação da atual proprietária do imóvel e quitação parcial dos locativos a partir da aquisição do prédio: 2012). Defiro a expedição de ofício, nos termos postulados às fls. 415. intmem-se. 30/06/2016: ofício à disposição da parte autora. 30/09/2016: expedição de ofício. 15/12/2016: vista as partes acerca da manifestação do perito; 18/01/2017: petição de manifestação juntada; 07/04/2017: vista ao inventariante dativo, fls. 463-4. 21/06/2017: Ante a pretensão honorária do perito, bem como a informação prestada pelo inventariante dativo, intmem-se, para manifestações. Aguardando realização de perícia; 24/10/2017: Da manifestação juntada pela Associação Educacional às fls. 470/471, dê-se vista às partes. Após, com ou sem manifestação, dê-se vista ao perito.</p>
<i>Possibilidade de perda</i>	Remota
<i>Análise do impacto em caso de perda</i>	Impacto financeiro no valor acima descrito.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Processo trabalhista:

Processo nº 57745	
Juízo	Cidade de Buenos Aires
Instância	ABIERTO A PRUEBA
Data da Instauração	30/12/2011
Partes no Processo	A.G.J. (Diretor) X Mundial Argentina S/A
Valores, Bens ou Direitos Envolvidos.	R\$ 4.252.282,88 - Trabalhista e Indenizatória.
Principais Fatos	Existen probabilidades de tener éxito probando que la causa del despido es justificada. En este sentido resulta fundamental la prueba a producirse, el resultado de la causa penal y la consideracion de la documental acompañada. Sin embargo aún acreditando la causal del despido al trabajador le corresponderían algunos rubros por haber intimado estando vigente la relacion laboral.
Chance de Perda	Possível
Análise do impacto em casos de perda no processo	Impacto financeiro no valor acima descrito.
Valor Provisionado	Não Há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todos os processos relevantes que podem causar impactos na empresa foram relacionados no item 4.3 deste formulário.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Companhia não possui valores mobiliários negociados fora do país de origem, portando não há regras para o investidor brasileiro em BDR.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso positivo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

Uma política de risco vem sendo estudada e elaborada para futura apreciação pelos membros da diretoria, enquanto não se tenha uma Política formal de gerenciamento de risco os membros do Conselho de Administração juntamente com a diretoria em reuniões mensais acompanham e monitoram todos os riscos em que a Companhia está exposta O objetivo da Companhia continua sendo manter o crescimento, sustentação e a perpetuidade dos negócios, com o firme propósito de aprimorar cada vez mais as práticas de governança corporativa. Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos no item 4.1 ou em razão da ocorrência de qualquer outros fatores não previstos por nós. Com isso o preço de mercado das Ações poderá cair, e o investidor poderá ser afetado e perder parte ou todo o investimento realizado nas Ações.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos para os quais se busca proteção
- ii. os instrumentos utilizados para proteção
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de risco

A Companhia não adotou uma política formal de gerenciamento de risco, mesmo assim, a administração busca acompanhar e monitorar todo e qualquer tipo de risco que possa de alguma forma negativa, prejudicar os objetivos traçados pelos administradores no atingimento de seus objetivos. A Companhia não utiliza instrumentos com objetivo de proteção contra riscos operacionais.

- c. adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

A Companhia entende que a sua estrutura operacional de controles internos está adequada dentro dos parâmetros elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco de mercado, porém as operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração que tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura da gestão de risco da Companhia. O Conselho de Administração acompanha através de reuniões mensais as práticas adotadas pelas áreas financeiras e controladoria, os critérios de seleção das instituições financeiras obedecendo sempre aos parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de risco de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção;**

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos de mercado:

- Riscos das Taxas de Câmbio
- Riscos das taxas de juros
- Riscos de crédito

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge);**

A Mundial registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados. Os instrumentos financeiros são contratados através de uma política de gerenciamentos de riscos relacionados a redução da exposição em moeda estrangeira e taxa de juros, bem como manter sua capacidade de investimentos e financiar seu crescimento.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Mundial em relação aos valores de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mantidos até o vencimento				
Aplicação financeira	543	37	1.095	286
Títulos de capitalização	-	623	-	623
Empréstimos e recebíveis	2017	2016	2017	2016
Clientes	83.000	74.473	142.426	133.592
Créditos com partes relacionadas	62.817	41.705	15.661	8.951
Debêntures a receber	324.582	304.638	324.582	304.638
Títulos a receber	16.352	17.144	22.493	21.770
Direitos Creditórios	133.934	127.964	138.449	132.278
Outros créditos	19.350	148.170	27.602	160.216
Empréstimos e financiamentos	123.324	104.056	145.781	123.357
Fornecedores	24.056	24.916	40.106	35.857
Partes relacionadas	139.871	137.606	1.409	-

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais passivos financeiros da Mundial são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mantidos até o vencimento				
Aplicação financeira	543	37	1.095	286
Títulos de capitalização	-	623	-	623
Empréstimos e recebíveis	2017	2016	2017	2016
Clientes	83.000	74.473	142.426	133.592
Créditos com partes relacionadas	62.817	41.705	15.661	8.951
Debêntures a receber	324.582	304.638	324.582	304.638
Títulos a receber	16.352	17.144	22.493	21.770
Direitos Creditórios	133.934	127.964	138.449	132.278
Outros créditos	19.350	148.170	27.602	160.216
Empréstimos e financiamentos	123.324	104.056	145.781	123.357
Fornecedores	24.056	24.916	40.106	35.857
Partes relacionadas	139.871	137.606	1.409	-

Em 31 de dezembro de 2017, a Mundial S.A. e suas controladas mantêm aplicações em CDB, classificadas como ativos financeiros mantidos até o vencimento, as quais estão atreladas aos empréstimos e financiamentos.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Com relação aos parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, deve-se destacar que os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

em consideração a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas. Além disso, a Companhia verifica constantemente as movimentações de taxa de juros e variação cambial, avaliando a necessidade de proteção através de hedge. Porém, atualmente, a Companhia não tem utilizado nenhuma proteção de hedge e não opera com instrumentos derivativos.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivo diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos;

Com relação à utilização de instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial, a Companhia informa que não utiliza nenhuma proteção de *hedge* e nem opera com instrumentos de derivativos.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não adota nenhuma estrutura organizacional e não possui nenhum sistema de controle interno voltado a verificação de gerenciamentos de risco. A área financeira realiza todas as operações financeiras com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

5.3 - Descrição dos controles internos

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providencias adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da Companhia relativos à preparação e divulgação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas são processos que visam fornecer razoável segurança à respeito da confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração dos relatórios de acordo com os princípios e normas contábeis geralmente aceitos.

A Companhia e suas controladas, com base nas melhores práticas e através de sua estrutura interna, buscam estabelecer e implementar as políticas e os procedimentos necessários à manutenção dos registros com detalhes razoáveis que refletem a exatidão as transações e disposições dos ativos. Tais controles também fornecem segurança razoável de que as transações registradas referem-se a recebimentos e gastos autorizados conforme os controles internos e são imprescindíveis para as operações da Companhia.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional envolvida no processo corresponde as áreas administrativas, tais como a Contabilidade e Controladoria.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A administração, a partir da revisão feita no sistema de controle interno e dos procedimentos contábeis efetuados pelos auditores independentes, analisará todas as recomendações apontadas e no decorrer do exercício atual providenciará as devidas correções e adequações.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Como resultado dos procedimentos presentes no relatório preparado e encaminhado pelo auditor independente sobre as demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, foram identificadas deficiências de controle interno descritas nas partes I. Assuntos Contábeis e Administrativos, II. Assuntos do Ambiente Fiscal e Previdenciário e III. Assuntos do Ambiente de Tecnologia da Informação. As recomendações e observações apresentadas têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e os procedimentos contábeis da Companhia, e foram previamente discutidas com a administração.

5.3 - Descrição dos controles internos

I. ASSUNTOS CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS

Os pontos a seguir destacados, foram previamente apresentados e debatidos com a Administração e seus responsáveis técnicos. Eventuais distorções foram no conjunto consideradas irrelevantes para o bom e correto entendimento e avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto por parte de seus usuários.

Para identificação dos itens, apresentamos os pontos separadamente pela Companhia e por suas controladas:

Empresa: MUNDIAL S/A - PRODUTOS DE CONSUMO

1. Compras sem evidencia de aprovação pelo responsável do setor requisitante

Situação observada:

Observamos que quando é solicitado uma compra pelo setor das empresas, não fica nenhuma evidencia de autorização no documento de compra com a assinatura do responsável pela a autorização da compra.

Considerando que o Setor de Compras não possui um documento físico que autorize a compra solicitada via requisição pelos departamentos da empresa. Pois a mesma é autorizada via login de entrada do colaborador o qual possui a alçada para realizar a compra, também verificamos que o sistema não possui uma trava, ou seja, qualquer comprador pode realizar uma compra independente de sua alçada.

Recomendação:

Implementar travas sistêmicas no processo de autorização de compra para que tais lançamentos tenham rastro de auditoria após o encerramento do fechamento contábil mensal.

A Falta de travas nos perfis dos colaboradores pode permitir o uso indevido e a execução de transações sem a devida segregação operacional de funções.

Comentários da Administração:

A Administração efetuara a avaliação da recomendação durante o exercício de 2018.

2. Falta de autorização e controles sobre lançamentos contábeis manuais.

Situação observada:

A Companhia não possui controles formalizados e revisão dos lançamentos manuais efetuados na contabilidade.

Recomendação:

Implementação de controles e rotinas que identifiquem os lançamentos manuais e que os mesmos sejam realizados somente mediante aprovações, com intuito de mitigar o risco de registros inadequados e possíveis impactos referentes à lançamentos contábeis manuais inadequados.

Comentários da Administração:

Os lançamentos contábeis manuais realizados estão restritos as áreas de contabilidade de custos, contabilidade fiscal e contabilidade societária, e as áreas envolvidas mantem controle das contabilizações realizadas de forma que podem ser facilmente identificadas e justificadas.

5.3 - Descrição dos controles internos

3. Saldo no relatório financeiro do Contas a Receber credor

Situação observada

Certificamo-nos de que a Companhia possui relatório financeiro de contas a receber, com posição analítica do saldo em determinada data, bem como apresenta a abertura dos títulos vencidos e a vencer por categorias vencimento. Entretanto, ao verificarmos os títulos listados no relatório financeiro, observamos existência de valores de títulos com saldo credor.

Constam devoluções de vendas de longa data, tais como dezembro de 2009, do Armarinhos Kazanova Ltda., cabe destacar que na posição do relatório em 31 de dezembro de 2017, o total de valores nessa mesma situação perfazia o montante de R\$641.503,08, o que representa 1,58% do total do contas a receber.

Recomendação

Diante do exposto, sugerimos a revisão destes valores em aberto, bem como a correta classificação dentro do grupo de contas a receber ou de adiantamento de clientes, com intuito de demonstrar o correto saldo do Contas a Receber da Companhia.

Comentários da Administração:

A Administração efetuara a avaliação da recomendação e fara os devidos justes durante o exercício de 2018.

4. Baixa do saldo da conta de "Depósitos Não Identificados"

Situação observada

Identificamos que consta a conta contábil no balancete da Companhia denominada "Depósitos Não Identificados", cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 perfazia o montante de R\$ 346.343,07, os quais se tratam de quantias recebidas, mas que não foi possível a correta identificação da origem do depositante.

Recomendação

Sugerimos, para fins de acertos contábeis, a baixa dos valores desta rubrica e reconhecimento no resultado como receita destes numerários, bem como que o mesmo seja oferecido a tributação conforme regra fiscal vigente.

Comentários da Administração:

A Administração efetuara a avaliação dos itens levantados e durante o exercício de 2018 serão tomadas as devidas providências.

5. Baixa de valores de importação em andamento 2016

Situação observada

Observamos uma totalidade R\$ 495.142,37 relativo a operação de importação de mercadorias, a qual a Companhia mantém o controle através de planilhas eletrônicas em excel, onde é possível verificar o histórico da rubrica.

Entretanto, ao verificarmos a planilha de controle utilizada pela Companhia, constatamos a existência de R\$ 98.190,75, correspondente a 19,83% do saldo aproximadamente referente a adiantamentos do exercício de 2016 ainda em abertos.

5.3 - Descrição dos controles internos

Recomendação

Recomendamos que seja realizado o aprimoramento no que diz respeito ao controle interno, a fim de que essas situações de valores em aberto há bastante tempo sejam evitadas e regularizadas dentro do período da importação em aberto.

Comentários da Administração:

A Administração efetuara a avaliação da recomendação durante o exercício de 2018.

II . ASSUNTOS DO AMBIENTE FISCAL E PREVIDENCIÁRIO

Os pontos a seguir destacados, foram previamente apresentados e debatidos com a Administração e seus responsáveis técnicos. Eventuais distorções foram no conjunto consideradas irrelevantes para o bom e correto entendimento e avaliação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto por parte de seus usuários.

Para identificação dos itens, apresentamos os pontos separadamente pela Companhia e por suas controladas:

Empresa: MUNDIAL S/A - PRODUTOS DE CONSUMO

1. Insuficiência de funcionários portadores de deficiência física - PCD

Situação observada

A companhia não possui em seu quadro de funcionários o número suficiente de PCD - Portadores com Deficiência, conforme artigo 93 da Lei 8.213 de 24/07/91, a qual obrigada a companhia ter de 2% a 5% do seu total de funcionários, considerando que todas as empresas brasileiras com mais de 99 funcionários, independente do ramo de atividades, devem contratar pessoas com deficiência para compor o seu quadro de colaboradores.

A lei determina a obrigatoriedade da observância da contratação mínima sob pena de autuação através de multa administrativa.

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta Lei:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Recomendação:

Recomendamos a Companhia se enquadre nas obrigatoriedades da legislação vigente, com intuito de evitar multas desnecessárias que afetem o seu caixa, bem como evite em caso de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a avaliação por meio dos auditores fiscais de cumprimento da cota de forma retroativa.

Comentários da Administração:

Estão sendo contratados mais PCD's a fim de atender as cotas apontadas pela legislação. Em 2018 a situação será regularizada.

5.3 - Descrição dos controles internos

2. Insuficiência de contratação de funcionários na condição de menores aprendizes

Situação observada

Identificamos que a empresa possui insuficiência no quesito de contratação de menores aprendizes conforme lei no 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Recomendação:

Recomendamos a Companhia se enquadre nas obrigatoriedades da legislação vigente, com intuito de evitar multas desnecessárias que afetem o seu caixa, bem como evite em caso de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a avaliação por meio dos auditores fiscais de cumprimento da cota de forma retroativa.

Comentários da Administração:

Situação dos Aprendizes já regularizada em fevereiro de 2018.

III. ASSUNTOS DO AMBIENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Inconformidades no Datacenter

Situação observada

Foi realizada avaliação nas salas destinadas ao datacenter da empresa Mundial na cidade de Caxias e Gravataí., onde constamos as seguintes inconformidades:

Datacenter Caxias (File Server e Sistemas): Na sala que antecede o datacenter da empresa, sala onde se encontra os nobreaks, constatou-se que há janelas de vidro, expondo os equipamentos a calor solar e a possíveis incidentes em caso de quebra do vidro. No local há uma porta de ferro, disponibilizando acesso direto a sala e forro do teto em PVC (material de fácil propagação em caso de fogo).

Já dentro da sala destinada ao datacenter foi constatado divisórias em Eucatex, material também de fácil propagação em caso de fogo e inadequado para se ter no local.

Datacenter Gravataí (File Server): Já na sala destinada ao datacenter da empresa de Gravataí encontramos uma janela forrada com isopor (material toxico). Divisórias e forro de fácil propagação em caso de fogo. Equipamentos de TI sem utilização e fios elétricos e cabos de rede sem conduites apropriadas. Também não constatamos na sala, um sistema de monitoramento de acessos, como fechadura biométrica ou até mesmo uma câmera para identificação de acessos a mesma.

Riscos e/ou possíveis consequências:

- Fácil propagação em caso de fogo;
- Baterias expostas a calor;
- Falta de monitoramento de acesso;
- Acidentes com cabos elétricos;
- Ruptura de cabos de dados.

Recomendações

Datacenter Caxias: Fechar as janelas da sala dos nobreaks com material apropriado, inibindo exposição de equipamentos e baterias a calor solar e possível acidentes por quebra de vidros. Trocar forro de

5.3 - Descrição dos controles internos

PCV e divisórias de Eucatex por material apropriado de difícil propagação em caso de fogo, reduzindo assim o risco de um princípio de incêndio se alastrar rapidamente pelo Datacenter.

Datacenter Gravataí: Retirar isopor da sala, pois o mesmo é tóxico e de fácil propagação em caso de fogo. Fechar janela da sala com material apropriado, inibindo calor e acidentes em caso de quebra de vidro. Por um sistema de monitoramento de acesso. Retirar equipamentos de TI sem utilização do local. Trocar forro e divisórias da sala, por fios e cabos em conduites apropriados.

Comentários da Administração:

Datacenter Caxias:

Está em andamento uma Análise de Investimentos para a adequação no Datacenter localizado na Unidade de Caxias do Sul.

Prazo para conclusão da Análise de Investimento: 31/08/2018.

O prazo para conclusão da adequação dependerá da viabilidade do investimento.

Sala em Gravataí:

Por conter somente um fileserver local, central telefônica e um no-break, a sala em Gravataí não é um Datacenter, não havendo requisitos para investimentos neste ambiente.

Para melhorar as condições de segurança da sala, o isopor será trocado por outro material não propagador de fogo, também serão implantadas uma fechadura eletrônica e uma câmera de monitoramento de acessos.

Prazo para implantação: 30/09/2018.

2. Controle de acesso aos racks nos setores

Situação observada

Em visita a 5 racks que ficam alocados em locais estratégicos da empresa de Gravataí, detectou-se que um dos mesmos não possui um controle de acesso efetivo e adequado pois encontramos o rack aberto.

Deve-se ter um controle de acesso restrito aos racks dos setores, pois há possibilidade de pessoas não autorizadas e sem conhecimento acessarem os mesmos e deixar um setor inteiro da empresa parado por tempo indeterminado.

Riscos e/ou possíveis consequências

- Acesso não autorizadas à ativos da rede, podendo ocasionar até mesmo a parada dos serviços de alguns setores.

Recomendações

Fechar o rack com chave e deixar a mesma junto a dos outros racks na TI da empresa. Também sugerimos a utilização de fichas de controle para quem solicita a chave dos racks.

Comentários da Administração:

O fechamento do rack apontado já foi providenciado.

3. Local inadequado para guarda do backup

Situação observada

5.3 - Descrição dos controles internos

Constatamos que o armário da sala de segurança onde fica o HD de backup do file Server da empresa de Gravataí não é adequado, pois o mesmo fica junto a janela da sala e é de madeira. Constatou-se também papeis na parte inferior (materiais de fácil propagação em caso de fogo), indício que não é somente funcionários da TI que acessam seu interior. O controle de acesso ao armário é feito através de chave e em verificação constatou-se que o mesmo pode ser facilmente arrombado, há uma câmera de monitoramento somente na porta de acesso a sala da segurança, impossibilitando identificar pessoas que acessam o interior do armário.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Perda de dados de backup;
- Falta de identificação de acesso ao armário;
- Ambiente propicio a acidentes.

Recomendações

Adquirir um cofre anti-incendio para guarda do backup da empresa, o mesmo deve ficar em uma sala com uma distância segura do datacenter. Sugerimos uma sala com câmera de monitoramento de acessos e com pouca circulação de pessoas.

Comentários da Administração:

Como o backup em questão refere-se somente ao file server daquela Unidade, não comporta o investimento em um cofre anti-incêndio. Como medida de segurança, já foi colocado um armário metálico com chave na portaria onde temos monitoramento 24h, sendo que as chaves estão em poder do setor de TI.

4. Plano formal de backup/restore

Situação observada

O documento apresentado como plano formal de backup/restore da empresa o "PA0039" está mais para a política de segurança da empresa, pois em análise do mesmo constatamos que há apenas uma tabela informativa com os Jobs e horário de funcionamento de cada, e onde são salvos os backups.

Já os documentos de restore apresentados (servidor de domínio, Exchange e Windows Server 2008) estão muito bons, os mesmos estão bem detalhados com as instruções de restore caso haja necessidade do operador restaurar algum dos serviços ou maquina descrita. Porem faltou a apresentação do planejamento de restore dos sistemas utilizados pela empresa e somente do banco de dados dos sistemas.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Impossibilidade de recuperação dos dados por operador de backup que não conheça o processo.
- Impossibilidade de responsabilização caso haja falha humana no processo.

Recomendações

Deve se conter em um plano formal de backup/restore o detalhamento de cada job de backup, se o mesmo é full ou incremental, horário de funcionamento, do que é feito o backup (imagem maquina, arquivos, sistema, BD, etc.), onde estão sendo salvo o backup (storage, servidor, HD externo, etc.), o responsável pelo funcionamento do backup e verificação dos logs e informações sobre o tempo de guarda.

Elaborar documento com instruções de restore nos mesmos moldes dos já existentes para os principais sistemas utilizados pela empresa e seus bancos de dados e para cada File Server das

5.3 - Descrição dos controles internos

unidades. Recomenda-se também que seja criada uma planilha testes de integridade de dados, para que a TI tenha um controle formal dos resultados apresentados e garanta a integridade dos backups.

Comentários da Administração:

O plano backup/restore para sistemas será confeccionado nos mesmos moldes dos planos já apresentados e elogiados. Também será criado um registro dos restores que são efetuados.

Prazo de conclusão: 30/09/2018

5. Criação de planejamento estratégico

Situação observada

A empresa ainda não conta hoje com um Planejamento Estratégico de SI (Sistemas de Informação). O planejamento é ferramenta importante na tomada de decisão da organização, na identificação das oportunidades de SI para apoiar os negócios empresariais, no desenvolvimento de arquiteturas de informação baseadas nas necessidades dos usuários e no desenvolvimento de planos de ação dos SI a longo prazo.

O planejamento estratégico de sistema de informação deve refletir as funções e dados necessários para suportar o negócio, os objetivos, os fatores críticos de sucesso, e as necessidades de informação da alta administração da empresa. Da mesma forma, deve retratar como a tecnologia pode ser utilizada para criar novas oportunidades ou vantagens competitivas.

Um planejamento estratégico de sistemas de informação deve, inicialmente, definir o negócio antes do desenvolvimento e implantação de sistemas, considerando os fatores críticos de sucesso do negócio. Simultaneamente, o planejamento cria oportunidades de identificar funções e armazenamentos duplicados, apontar problemas e oportunidades, além de fornecer uma base para o desenvolvimento de estratégias de hardware, software, recursos humanos e rede de comunicação de dados.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Falta de visão estratégica de vantagens;
- Perda de foco e objetividade do negócio;
- Falta de comprovação de apoio e aderência aos objetivos e missão da empresa;
- Falta de definição e indicadores para tomada de decisões para alta gerência;
- Falta de criação de modelo funcional completo do negócio.

Recomendações

Criação de plano estratégico com os seguintes objetivos:

- Investigar as oportunidades de ganho de vantagens;
- Estabelecer objetivos;
- Facilitar a consecução dos objetivos empresariais através da análise de seus fatores críticos de sucesso;
- Determinar quais informações podem auxiliar a gerência a realizar o seu trabalho;
- Criar um modelo funcional e de dados do negócio;
- Subdividir o modelo funcional de negócios.

Comentários da Administração:

Como a Companhia norteia suas ações através do Planejamento Orçamentário, e não dispõe de um Planejamento Estratégico formal, o departamento de Tecnologia da Informação atua muito próximo às demais áreas e diretoria, moldando suas estratégias e projetos de forma mais ágil e alinhado com a demanda atual do negócio.

5.3 - Descrição dos controles internos

6. Inexistência de comunicado à TI de funcionários em afastamento temporário

Situação observada

Foi identificado que a empresa não conta com um procedimento para bloqueio das contas de seus funcionários que estão em afastamento temporário, seja por motivo de férias, saúde ou licença maternidade. Considerando que a área de TI não é comunicada destes afastamentos, as contas de funcionários ausentes por algum dos motivos citados acima não são bloqueadas.

A não desativação temporária de contas, incentiva colaboradores que vão sair de férias ou estão de licença saúde a compartilhar seus acessos com colegas. Estes podem vir a ter seus trabalhos feitos sem a devida informação ao gestor da área ou até mesmo a TI, acarretando grave problema de segurança de informação. A empresa também corre o risco de uma possível ação trabalhista caso o funcionário comprove que acessou e-mails ou sistemas no período que esteve de licença temporária.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Compartilhamento de senhas entre usuários;
- Acesso não autorizado a informações na rede e nos sistemas;
- Comprovação com base legal, caso alguém utilize a conta, de que o colaborador esteve trabalhando.

Recomendações

Criação de processo interno de bloqueio temporário de contas de usuários na rede, sistemas e e-mail, em caso de afastamento temporário do colaborador.

Comentários da Administração:

Será desenvolvido um procedimento de comunicação entre o RH e a TI para realizar a inativação dos funcionários em afastamento temporário, assim como é feito para os desligamentos.

Prazo de implantação: 31/08/2018.

7. Atualização de Sistemas Operacionais

Situação observada

Foi efetuada uma avaliação do parque de máquinas da empresa pela lista de inventário de máquinas enviada pela TI da empresa. Constatou-se pela lista que ainda há 6 servidores virtuais Windows Server 2003 ativos na empresa. Pela mesma lista também constatamos ainda que a empresa conta com 185 estações de trabalho em Caxias, 102 em Gravataí, 20 em Guarulhos, 8 estações em Extrema, 4 em São Paulo e 3 em Porto Alegre, totalizando 322 estações de trabalho com Windows XP e 1 com Windows Vista em Guarulhos. A Microsoft deixou de dar suporte aos sistemas operacionais Windows Server 2003 e Windows XP em abril/2014 e ao sistema Windows Vista em abril/2017, não havendo mais atualização para correção de problemas e de segurança.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Vulnerabilidade do ambiente computacional.

Recomendações

Substituição imediata dos Sistemas Operacionais Windows Server 2003 dos servidores da empresa e progressiva dos sistemas operacionais Windows XP e Windows Vista das estações de trabalho, dentro das possibilidades da empresa.

Comentários da Administração:

5.3 - Descrição dos controles internos

A Mundial realizou em dezembro de 2017 um investimento para a aquisição de 150 computadores, que já estão em operação. A substituição dos computadores restantes está em análise e será realizada dentro das possibilidades de investimento.

Dos 6 servidores Windows 2003, 3 referem-se a sistemas legados utilizados para consulta de dados históricos, que não tem possibilidade de migração. Dos 3 restantes, um deles será migrado para a nova versão e outros 2 serão descontinuados.

Prazo de implantação: 15/01/2019.

8. Servidor de arquivos sem trilha de auditoria

Situação observada

Evidenciou-se in-loco que a empresa, não conta com um sistema que forneça trilhas de auditoria de acessos e exclusões de documentos armazenados no servidor de arquivos.

As trilhas de auditoria do servidor de arquivos são importantes para que a TI possa rastrear acessos, alterações e exclusão de pastas e documentos armazenados no servidor de arquivos.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Impossibilidade de rastrear alterações ou exclusões de arquivos salvos na rede.

Recomendações

Ativar Event Viewer ou adquirir um sistema que forneça trilhas de auditoria para todos as pastas e documentos compartilhados pelo servidor de arquivos da empresa.

Comentários da Administração:

A empresa conta com trilhas de auditoria no sistema ERP que controla todas as operações, sendo o ponto fundamental para segurança das informações. Sobre o servidor de arquivos, o hardware atual não tem capacidade para operar com o event viewer ativo. Dentro das possibilidades de investimento, o hardware será melhorado ou será adquirido um software para monitoramento dos acessos.

Prazo de implantação: 30/11/2018

9. Controle de acesso à rede corporativa da empresa

Situação observada

Nos dias que estivemos na empresa constatamos que a mesma não conta com uma rede específica para utilização de terceiros e visitantes. Ao conectar à máquina a rede Wi-Fi ou cabeada o DHCP distribui um IP válido, da rede corporativa, para máquina automaticamente, impossibilitando somente a mesma de acessar a internet (pois há controle pelo Fortinet).

Ao conectar uma máquina desconhecida a rede corporativa, seja ponto lógico ou Wi-Fi, o DHCP da empresa atribui um IP válido automaticamente para qualquer máquina, possibilitando que a mesma tenha acesso a rede corporativa.

Conforme demonstraremos no presente relatório, através de testes realizados foi possível acessar pela rede Wi-Fi algumas pastas compartilhadas na rede corporativa da empresa sem necessidade de usuário e senha e alguns ativos de rede com configurações de fábrica.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Vulnerabilidade do ambiente computacional;

5.3 - Descrição dos controles internos

- Acesso indevido de pessoas não autorizadas na rede local.

Recomendações

Criar uma rede específica para não colaboradores da empresa (rede de visitantes). A rede de visitantes deve ser configurada para que máquinas ligadas a ela não ofereça nenhum risco a rede corporativa da empresa, riscos esses como propagação de vírus ou até mesmo acesso indevido a documentos e ativos de rede.

Também recomendamos adicionar a rede local da empresa filtros de distribuição de IP por MAC somente para computadores cadastrados pelo administrador de redes no DHCP, bloqueando assim a distribuição de IPs para máquinas não cadastradas e intrusos.

Comentários da Administração:

Sobre a distribuição de IPs pelo DHCP, continuarão sendo distribuídos dinamicamente e o acesso às informações será restrito pelo usuário de rede. Em dezembro de 2017 a Mundial realizou a aquisição do FORTIGATE, um sistema de Firewall para segurança da rede. Como parte deste projeto, está em andamento a implantação de redes WIFI independentes para acesso de visitantes e/ou terceiros.

Prazo de conclusão: 31/07/2018

10. Sem controle de acesso as pastas na rede

Situação observada

Foram realizados testes no ambiente com o intuito de obter acesso a dados da empresa. Para tanto, foi disponibilizado apenas um acesso à rede corporativa (Wi-Fi) sem nenhuma informação prévia. Os testes buscam a detecção de fragilidades na segurança do parque de máquinas da empresa, bem como das informações neles contidas.

Nos testes foi evidenciado 3 máquinas compartilhando pastas na rede sem a necessidade de usuário e senha para acesso. Os IP das máquinas são: 192.168.0.182 – 192.168.32.3 e 192.168.32.6.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Acesso indevido a pastas e documentos compartilhados;
- Compartilhamento de arquivos e mídias maliciosas na rede corporativa;
- Exclusão inadvertida de arquivos importantes.

Recomendações

Localizar máquinas citadas e restringir acesso as mesmas por senha segura. Também sugerimos para melhora do monitoramento que a TI faça testes periódicos para ter controle sobre permissões de acesso e do que está sendo compartilhado na rede corporativa.

Comentários da Administração:

Todos os acessos apontados foram restritos. Como medida preventiva foi criado um procedimento interno onde a cada 90 dias a TI fará uma varredura completa na rede para detectar compartilhamentos indevidos.

Prazo de implantação: 31/07/2018

11. Ativos de rede sem controle de acesso

Situação observada

5.3 - Descrição dos controles internos

Assim como no item anterior, foram realizados testes no ambiente com o intuito de obter acesso a configurações de ativos de rede da empresa. Para tanto, foi disponibilizado apenas um acesso à rede, sem nenhuma informação prévia. Os testes buscam a detecção de fragilidades na segurança dos ativos, bem como das informações neles contidas.

Por amostragem, identificamos 16 impressoras configuradas com senha padrão de fábrica. Abaixo imagem contendo 4 telas como demonstração.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Acesso as configurações por pessoas não autorizadas;
- Acesso a informações por pessoas não autorizadas.

Recomendações

Configurar as consoles de acesso as impressoras com senhas consideradas fortes contendo no mínimo letras maiúsculas, minúsculas e caracteres especiais.

Comentários da Administração:

O acesso ao console de impressoras não representa risco de alto impacto às operações da empresa. Mesmo assim, por se tratarem de equipamentos de terceiros fornecidos em modalidade de Outsourcing, os mesmos foram notificados e os acessos já se encontram restritos apenas para equipe de TI.

12. Política de senhas nos sistemas

Situação observada

Analisamos as políticas de senhas dos principais sistemas utilizados pela empresa e constatamos que o critério de complexibilidade do Active Directory está inativo. Já o sistema Oracle EBS apesar de exigir 8 caracteres, o mesmo não exige que o usuário cadastre senhas alfanuméricas, letras maiúsculas ou caracteres especiais. Possibilitando que usuário cadastre somente números de 1 a 8 ou data de nascimento.

A definição de um nível aceitável de complexidade de senha impõe um nível a mais de segurança, dificultando acessos indevidos.

Uma boa regra de senhas leva em consideração:

- Uso de letras maiúsculas e minúsculas;
- Números;
- Caracteres especiais;
- Devem expirar de tempo em tempos não podendo repetir a última senha utilizada.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Acesso indevido a informações cruciais da empresa;
- Uso de senhas que podem ser descobertas após longo período de uso;
- Comprometimento da segurança de informações internas.

Recomendações

Ativar o critério de complexibilidade na política de segurança do Active Directory. Ativar no sistema Oracle EBS a utilização de senha alfanuméricas e letras maiúsculas e minúsculas ao menos, caso não tenha as opções analisar a possibilidade de implantar uma política de senhas no sistema.

Comentários da Administração:

5.3 - Descrição dos controles internos

Atualmente a versão do ERP utilizada não permite a configuração de complexidade alta de senhas com maiúsculas e minúsculas e alfanuméricos, possuindo somente a configuração de número de caracteres (8) e tempo de expiração (60 dias).

A complexidade de senhas para o ERP e para o Active Directory será ativada no projeto de migração de versão do ERP, a ser realizado dentro das possibilidades de investimento da Companhia.

13. Controle de contas de usuários nos sistemas

Situação observada

Para que os usuários possam acessar os sistemas e as informações nele contidas, estes devem efetuar logon. Quando o usuário efetua logon, o sistema verifica se as informações fornecidas pelos usuários são válidas, e em caso positivo, faz a autenticação.

Para que possamos detectar usuários cadastrados nos sistemas que não pertencem ao quadro funcional da empresa foi solicitado ao RH uma lista de funcionários ativos e para a TI uma lista de usuários ativos cadastrados nos principais sistemas (Oracle EBS, DW, DFE, Softway e Gesplan) utilizados pela empresa.

Em análise a lista enviada pela TI dos usuários ativos no sistema Oracle EBS, foi detectado que existe 6 usuários ativos que não constam na lista do quadro funcional da empresa enviado pelo RH. Na lista de usuários ativos do sistema ainda foram encontrados 2 usuários com mais de um logon.

Já no sistema Softway somente um usuário não foi encontrado na lista de funcionários ativos enviada pelo RH da empresa.

Riscos e/ou Possíveis Consequências

- Acesso não autorizado ao sistema;
- Eliminação da possibilidade de uso das trilhas de auditoria (rastreadabilidade de operações nos sistemas), para fins investigatórios (fraudes).

Recomendações

Verificar o motivo de usuários terem dois logins de acesso ao sistema Oracle EBS e se possível bloquear (desativar) uma das contas. Verificar também o motivo de usuários do sistema não constarem na lista de funcionários enviada pelo RH, se os usuários já estiverem sido desligados, bloquear (desativar) as contas. Sugerimos que a empresa implante um processo periódico de verificação dos colaboradores ativos junto ao RH.

Comentários da Administração:

- *Usuários com código de matrícula 11111111111110 referem-se a representantes comerciais. Os mesmos estão ativos mas não possuem cadastro no RH da empresa porque não são funcionários. Sempre que ocorre o desligamento de um desses usuários, a gerência comercial comunica antecipadamente a TI para realizar o cancelamento dos acessos.*
- *Usuários com código de matrícula 22222222222222 são acessos somente para consultas e emissão de relatórios, e seu acesso é controlado pelo setor de TI.*
- *As demais usuárias apontadas estavam em afastamento por licença maternidade. As situações futuras como esta serão tratadas conforme informado no item 5.6 desse relatório. As mesmas já retomaram suas atividades.*

5.3 - Descrição dos controles internos

14. Utilização das estações de trabalho

Situação observada

Selecionamos uma amostra de 12 estações de trabalho da lista do inventario de maquinas enviado pela TI da empresa para análise de utilização e os tipos de arquivos salvos nas maquinas. Em verificação constatou-se que em 3 estações de trabalho estão sendo armazenados arquivos de músicas em MP3, que seriam cópias ilegais.

Riscos e/ou possíveis consequências

- Utilização de equipamento da empresa para fins particulares;
- Cópias ilegais em equipamentos disponibilizados pela empresa.

Recomendações

Deve ser estabelecido um processo com a participação da direção, da área de TI e da área de RH, e que este estabeleça através de regras claras, os tipos de conteúdo digital que são permitidos nos computadores da empresa. Essa formalização deve ser feita com a coleta da assinatura do colaborador em um termo de compromisso formalizado pelo RH.

Comentários da Administração:

A empresa já dispõe de regras claras sobre a utilização dos recursos de TI e conteúdo não permitido. Estas regras estão expressas na Política de Segurança da Informação e também no Código de Conduta Mundial. Um Termo de Ciência é assinado por todos os colaboradores durante o procedimento de integração.

5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: *i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas; ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema; as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A Companhia possui Procedimentos Administrativos, denominados PA's, são Procedimentos internos criados para orientar os seus colaboradores na gestão de processos voltados a qualidade dos produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Para mantermos um bom relacionamento, tanto no ambiente de trabalho como com nossos clientes, consumidores, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios e sindicatos e órgãos públicos, é importante que se respeite a integridade, as expectativas e a privacidade de cada um, cumprindo a legislação, as normas e os regulamentos, internos ou externos, em todas as suas instâncias.

A observação e o cumprimento das leis são deveres de todos. Cada funcionário tem a obrigação de obedecer à legislação e às regras, no desenvolvimento, atuação e execução de todas as suas atividades, assim como respeitar as normas, políticas e procedimentos internos da Companhia, bem como os regulamentos, políticas e normas conforme a legislação das Companhias abertas. As áreas Contábil e Controladoria são responsáveis na prevenção e detecção de atos que possam afetar negativamente a Companhia perante aos órgãos públicos, cabe as áreas zelar pela:

5.4 - Programa de Integridade

- Registrar todas as transações financeiras contábil ou fiscal, obedecendo sempre os princípios contábeis;
- Divulgar e registrar, quaisquer transações, informações financeiras ocorridas na empresa, tais como: vendas, rentabilidade, resultados, novos produtos ou qualquer assunto que tenham ou possam vir a ter influência sobre os funcionários, a empresa e os valores mobiliários emitidos por esta;
- Cooperar plenamente com auditores internos ou externos, informando-os sobre registros e controles solicitados, de forma clara, objetiva e transparente, sem quaisquer omissões ou manipulações;

Além dos procedimentos mencionados acima a Companhia utiliza um sistema integrado ERP da Oracle e seus sub-sistemas de gestão que obrigam ao registro de toda e qualquer transação da mesma

Desde 2012, a administração da Companhia pratica e multiplica o seu Código de Conduta entre todos envolvidos nos negócios da Mundial, sempre na defesa de uma postura responsável, ética, transparente e de respeito mútuo.

O Código se aplica aos administradores, diretores, conselheiros, funcionários, suas controladas e coligadas e extensivo aos fornecedores de bens, serviços e materiais, seus parceiros de negócios, produtores integrados, clientes e demais partes envolvidas e/ou interessadas nos negócios da Companhia.

O acesso ao Código está disponível de forma digital, na internet e divulgado no site da Companhia: www.mundial.com, e cópias impressas estão disponíveis no setor de RH.

Quaisquer dúvidas quanto às práticas e interpretações do Código devem ser tratadas diretamente com a gerência ou diretoria imediata. O descumprimento de alguma das normas do Código configura-se como indisciplina e está sujeitas às penalidades previstas conforme consolidação da Lei Trabalhista (CLT).

Diante dos mecanismos de prevenção em vigor, a Companhia entende que os mecanismos e procedimentos internos de prevenção ou para detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, aliados à auditoria externa são suficientes.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

5.4 - Programa de Integridade

A Companhia não possui canal de denúncia externo. A direção da Companhia é a responsável a receber denúncias internas ou de terceiros a respeito de qualquer descumprimento as regras e políticas da Companhia.

A violação das regras poderá ser punível criminal e civilmente pela legislação em vigor. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância da denúncia o Diretor imediato deverá ser contatado a fim de sanar a dúvida.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

No caso de fusões, aquisições e reestruturação societárias a Companhia segue todas as orientações de acordo com a legislação das Sociedades anônimas em vigor, com transparência e equidade. A Companhia não adota procedimentos formais para identificar a vulnerabilidade ou riscos de práticas de empresas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A direção acredita que os Processos e procedimentos internos adotados podem prevenir e detectar qualquer desvio de práticas ilícitas, posto que a administração da Companhia procura acompanhar e controlar todas as ações praticadas pelos seus funcionários e seus parceiros envolvidos nos negócios, além de ter suas demonstrações contábeis auditada por empresas renomadas de auditoria independente.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas que possa ter afetado as operações normais da Companhia, o que pode ser destacado para o ano de 2017 foi que a Companhia e suas controladas efetuaram uma readequação do passivo tributário, culminando na transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. O parcelamento, intitulado PERT, abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015, próprios e de empresas do grupo.

Bem como a Companhia segue seu objetivo de manter o crescimento, a sustentação e a perpetuidade dos negócios, pesar das condições do país não serem favoráveis, com objetivo de manter o crescimento a Administração está viabilizando novas linhas de produto e oportunidades de negócios, a partir de 2018 a Companhia assumirá a gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative. Com a gestão e o reposicionamento dessas marcas no mercado, com inovação e produtos de alta qualidade a Companhia acredita que poderá ter um importante vetor de crescimento nas vendas para o próximo exercício. Por conseguinte, o resultado das vendas dependerá da nossa habilidade de prever, identificar e responder com rapidez às tendências de mercado e das preferências dos consumidores, oferecendo mercadorias atrativas e desejáveis, a preços competitivos.

Por outro lado, mesmo reconhecendo as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, a Administração da Companhia não tem dúvidas quanto à continuidade operacional dos negócios e atreladas as negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

Porém nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados por quaisquer dos riscos descritos no item 4.1 ou em razão da ocorrência de qualquer outro fator não previstos por nós.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue informar nesta seção.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	02/04/1896
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/12/1979

6.3 - Breve histórico

ANO	BREVE HISTÓRICO DOS EVENTOS RELEVANTES
2017	<ul style="list-style-type: none">➤ Em novembro de 2017, a Companhia e suas controladas efetuaram uma readequação do passivo tributário, culminando na transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. O parcelamento, intitulado PERT, abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015, próprios e de empresas do grupo.➤ Em agosto a Companhia formalizou com sua Coligada Hercules S.A – Fábrica de Talheres um acordo de licenciamento e distribuição mantido com empresa Etilux Comercio e Industria Ltda no que diz respeito aos produtos do segmento de cutelaria (tesouras domesticas e para costura bem como facas profissionais). A importação e comercialização destes produtos passou a ser feita diretamente pela Companhia que passará a contabilizar incremento importante de receita já no segundo semestre de 2018.➤ em Janeiro, a Companhia alienou os investimentos indiretos, subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia, através de sua controlada direta Eberle Equipamentos e Processos S.A.
2016	<ul style="list-style-type: none">➤ Em 29 de agosto, conforme Ata do Conselho de Administração da Companhia foi aprovado a integralização do aumento de capital na coligada Eberle Equipamentos e Processos, através da transferência do investimento na empresa Mundial INC.
2015	<ul style="list-style-type: none">➤ No início do ano a Companhia encerrou suas atividades com a subsidiária Mundial Europa. O fechamento desta subsidiária se deu pelo fato de que não apresentava mais nenhum resultado para Companhia.
2014	<ul style="list-style-type: none">➤ Em janeiro, a Companhia firmou aditamento com a empresa Etilux Indústria e Comércio Ltda., através do qual reassume a gestão

6.3 - Breve histórico

comercial e de distribuição da Divisão Personal Care, abrangendo as marcas Mundial e Impala, bem como o processo de importação de itens até hoje chamados de licenciados.

2013

- No primeiro semestre, a Mundial lança 3 novas linhas de alicate que vai do uso profissionais ao de uso pessoal. O alicate de uso pessoal tem cores exclusivas, e modernas para agregar saúde, qualidade e modernidade. Em aço carbono, vem afiado e em quatro cores diferentes - azul, amarelo, roxo e rosa. Esta linha surge com o propósito de ressaltar a importância do uso individual do seu alicate de uma maneira divertida e moderna. Na linha de alicates profissionais, surge um novo alicate em aço inoxidável e fabricado no Brasil de maneira automatizada, o que contribui para uma maior simetria nas lâminas e corte mais preciso. Apresenta um design moderno com cabo anatômico que se ajusta facilmente à mão, trazendo mais conforto no manuseio. São dois kits para a consumidora escolher: **778-E** kit composto por alicate e empurrador: instrumentos para o cuidado completo da cutícula. **778-EP** kit composto por alicate, empurrador e palito: instrumentos para o cuidado completo da cutícula e esmaltação.
- Para celebrar os 50 anos de alicate, a Mundial lança uma edição comemorativa à data. O alicate em aço carbono niquelado tem cabo ergonômico com textura diferenciada que proporciona maior conforto e precisão no manuseio do produto. O lançamento acompanha um pingente de coração com o símbolo de um alicate em forma de presente e agradecimento pela confiança da consumidora. Este alicate vem em embalagem especial e comemorativa.
- Os acionistas da Companhia aprovaram a reforma do Estatuto Social da Companhia para readaptá-lo ao mercado tradicional, onde as ações da Companhia são negociadas sob o *ticker* MNDL3, uma vez que a Companhia não migrou para o segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.

2012-2013

- Em dezembro, o segmento Fashion lançou o *Customeasy*, um produto exclusivo que possibilita a personalização de roupas e acessórios de uma maneira fácil, divertida e segura. A linha de produtos *Customeasy* contém um aplicador manual de tachinhas que facilita a aplicação em diversos tecidos. O produto é prático, fácil de manusear e transportar, além de viabilizar uma forma segura de customização. O lançamento chega ao consumidor em um kit contendo o aplicador e as tachinhas, e o refil vem com ainda mais

6.3 - Breve histórico

tachinhas, disponível em quatro modelos: Spike, Abaulado, Pirâmide e Cristal e nas cores dourado, prateado, cobre e ouro envelhecido.

- Em setembro de 2012, a Companhia lançou no mercado com a marca IMPALA, acessórios para *make up*, como apontador, lenços removedores de maquiagem, kits com pincéis e modeladores de cílios. Em maio de 2013, para complementar sua primeira linha de maquiagem, lançou uma linha completa com 95 itens de seleção de produtos para a face, olhos, boca desenhada com base nas tendências nacionais e internacionais de beleza.

2012

- A Companhia lança no mercado com a marca IMPALA, sua primeira linha de unhas artísticas, a mais completa do mercado. A linha é composta por mais de 50 itens, com qualidade superior, divididos em três categorias – decoração, acessórios e unhas artificiais – que exploram o universo colorido e diferente da customização de unhas.
- Em Janeiro, os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias e a alteração do Estatuto Social de acordo com as regras do segmento Novo Mercado.

2011

- A companhia anunciou a intenção de ingressar no Novo Mercado da BM&FBovespa e tomou as primeiras medidas para implementar esta decisão . Em julho deste ano, anunciou a celebração de um acordo de aporte de capital (SEDA – Stand-by Equity Distribution Agreement) no montante de US\$ 50 milhões a ser implementado em 2 anos.

2010

- A Companhia iniciou operações de varejo no mercado norte-americano, estabelecendo, inicialmente, no sul da Florida, uma rede de 5 quiosques para venda dos produtos da divisão de Personal Care, instalados nos principais shopping centers de Miami e Fort Lauderdale.
- Iniciou no final de dezembro, operações pela Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo, com sede no Rio de Janeiro, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion, motores e demais itens de beleza pessoal.

2009

6.3 - Breve histórico

- A companhia adquiriu a participação integral em 2009, no Laboratório Avamiller Ltda. (Avamiller), com sede em Guarulhos – SP, atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal, e também a participação integral na Mundial Inc., com sede em Walpole, Massachusetts – EUA, que atua na comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion.

2008

- Em 28 de março de 2008, a Mundial S.A. assinou contrato de aquisição da marca de esmaltes Impala, do Laboratório Avamiller de Cosméticos. O negócio incluiu além de esmaltes, batons e produtos para cabelo e corpo.

2006

- Em setembro de 2006 a Companhia iniciou a operação Asiática da Mundial S/A, através de uma “joint-venture” Mundial Co Ltd, da qual a Mundial S/A detém indiretamente 70%. Esta operação tem como missão precípua a identificação e gerenciamento de parceiros fornecedores bem como a distribuição de produtos com as nossas marcas tanto no mercado asiático quanto nos demais mercados em que atuamos.

2005

- Em dezembro de 2005 a Companhia alienou sua participação na distribuidora norte-americana Mundial Inc .

2004

- O fato marcante e que merece destaque na condução dos negócios da Mundial S.A, foi a venda da unidade de motores elétricos para a Metalcorte Inox Ltda. com isto a Mundial S.A consolida a fase de desmobilização de negócios que não estavam vinculados as estratégias de longo prazo, focada em negócios ligados a produtos de consumo.

2003

- Concluiu-se mais uma etapa importante do processo de reestruturação da Eberle S.A. a companhia realizou a reavaliação de seus ativos, passou pelo processo de capitalização e finalizou alterando sua estrutura societária, incorporando a Zivi S.A. – Cutelaria, alterando sua razão social para Mundial S.A. – Produtos de Consumo a partir de 2004.
- Com o surgimento da Mundial S.A. pode-se concluir o processo de redefinição dos negócios da empresa, para tanto era necessário ter-se uma marca corporativa que respaldasse cada unidade de negócio sem perder a visão de grupo portanto cada negócio passou a ter sua marca e respectivos objetivos estratégicos e operacionais

6.3 - Breve histórico

1991

- A Eberle S.A. desativa todas as linhas de produção de consumo (tesouras, talheres, máquinas de uso doméstico, artigos sacros, artigos para montaria, pertences para mesa, etc...) assumidas parcialmente pela controladora Zivi - Hercules.
- A Eberle S.A. é a indústria metalúrgica mais antiga desta região, nasceu praticamente com Caxias do Sul, cresceu e ajudou a cidade a crescer, sempre foi a empresa que mais proporcionou empregos no município chegou a ter um quadro de 5.680 funcionários. Ao longo de sua história, centenas de profissionais deixaram a Eberle S.A. para se estabelecer por conta própria, hoje titulares de prósperas empresas que enriquecem o parque fabril desta cidade e do Rio Grande do Sul.
- A Companhia passou a atender intensamente a dois segmentos de mercado operando com duas unidades independentes:
 - Eletroacionamentos – fabricação de motores para condicionamento de ar, motores da linha tubo, motores da linha industrial, motores da linha coifa e produtos sinérgicos (eletrobombas, conversores de frequência, tineres, etc...)
 - Componentes de Fixação - fabricação de botões, rebites, ilhóses e estampados de precisão para a indústria de vestuário, do calçado, de autopeças e eletroeletrônica.

1989

- Construída mais uma unidade industrial para a produção de motores elétricos fracionários com área de 6.000 m².

1988

- Construção da fábrica de fios de cobre esmaltados para a produção de motores elétricos.

1985

- Em 14/07/85 a Companhia Zivi-Hercules com sede em Porto Alegre assume o controle acionário da Eberle S.A..

1982

- Implantada a mecânica de estamperia de precisão para a indústria eletroeletrônica de comunicação, automobilística e informática, neste mesmo a razão social foi alterada pra Eberle S.A.

1974

6.3 - Breve histórico

- Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção componentes metálicos (botões, ilhoses, rebites, fivelas, argolas e outros) com área de 25.000 m2.

1968

- Inauguração da fábrica destinada exclusivamente à produção de motores elétricos com área construída de 30.000 m2.

1966

- A Eberle transformou-se em empresa de capital aberto e inicia a construção do parque industrial de São Ciro, em Caxias do Sul, num terreno com área de 427 mil m2.

1947

- Início da fundição de ferro e da produção de tesouras, facas, espadas, máquinas de uso domésticas e estampados convencionais.

1940

- A empresa começa a fabricar motores elétricos para seu uso e para terceiro.

1928

- Início da produção de botões de pressão e rebites destinados à indústria de vestuário e do calçado.

1920

- Começa a fabricação de artigos sacros com grande sucesso por longos anos.

1918

- Início da fabricação de talheres, cutelaria e pertences para mesa e cozinha.

1907

- Início da fabricação de artigos para montaria.

1896

- Fundação da empresa por Abramo Eberle em 02/04/1896. chamava-se: Abramo Eberle & Cia (pequena funilaria) e mais tarde: metalúrgica Abramo Eberle Ltda.

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial emitida pela Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue informar nesta secção.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia tem sede, foro e na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, pode criar e manter filiais, escritórios e quaisquer departamentos ou depósitos em todas as partes do território nacional e exterior, a critério da Diretoria “ad referendum” do Conselho de Administração.

A Companhia tem por objetivo:

- a) Indústria e comércio: 1) motores, máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos para fins industriais e para uso doméstico; 2) pertences metálicos e artigos para mesa, artigos de cutelaria, adorno, higiene e beleza; 3) artigos e componentes metálicos e plásticos para indústria de calçados, couro, plástico, confecções e eletro-eletrônicos; 4) fundição de metais ferrosos e não ferrosos; 5) peças metálicas para máquinas agrícolas, móveis, material escolar, de escritório e profissional em geral; 6) matrizes para estamparia e para injeção plástica ou metálica.
- b) Atividades agro-pastoris e reflorestamento, inclusive a comercialização de seus produtos.
- c) Importação, exportação e comercialização de equipamentos, produtos e matérias primas relacionados com os objetivos sociais retro transcritos.
- d) Participação em outras sociedades, como acionista, quotista ou sócia.

Segmentos de negócios:

Fashion

Industrializa e comercializa componentes metálicos para indústrias de confecção e calçados, destinados ao fechamento, reforço, adorno, customização e diferenciação dos mais diversos segmentos do vestuário, calçados e acessórios.

Personal Care

A Divisão de Negócio de **Personal Care** é composta pelas marcas MUNDIAL e IMPALA. São produtos direcionados para a linha de cuidados pessoais e higiene e beleza, tanto de uso profissional quanto doméstico, como: tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores, pinças, esmaltes e cremes. Os dois últimos itens são comercializados sob a marca Impala, marca que vem se destacando no segmento de esmaltes.

Craft:

São produtos, de fabricação própria e de terceiros e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Gourmet:

São produtos para culinária profissional e doméstica, tais como facas, talheres, baixelas, chaira e utensílios de uso geral, importação e exportação destes produtos. Além destas linhas, a divisão também é responsável pela produção e distribuição de facas profissionais para frigoríficos e açougues.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Divisão Syllent

O segmento de bombas compreende a produção das bombas Syllent, a primeira moto bomba silenciosa do mundo. São linhas de bombas para movimentação de água com aplicação em banheiras de hidromassagens/spas, pressurização de rede hidráulica e centrifuga residencial.

A Companhia, ainda atua nos segmentos em conjunto com suas controladas:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua no segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas, **Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda.**, com sede no Rio de Janeiro, **Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda.** com sede em Manaus, **Mundial Argentina S.A.**, com sede na Argentina e **Mundial Personal Care LLC**, com sede nos Estados Unidos (EUA), atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Fashion, Gourmet e Craft.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica a Companhia, pois não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional da Companhia indicar as seguintes informações:

(a) produtos e serviços comercializados; (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor; (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

Os segmentos operacionais da Mundial estão divididos nos seguintes grupos: Personal Care, Gourmet, Craft, Fashion e Syllent e Outras Empresas.

Fashion: tem por objeto a industrialização e comercialização de pertences metálicos para indústrias de confecção, calçados de couro e plásticos, artigos metálicos de adorno, artigos e componentes metálicos e plásticos para a indústria, fundição de metais ferrosos e matrizes para estamparia e injeção plástica ou metálica.

Personal Care: tem por objeto a fabricação e a comercialização de artigos de manicure e beleza pessoal, a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos.

Gourmet: tem por objetivo a fabricação e a comercialização de facas profissionais, talheres e utensílios de uso geral, a importação e exportação destes produtos;

Craft: tem por objetivo a fabricação e comercialização de artigos de uso profissional como tesouras e artigos para trabalhos manuais, a importação e exportação destes produtos.

Syllent: Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (Syllent).

Outras Empresas:

Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., com sede em Guarulhos – SP, que atua na produção do segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.

Eberle Equipamentos e Processos S.A., com sede em Caxias do Sul – RS, atua na produção e comercialização de motores (segmento Syllent).

Através das controladas diretas, Mundial Distribuidora de Produtos e Consumo Ltda., com sede no Rio de Janeiro, Mundial Norte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. com sede em Manaus, Mundial Argentina S.A., com sede na Argentina e Mundial Personal Care LLC, com sede nos Estados Unidos (EUA), atuam na comercialização e distribuição dos produtos de Personal Care, Fashion, Gourmet e Craft.

Apresentação do resultado por divisão:

	Fashion	Personal Care	Gourmet e Craft	Syllent	Outras empresas	Valores não alocados	Consolidado
Saldo em 2017							
Receita líquida	147.999	224.442	41.846	18.834	4.002	-	437.123
(-) CPV	(121.589)	(115.392)	(34.640)	(14.464)	(293)	-	(286.378)
Margem bruta	26.410	109.050	7.206	4.370	3.709	-	150.745
Despesas com vendas	(24.480)	(56.051)	(7.890)	(4.071)	(1.787)	-	(94.279)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(28.047)	(28.047)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(159.363)	(159.363)
Impostos sobre o lucro corrente e diferido	-	-	-	-	-	51.786	51.786
Resultado	1.930	52.999	(684)	299	1.922	(135.624)	(79.158)

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Saldo em 2016	Valores não						Consolidado
	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	alocados	
Receita líquida	142.219	196.967	39.502	18.306	24.208	-	421.202
(-) CPV	(122.214)	(106.040)	(31.704)	(14.950)	(8.903)	-	(283.811)
Margem bruta	20.005	90.927	7.798	3.356	15.305	-	137.391
Despesas com vendas	(25.318)	(46.858)	(9.570)	(3.618)	(7.754)	-	(93.118)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	3.203	3.203
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(89.567)	(89.567)
Impostos sobre o lucro corrente e diferido	-	-	-	-	-	827	827
Resultado	(5.313)	44.069	(1.772)	(262)	7.551	(85.537)	(41.264)

Saldo em 31/12/15	Valores não						Consolidado
	Fashion	Personal Care	Goumert e Craft	Syllent	Outras empresas	alocados	
Receita líquida	146.408	173.495	36.971	16.310	30.964	-	404.148
(-) CPV	(125.629)	(92.051)	(26.904)	(13.996)	(13.473)	-	(272.053)
Margem bruta	20.779	81.444	10.067	2.314	17.491	-	132.095
Despesas com vendas	(25.042)	(41.300)	(8.002)	(3.386)	(11.412)	-	(89.142)
Despesas administrativas/outras	-	-	-	-	-	(30.422)	(30.422)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(55.004)	(55.004)
Impostos sobre o lucro e diferido	-	-	-	-	-	(9.337)	(9.337)
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(208)	(208)
Resultado	(4.263)	40.144	2.065	(1.072)	6.079	(94.971)	(52.018)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Personal Care.

A Divisão de Negócio **Personal Care** é composta por duas unidades fabris que são, Mundial S.A, situada na Município de Gravataí – RS, e o Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. situado no Município de Guarulhos – SP, representadas pelas marcas “MUNDIAL” e “IMPALA”.

O foco desta Unidade de Negócios está voltado para a linha de cuidados pessoais, em especial de mãos e pés. Para nós a questão dos cuidados pessoais vai muito além de disponibilizar produtos de qualidade que garantam segurança e assepsia ao se retirar a cutículas e pintar as unhas. O nosso objetivo é fazer com que a mulher se sinta cada vez mais bonita com suas mãos e pés bem cuidados, utilizando nossos produtos. É por conta disso que a Mundial e a Impala não param de investir em novos produtos em novas cores, efeitos e implementos para deixar as unhas cada vez mais bonitas e alinhadas com a moda.

Para responder as questões abaixo é necessário levar em consideração que a Unidade de Negócios **Personal Care**, conta com duas fábricas próprias, com processos industriais distintos. Portanto as respostas serão direcionadas com base na realidade de cada uma das Unidades Industriais.

Unidade Industrial de Gravataí (MUNDIAL), fábrica especializada na produção de alicates de cutículas e implementos para o preparo das unhas. A fábrica tem seu foco na indústria metal-mecânica. Sua vocação industrial é o processo de conformação de aços. Fica localizada no Estado do Rio Grande do Sul, no município de Gravataí. Conta com aproximadamente 900 (novecentos) funcionários, numa área fabril de aproximadamente dez mil metros quadrados.

Unidade Industrial de Guarulhos (IMPALA), fábrica especializada na produção de esmaltes e produtos afins para a limpeza, pintura e acabamento das unhas. A fábrica tem seu foco na indústria química. Sua vocação industrial é o processo químico de coloração, regido dentro dos conceitos farmacêuticos, sendo inclusive auditada pela ANVISA, órgão responsável por este setor industrial. Fica localizada no Estado de São Paulo, no município de Guarulhos. Conta com aproximadamente 300 (trezentos) funcionários, numa área fabril de aproximadamente quatro mil metros quadrados.

a. características do processo de produção

MUNDIAL – Processo industrial metal-mecânico. Focado na conformação de aço carbono e aço inox. Possui forte domínio técnico em niquelação, pintura e conformação de aços. Possui também uma área de ferramentaria própria que desenvolve todas as ferramentas necessários ao processo produtivo.

IMPALA - Processo industrial químico. Focado na produção de base e coloração de esmaltes e afins. Possui forte domínio técnico em desenvolvimento de cores e efeitos para esmaltes. Possui uma área de pesquisa e desenvolvimento própria, que desenvolvem todos os produtos industrializados na fábrica.

b. características do processo de distribuição

Divisão Personal Care – A distribuição dos produtos industrializados nas unidades Mundial e Impala é realizada tanto no mercado nacional como também no mercado internacional, da seguinte forma.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Mercado Nacional - A distribuição dos produtos é realizada através da Controlada Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo, Centro de Distribuição (CD) instalado em Minas Gerais na cidade de Extrema, localizada a 100 km de São Paulo. O CD conta com mais de seis mil metros quadrados e tem capacidade para armazenar toda linha de produtos da Divisão. Os produtos são vendidos para grandes distribuidores nacionais, redes de varejo especializados e perfumarias. Estes, por sua vez, distribuem nossos produtos até os consumidores finais. Atualmente não existe venda direta da MUNDIAL aos consumidores finais.

Mercado Internacional - No mercado externo, a distribuição é feita para mais de 80 (oitenta) países. Os produtos são vendidos através de representantes e em alguns casos para Distribuidores especializados. Assim como no mercado interno, no externo também não são feitas vendas diretas da MUNDIAL aos consumidores finais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

MUNDIAL – Apesar de não haver uma pesquisa específica para o nosso segmento para alicates de cutículas e implementos de manicure. Hoje acreditamos sermos líderes na América do Sul em termos de participação de mercado. Especificamente no Brasil, estimamos possuir algo entre 50 a 60% de participação. Somos hoje a única fabricante nacional de alicates de cutícula em aço. Nossos concorrentes atuais são todas marcas que concorrem conosco com alicates importados, basicamente da China e Paquistão. Por termos a produção próprio conseguimos disponibilizar produtos que atendam às exigências das manicures e mulheres brasileira. Outro fator importante é a facilidade da afiação dos nossos produtos. Os afiadores especializados recomendam nossos produtos em função da qualidade dos nossos aços e a possibilidade de várias afiações, gerando maior retorno para os profissionais e consumidores.

IMPALA – Na venda aos consumidores através dos canais que participamos (que não inclui a venda porta a porta e por catálogos) ocupamos a terceira posição em participação no mercado brasileiro. Os nossos produtos são encontrados em todo o território nacional nos canais de vendas deste segmento. Esta posição vem se mantendo ao longo dos últimos anos, porém a distancia em relação aos líderes vem reduzindo a cada ano. Acreditamos ter hoje algo entre 16 e 18% de participação no mercado brasileiro. No mercado externo ainda não é expressiva nossa participação, mas a Companhia segue empreendendo esforços para rapidamente internacionalizar a marca IMPALA. condições de competição nos mercados

MUNDIAL – O mercado brasileiro no segmento de alicates de cutículas e implementos de manicures tem a sua competição fortemente baseada em qualidade e preço. Por ser uma ferramenta de uso profissional e também doméstico, os respectivos consumidores destes produtos exigem qualidade, mas tem no fator preço um fator determinante na compra. Principalmente as manicures que consomem o produto em grandes quantidades e precisam levar em consideração o custo benefício desta ferramenta no seu dia a dia. Como hoje a invasão de alicates importados é muito grande, os preços dos importados em relação aos nossos produtos fabricados no Brasil são muito baixos. Esta concorrência, quase que desleal, vem prejudicando a competição neste segmento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

IMPALA – O mercado brasileiro no segmento de esmaltes e adereços para unhas tem sua competição baseada nos fatores de inovação (tanto em cor como em efeitos), qualidade do produto e preço. A mulher brasileira esta atualmente bastante receptiva a novidades, tanto a utilizar cores mais ousadas, como também a efeitos que deem mais destaque as suas unhas. Pode-se dizer que as unhas pintadas passaram a ser um item importante no “look” das mulheres. Como os esmaltes no Brasil possuem preços historicamente baixos, o fator preço ainda é um dos determinantes na compra dos esmaltes, porém percebe-se que aos poucos produtos que apresentam inovação e mais qualidade podem ser vendidos a preços acima da média atual.

d. eventual sazonalidade

MUNDIAL e IMPALA – Para ambas as marcas o impacto de sazonalidade é a mesma. Por serem produtos ligados aos cuidados de pés e mãos percebe-se que as estações do ano de maior calor o consumo é maior. No período entre maio a agosto, período considerado como de chuvas ou inverno em algumas regiões do Brasil, as vendas são menores. No período que vai de setembro a março, as vendas são maiores. O melhor período de vendas ocorre no ultimo trimestre do ano com a chegada do verão e período de festas de final do ano.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

MUNDIAL – os principais insumos e matérias primas são adquiridos de fornecedores nacionais, não sujeitos a regulamentação governamental. São basicamente aços carbono e inox. Apesar de serem adquiridos de industrias nacionais, percebe-se que as variações do dólar acabam impactando indiretamente nos custos destas matérias primas.

IMPALA – os insumos e matérias primas são adquiridos de fornecedores nacionais e internacionais. A fabricação dos esmaltes utiliza componentes sujeitos a controle e regulamentação governamental dos seguintes órgãos, Ministério do Exército, Polícia Federal, Polícia Civil e ANVISA.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

MUNDIAL – Essa unidade tem como o principal fornecedor de aço inox, a empresa nacional Villares Metals S.A. Existem alguns fornecedores internacionais, porém por conta de alguns custos de importação, muitas vezes se torna inviável a compra de matérias primas destes fornecedores.

IMPALA – De modo geral, não há dependência de fornecedores exclusivos, exceto no caso da matéria prima nitrocelulose que só possui um único fornecedor no Brasil, que é a Nitroquímica.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

MUNDIAL - Apesar dos principais insumos e matérias primas serem adquiridos de indústrias nacionais, percebe-se que as variações do dólar acaba impactando diretamente nos custos destas matérias primas. Outro fator que impacta os preços é o clico de inflação no Brasil, fortemente impactado pelos dissídios.

IMPALA – A volatilidade dos preço segue basicamente o clico de inflação no Brasil. Normalmente a correção dos custos esta relacionada aos dissídios salariais e inflação do período. Muitas matérias primas são atreladas a variação cambial independente se são adquiridas no Brasil ou no exterior.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

MUNDIAL SA – Marca Mundial

Divisão Gourmet

São produtos de fabricação própria e também feitos por empresas terceiras, no País e no exterior, que compreendem a culinária profissional e doméstica, tais como facas profissionais e domésticas, além de toda linha que suporta frigoríficos e açougues, tais como chairas, tesouras dentre outros.

Divisão Gourmet / Creative

Também são produtos de fabricação própria e feitos por empresas terceiras, no País e no exterior, que compreendem a diversos setores que utilizam tesouras, tais como papelarias, bricolagem, “faça você mesmo”, além de uma linha profissional de tesouras para a indústria têxtil e para os profissionais da alfaiataria.

a. características do processo de produção (Gourme e Creative)

Para o processo produtivo, tanto no segmento Gourmet como no Creative, os mesmos possuem características semelhantes, onde são utilizados aços forjados ou estampados, com tratamento térmico, utilizando-se de injeção de cabos ou não. Todos os produtos passam por corte do aço, laminação, vazamento, tratamento, afiação e embalagem.

b. características do processo de distribuição

Para o segmento Gourmet, utilizam-se diferentes vias de distribuição:

- Diretamente aos Frigoríficos;
- Através de Distribuidores Homologados pela Mundial que trabalham direcionados no segmento de Frigoríficos e Açougues;
- Através de Distribuidor Master, que opera em toda a cadeia de varejo e pequenos distribuidores. A partir do 2º semestre de 2018, de comum acordo com o Distribuidor Master, a Companhia assume a distribuição em todo território nacional;
- Exportação.

No segmento Creative, atuamos:

- Com o Distribuidor Master, que opera em toda a cadeia de varejo e pequenos distribuidores. A partir do 2º semestre de 2018 a distribuição passa a ser feita diretamente pela Companhia;
- Exportação.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Para o Segmento Gourmet, entendemos que possuímos aproximadamente 70% de Market Share dentro dos Frigoríficos e açougues. No segmento doméstico, nossa participação é menor devido aos produtos serem de menor valor agregado e neste segmento, não é exigido performance (foco maior é custo x benefício), como ocorre no segmento profissional.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Para o segmento Creative, entendemos que participamos entre 50% e 60% para a categoria de tesouras forjadas e entre 30% e 40% para os modelos estampados com cabos plásticos.

ii. condições de competição nos mercados

Devido a “enxurrada” de produtos chineses no mercado, com o visual muito similar, conseguimos manter a participação nos mercados profissionais, que reconhecem nossa marca e qualidade, porém no segmento doméstico a competição se torna mais acirrada, pois os preços dos produtos encontrados, com qualidade muito abaixo, porém com um visual agradável, dificulta a competição.

d. eventual sazonalidade

As duas categorias possuem sazonalidade, são elas:

- Para o segmento Gourmet, a sazonalidade esta ligada aos maiores períodos de abates nos frigoríficos e os momento de exportação de carnes.
- Para o segmento Creative, a sazonalidade esta relacionada ao momento de abertura escolar, onde os varejos e distribuidores começam a se preparar de setembro a novembro, para o momento das vendas, que ocorre de dezembro a março.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As relações são constantes e duradouras, pois em alguns casos os insumos e matérias primas são desenvolvidos juntos aos fornecedores. Os mesmos não são sujeitos à regulamentação governamental.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Sim, devido ao desenvolvimento das matérias primas, conforme especificações reduz o número de fornecedores e alternativas, como no caso do aço inox com total dependência da ARCELOR MITTAL / APERAM.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

A maioria das matérias primas são commodities e com seus preços atrelados ao mercado internacional que utiliza o dólar como moeda, portanto podemos dizer que os mesmos são voláteis a variação cambial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Eberle

Este segmento é responsável pela industrialização e comercialização de componentes metálicos para indústrias de confecção e calçados, destinados ao fechamento, reforço, adorno, customização e diferenciação dos mais diversos segmentos do vestuário, calçados e acessórios. A estratégia de lançar coleções mais frequentes, segmentando-as para os diversos perfis dentro do mercado de moda tem obtido sucesso e foram muito bem aceitas pelos clientes.

a. características do processo de produção

A unidade Eberle tem início da sua produção nos setores de estamparia ou injeção de zamac. Na seqüência os produtos são enviados para banhos galvânicos e posteriormente para a montagem final e embalagem.

b. características do processo de distribuição

A venda é feita por equipe de vendedores e representantes atendendo diretamente a indústria e os revendedores especializados.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

- i. participação em cada um dos mercados => a empresa tem sua venda por mercado da seguinte forma: indústria do vestuário (54%), indústria de calçados e acessórios (12%), vendas (14%) e demais mercados (20%).
- iii. condições de competição nos mercados => os principais mercados de atuação possuem diversos competidores, porém a empresa os supera oferecendo soluções alinhadas com as tendências, o maior portfólio de produtos e acabamentos, bem como serviços voltados para aplicação de seus produtos.

d. eventual sazonalidade

Por atuar fortemente em setores ligados à moda existe sazonalidade nas trocas de coleções que acompanham as temporadas de Primavera/Verão e Outono/Inverno.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável => A empresa mantém uma longa e sólida relação junto aos seus fornecedores. Os principais insumos utilizados são o latão, aço e zamac e não estão sujeitos ao controle governamental.
- ii. eventual dependência de poucos fornecedores => o fato de haver poucas opções de fornecimento em determinadas matérias primas não afeta a produção, pois não há falta de abastecimento.
- iii. eventual volatilidade em seus preços => os preços das principais matérias primas acompanham o mercado internacional de commodities juntamente com a variação cambial.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Divisão Syllent

O segmento de bombas compreende a produção das bombas Syllent, a primeira moto bomba silenciosa do mundo. São linhas de bombas para movimentação de água com aplicação em banheiras de hidromassagens/spas, com pré-filtro para piscina, pressurização e circulação de rede hidráulica e centrífuga residencial. Sendo possível a aplicação da linha residencial no segmento náutico.

a. Características do processo de produção

A divisão Syllent produz bombas e pressurizadores através de operações de resinagem, usinagem, pintura, ligação elétrica, montagem e testes de qualidade.

b. Características do processo de distribuição

A venda é realizada de forma direta, através de distribuidor e equipe de representantes atendendo diretamente as indústrias, homecenters e as revendas especializadas.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

=> Os principais mercados de atuação e suas respectivas participações são: bombas para banheira de hidromassagem e spas (65%), pressurizadores (20%) e bombas residenciais (15%).

Obs.: A bomba com pré-filtro para piscina já encontra-se em produção e disponível para atender o mercado de lojas e fabricantes de piscina. A venda iniciou em Mar/2017 e ainda não temos dados de markt share.

d. Eventual sazonalidade

Esse segmento apresenta pouca sazonalidade (Janeiro, Fevereiro e Dezembro são os meses de menores vendas).

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

=> A empresa mantém uma longa e sólida relação junto aos seus fornecedores. Os principais insumos utilizados são peças plásticas, motores elétricos, resina, tinta e componentes eletrônicos, e não estão sujeitos ao controle governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

=> Os insumos utilizados são desenvolvidos para projetos específicos e dessa forma é natural a dependência de poucas opções de fornecimento, mas sem risco de afetar o abastecimento.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

⇒ Os preços das principais matérias primas não apresentam volatilidade. Os mesmos acompanham a inflação interna, e algumas matérias-primas dependem da variação cambial.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total**a. Montante total de receitas provenientes do Cliente**

Descrição do Cliente	Valor Líquido	%
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	R\$ 66.907.306,67	20,61

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Segmento Personal Care

Nos demais segmentos de negócio não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

A Companhia em todas as suas unidades necessita de autorizações de Órgãos Governamentais para a realização de atividades industriais. Entre esses órgãos estão o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul, CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental no Estado de São Paulo, ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Polícia Federal e Bombeiros. Para as atividades no segmento Fashion estão os órgãos de Licença de operação da FEPAM; Alvará de funcionamento (Prefeitura Municipal) ; PPCI (Bombeiros); Polícia Federal (Produtos Químicos Controlados) e Secretaria de Vigilância Sanitária (Prefeitura Municipal).

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental;

A Política Ambiental da Companhia toma como prioridade aplicar melhoria contínua nos produtos e processos, através do SGA - Sistema de Gestão Ambiental, priorizando a redução ou eliminação dos impactos ambientais, de acordo com a Legislação vigente.

Custos incorridos no Ano de 2017, para o cumprimento da regulação ambiental (Insumos para Tratamento de Efluentes Industriais e Cloacais, Destinação e Transporte de Resíduos, Salário de profissionais que fazem parte do corpo técnico interno de Meio Ambiente, Valor gasto em Taxas de Licenças Ambientais):

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Unidade	Custo dos Insumos (produtos utilizados) para Tratamento de Efluentes	Custo de Destinação e Transporte de Resíduos	Valor dos Salários de profissionais internos	Valor gasto para obtenção/manutenção das Licenças Ambientais
Gravataí (2017)	R\$ 223.338,20	R\$ 590.927,12	R\$ 201.036,60	R\$ 642,98
Caxias do Sul (2017)	R\$ 2.195.077,00	R\$ 332.383,00	R\$ 306.842,52	R\$ 333.879,00
Guarulhos Matriz (2017)	NA	R\$ 93.039,56	R\$ 50.059,00	R\$ 21.505,64
Guarulhos Filial (2017)	NA	R\$ 19.994,45	R\$ 48.457,00	R\$ 9.664,96

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Conforme informado no item 9.1. do presente formulário de referência (listagem completa contendo todas as marcas e patentes de titularidade da Companhia), a Companhia informa que possui diversos ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

Ainda, a Companhia informa que atua fortemente na gestão de suas marcas e patentes, eis que a marca MUNDIAL é notoriamente conhecida por destacar artigos de cutelaria, alicates de cutícula e produtos para o cuidado pessoal de alta qualidade. Além do que, as patentes de titularidade da Companhia, informadas neste relatório, foram legalmente consideradas inovadoras.

Dependência de Licenças: A Mundial S.A Produtos de Consumo depende da liberação das Licenças dos Órgãos Ambientais Estaduais e Federais, entre eles Licenças de Operação para as unidades fabris; bem como liberação de Órgãos Fiscalizadores, entre eles Prefeituras (Alvará de Funcionamento), Secretarias Municipais e Estaduais (Licenças), Polícia Federal (Produtos Químicos Controlados), Bombeiros (Alvará de Proteção e Combate a Incêndio, entre outros.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

EM 2017

- a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor;

CLIENTE	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA
COML E DISTRIBUIDORA MODOLO LTDA	0,5%
SHELDON AND HAMMOND PTY LTD	0,4%
STYLO TRADERS LLC DISTRUBUTORS	0,3%
DISTRIBUIDORA DARCOTEX LTDA	0,3%
COLLEGE SEWING MACHINE PARTS LTD	0,2%
ELITE IMPORTACIONES SAS	0,1%
DEBRON SA	0,1%
IMPORTADORA BABUL LIMITADA	0,1%
MULTI-IMPORT S.A DE C.V	0,1%
TEXCO INDUSTRIES SRL	0,1%
SINGER THAILAND PUBLIC COMPANY LIMITED	0,1%
ZIPPER ARGENTINA SRL.CUIT 30.70741690.0	0,1%
DISTRIBUIDORA JOFE	0,1%
IMPORTACIONES HUGUITO EIRL	0,1%
WEST POINT SAS	0,1%
Outros	2,1%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor;

CLIENTE/PAÍS	PARTICIPAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL
Estados Unidos	
Mundial Inc	1,3%
Argentina	
Mundial Argentina	0,7%
Chile	
Distribuidora Darcotex	0,3%
Colômbia	
Elite Importaciones	0,1%
Austrália	
Sheldon And Hammond	0,4%
Peru	
Debron SA	0,1%
Emirados Árabes Unidos	
Stylo Traders	0,3%
Uruguai	
Andres S. Pratto	0,1%
Paraguai	
Texco Industries	0,1%
Bolívia	
Carver S.R.L	0,1%
Reino Unido	
College Sewing Machine	0,2%
Guatemala	
Distribuidora Jofe	0,1%
Outros	1,1%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

- c. Receita proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

CLIENTE	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA TOTAL	
Estados Unidos	5.719.940,06	1,3%
Argentina	4.819.549,05	1,1%
Chile	2.062.014,93	0,5%
Colômbia	1.670.229,97	0,4%
Austrália	1.658.227,62	0,4%
Peru	1.365.153,62	0,3%
Emirados Árabes Unidos	1.212.757,36	0,3%
Uruguai	915.515,72	0,2%
Paraguai	907.356,92	0,2%
Bolívia	899.321,85	0,2%
Reino Unido	810.248,16	0,2%
Guatemala	671.634,64	0,2%
África do Sul	582.242,60	0,1%
México	536.208,57	0,1%
Hong Kong	507.870,69	0,1%
Tailândia	490.718,89	0,1%
Equador	328.691,81	0,1%
Honduras	324.517,76	0,1%
Outros	2.128.811,82	0,5%

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia atua no mercado externo, América Latina, América do Norte, Ásia e Europa, através de suas subsidiárias e clientes terceiros, para os negócios da Companhia não há regulação que possa afetar substancialmente suas atividades.

7.8 - Políticas socioambientais

1. Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia não Publica Relatório de Sustentabilidade, mas possui Balanço Socioambiental, onde são apresentados os resultados e um panorama das práticas adotadas nas áreas social e ambiental de todas as unidades da Companhia referentes ao ano anterior. Nesse documento fica clara a Política de Saúde e Segurança e Política Ambiental da empresa, destacando o compromisso da empresa com todas as questões Socioambientais.

O documento não é auditado por terceiros.

O Balanço Socioambiental fica disponível através do link: <http://mundial.com>

2. Tem Política de Responsabilidade Socioambiental ?

A Política de Responsabilidade Socioambiental está intrínseca no mesmo documento Balanço Socioambiental.

O Balanço Socioambiental fica disponível através do link: <http://mundial.com>

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as atividades do emissor já foram descritas nos itens anteriores deste formulário, não possuindo outras informações relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

Exercício 2017

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante, que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Exercício 2016

Em fevereiro de 2016, a subsidiária Mundial Asia adquiriu 30% da participação pertencente a Joint Best Holdings Limited na Mundial Co, tornando-se a única controladora da Mundial Co.

O Acionista Hercules S.A – Fábrica de Talheres, por força de decisão judicial do Juízo da 16 Vara de Porto Alegre/RS, alienou o total de 258.750 ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da MUNDIAL S/A – PRODUTOS DE CONSUMO, correspondentes à 10,43% das ações ordinárias e, portanto, do capital total. A alienação foi efetivada no pregão da BM&FBOVESPA, em leilões realizados em 09/03/2016 e 17/03/2016.

Em 29 de setembro de 2016, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária a alienação das subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia ambas controladas diretamente pela Eberle Equipamentos e Processos S.A, conforme proposta de aquisição apresentada à Companhia pela ZHEPAR Participações Ltda.

Nos exercício 2015

Não houve aquisição ou alienação de ativo relevante, que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

A partir de janeiro de 2018 a Companhia assumiu a gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative, cuja exploração estava à cargo de um parceiro comercial que possuía exclusividade.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Contratos relevantes celebrados pela Companhia, suas coligadas ou controladas que não são diretamente relacionados com suas atividades operacionais nos últimos três exercícios sociais.

CONTRATADA	CONTRATANTE	OBJETO	DATA
WS Consultoria Empresarial	Mundial S/A Produtos de Consumo, Hercules S/A Fábrica de Talheres, Eberle Equipamentos e Processos S/A, Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda, Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	Prestação de Serviços - Revisão Tributária	24/05/2013
WS Consultoria Empresarial	Mundial S/A Produtos de Consumo, Hercules S/A Fábrica de Talheres, Eberle Equipamentos e Processos S/A, Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda, Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda.	Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços - Revisão Tributária	02/12/2013
Agro Industrial São Gonçalo S/A	Mundial S/A Produtos de Consumo	Cessão de Direitos Creditórios	27/11/2014
CPFL - Comercialização S/A	Mundial S/A Produtos de Consumo	Comercialização de Energia Eólica	21/10/2014
ABE - Assessoria Brasileira de Empresas Ltda.	Mundial S/A Produtos de Consumo	Prestação de Serviços de Cobrança	08/04/2015
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	Mundial S/A Produtos de Consumo	Prestação de Serviços de Suporte Técnico	26/05/2015

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta secção já foram descritas nos itens anteriores.

Marcas Nacionais e Internacionais TOTAL DE MARCAS = 247										
Nº do registro	Descrição do ativo	Classe de Produtos ou Serviços	Território atipado	Tipo	Depósito	Concessão do registro	Validade	Evento que podem causar a perda dos	Consequência da perda dos direitos	
65/3371	Marca	08	África do Sul	Quatro Assi (Branqueal)	11 agosto 1965	13 julho 1965	17 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
97/10698	Marca	07	África do Sul	Ébels (Normativa)	13 dezembro 1991	13 dezembro 1991	15 novembro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
2000/1860	Marca	08	África do Sul	Mundial (Mistal, Logo Novo)	24 maio 2008	4 abril 2011	14 agosto 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
84/035	Marca	08	Alémarcha	Mundial (Mistal)	26 maio 1965	1 fevereiro 1968	31 maio 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
113/336	Marca	03	Alémarcha	Ébels (Normativa)	24 maio 1969	24 maio 1969	21 maio 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
30/00805959	Marca	08	Alémarcha	Mundial (Mistal, Logo Novo)	15 agosto 2008	23 março 2009	31 julho 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
2986	Marca	03	Ángela	Impuls	22 julho 2011	22 julho 2011	22 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
77/8493	Marca	08	Antônia Barbuda	Mundial (Mistal)	24 agosto 2001	24 agosto 2001	22 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
102/1269	Marca	13	Antônio Saadita	Mundial (Mistal, Logo Novo)	18 outubro 2008	19 janeiro 2011	18 junho 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
198/2272	Marca	08	Aranda	Mundial (Mistal, Logo Novo)	24 fevereiro 1964	24 fevereiro 1964	24 fevereiro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
226/400	Marca	08	Argentina	Mundial (Mistal, Logo Novo)	29 julho 1985	4 maio 1987	25 dezembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
199/3818	Marca	26	Argentina	Mundo 4 Assi (Mistal)	15 dezembro 1992	28 fevereiro 1994	22 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
20/29272	Marca	07	Argentina	Mistal (Hidrocarbureto (Mistal))	14 maio 2001	26 setembro 2006	26 abril 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
228/2747	Marca	08	Argentina	Ponto Vermelho (Mistal)	6 julho 2007	28 abril 2008	28 abril 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
229/249	Marca	08	Argentina	Rod Dot (Normativa)	24 junho 2007	28 abril 2008	28 abril 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
258/827	Marca	03	Argentina	Impuls	14 julho 2009	14 agosto 2011	14 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
268/348	Marca	08	Argentina	Cartomany	7 agosto 2013	20 outubro 2014	20 outubro 2024	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
2102/748	Marca	08	Argentina	Mundial (Mistal, Logo Novo)	24 fevereiro 1964	24 fevereiro 1964	11 outubro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
427/783	Marca	08	Austrália	Mundial (Mistal)	27 março 1974	16 dezembro 1975	27 março 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
427/783	Marca	08	Austrália	Quatro Assi (Branqueal)	20 março 1974	16 dezembro 1975	20 março 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
831420	Marca	07	Austrália	Ébels (Normativa)	10 março 1978	10 março 1978	10 março 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
129/580	Marca	08	Austrália	Mundial (Mistal, Logo Novo)	7 agosto 2008	27 julho 2010	7 agosto 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
249/241	Marca	08	Austria	Mundial (Mistal, Logo Novo)	12 agosto 2008	23 fevereiro 2009	26 fevereiro 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
59/779	Marca	07 08	Banexas	Mundial (Mistal)	6 julho 1969	30 setembro 1969	29 setembro 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
59/779	Marca	07 08	Banexas	Quatro Assi (Branqueal)	6 julho 1969	30 setembro 1969	29 setembro 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
444/873	Marca	08	Banexas	Ébels (Normativa)	16 junho 1989	1 abril 1990	16 junho 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8956/399	Marca	08	Banexas	Mundial (Mistal, Logo Novo)	19 agosto 2008	10 abril 2009	19 agosto 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
7952/83	Marca	08	Bolbo	Ébels (Normativa)	12 julho 1978	14 dezembro 1978	15 dezembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
88/158 A	Marca	09	Bolbo	Ébels (Normativa)	25 julho 1978	14 dezembro 1978	14 dezembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
78/394 A	Marca	08	Bolbo	Mundial (Normativa)	23 outubro 1992	23 outubro 2005	12 setembro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
1286/44 C	Marca	03	Bolbo	Impuls	29 julho 2001	20 julho 2011	29 julho 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
118934 C	Marca	08	Bolbo	Ébels (Mistal)	2 junho 2008	5 maio 2009	5 maio 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
118934 C	Marca	08	Bolbo	Mundial (Mistal, Logo Novo)	2 junho 2008	5 maio 2009	5 maio 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
5066/740	Marca	20 29	Brazil	Ébels (Normativa)	24 setembro 1443	24 setembro 1443	24 setembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
5066/740	Marca	20 29	Brazil	Ébels (Normativa)	24 setembro 1443	24 setembro 1443	24 setembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
70/5422	Marca	20 29	Brazil	Mundial Aqua (Mistal)	17 fevereiro 1962	27 outubro 1977	27 outubro 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
36/3049	Marca	08 10/20/40	Brazil	Mundial Aqua (Mistal)	17 abril 1962	27 outubro 1967	27 outubro 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
39/3479	Marca	08 40	Brazil	Quatro Assi (Branqueal)	11 abril 1962	24 dezembro 1968	24 dezembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
4019725	Marca	08 40	Brazil	Quatro Assi (Branqueal)	11 agosto 1962	18 fevereiro 1970	18 fevereiro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
26/29293	Marca	08	Brazil	Mistal (Hidrocarbureto (Mistal))	11/2 dezembro 1962	26 setembro 1968	26 setembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
377/718	Marca	7 10/15/20	Brazil	Ébels (Normativa)	22 julho 1968	22 julho 1978	22 julho 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
377/748	Marca	11	Brazil	Ébels (Normativa)	11 dezembro 1968	9 julho 1968	9 julho 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
00409197	Marca	03	Brazil	Impuls	19 fevereiro 1971	19 fevereiro 1981	19 fevereiro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
633773	Marca	08 40	Brazil	Quatro Assi (Branqueal)	25 maio 1976	25 maio 1976	25 maio 2026	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
232/308	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal)	21 outubro 1978	21 outubro 1978	21 outubro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8129/030	Marca	08	Brazil	Impuls	16 outubro 1986	16 agosto 1988	16 agosto 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8129/030	Marca	03 20	Brazil	Impuls	16 outubro 1986	16 agosto 1988	16 agosto 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8180/492	Marca	08	Brazil	Roll & Roll	14 novembro 1994	23 julho 1998	23 julho 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8180/928	Marca	08 40	Brazil	Softy (Mistal)	6 dezembro 1994	25 fevereiro 1997	25 fevereiro 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
820/498	Marca	08	Brazil	Impuls	14 outubro 1997	4 julho 2000	4 julho 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
820/8831	Marca	08	Brazil	Ponto Vermelho (Normativa)	13 novembro 1997	27 julho 2003	27 julho 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8218/1401	Marca	08	Brazil	Impuls Kids	13 julho 1999	16 setembro 2003	16 setembro 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8218/005	Marca	08 40	Brazil	Mundial Series 1 (Normativa)	1 setembro 1999	2 dezembro 2003	2 dezembro 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8218/048	Marca	08 40	Brazil	Mundial Series 1300 (Normativa)	8 setembro 1999	2 dezembro 2003	2 dezembro 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8218/041	Marca	08 40	Brazil	Mundial Series 5000 (Normativa)	8 setembro 1999	2 dezembro 2003	2 dezembro 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8218/048	Marca	08 40	Brazil	Mundial Series 5400 (Normativa)	8 setembro 1999	14 outubro 2003	14 outubro 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8221/2988	Marca	08 40	Brazil	Rod Dot (Normativa)	26 outubro 1999	16 novembro 2010	16 novembro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8221/2988	Marca	16 20	Brazil	Rod Dot (Normativa)	26 outubro 1999	16 novembro 2010	16 novembro 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8226/761	Marca	08	Brazil	Impuls (Normativa)	17 maio 2001	10 julho 2007	10 julho 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8242/3234	Marca	08	Brazil	Impuls (Normativa)	19 julho 2002	24 abril 2007	24 abril 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8242/6598	Marca	08	Brazil	Aquanti (Normativa)	13 agosto 2002	27 maio 2008	27 maio 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8252/7177	Marca	44	Brazil	Clube Do Alcega (Mistal (Mistal))	10 abril 2003	8 setembro 2009	8 setembro 2019	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8260/1201	Marca	08	Brazil	Mistal (Geometrico (Normativa))	18 dezembro 2003	24 julho 2007	24 julho 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8262/2890	Marca	37	Brazil	Mistal (Normativa)	13 julho 2004	20 julho 2010	20 julho 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8264/6463	Marca	08	Brazil	Quatro Assi (Branqueal)	18 agosto 2004	26 outubro 2006	26 outubro 2016	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8264/6886	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal)	18 agosto 2004	5 julho 2012	5 julho 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8268/1880	Marca	08	Brazil	Quatro Assi (Branqueal)	18 agosto 2004	28 outubro 2006	28 outubro 2016	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8270/2229	Marca	08	Brazil	Ísis Da Mistal (Normativa)	11 agosto 2004	4 setembro 2004	4 setembro 2024	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8278/0022	Marca	7	Brazil	Mistal (Hidrocarbureto (Mistal))	18 agosto 2004	18 dezembro 2007	18 dezembro 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8278/0022	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	11 novembro 2005	11 novembro 2005	11 novembro 2025	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8279/3587	Marca	10	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	9 dezembro 2005	19 fevereiro 2008	19 fevereiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8279/3584	Marca	21	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	9 dezembro 2005	9 dezembro 2008	9 dezembro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8279/3584	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	9 dezembro 2005	4 outubro 2009	4 outubro 2029	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8280/3144	Marca	16	Brazil	Ébels (Mistal)	12 dezembro 2005	6 fevereiro 2008	6 fevereiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8282/705	Marca	2	Brazil	Ébels (Mistal)	22 maio 2006	14 dezembro 2009	14 dezembro 2029	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8282/705	Marca	2	Brazil	Ébels (Mistal)	4 setembro 2006	21 julho 2009	21 julho 2029	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8282/3263	Marca	08	Brazil	Ébels (Mistal)	4 setembro 2006	21 julho 2009	21 julho 2029	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8290/1892	Marca	26	Brazil	Ébels (Mistal)	29 outubro 2006	21 agosto 2009	21 agosto 2029	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8290/303	Marca	16	Brazil	Ébels (Mistal)	16 fevereiro 2007	14 maio 2013	14 maio 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8290/303	Marca	08	Brazil	Ébels (Mistal)	16 fevereiro 2007	14 maio 2013	14 maio 2023	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8290/8514	Marca	08	Brazil	Ponto Vermelho (Branqueal)	3 abril 2007	18 maio 2010	18 maio 2020	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8292/4622	Marca	08	Brazil	Mistal (Voz (Cartão))	28 dezembro 2007	16 julho 2012	16 julho 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8292/4622	Marca	26	Brazil	Korea (Normativa)	2 maio 2008	24 agosto 2008	24 agosto 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8031/11460	Marca	08	Brazil	Mistal (Bolsa (Mistal (Mistal))	29 setembro 2008	6 março 2012	6 março 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8031/3371	Marca	14	Brazil	Bolsa (Mistal (Mistal))	29 setembro 2008	11 fevereiro 2014	11 fevereiro 2024	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8304/534	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	3 julho 2009	2 maio 2012	2 maio 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8304/2490	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal, Logo Novo)	3 julho 2009	2 maio 2012	2 maio 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8304/2490	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal)	3 julho 2009	2 maio 2012	2 maio 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
801788550	Marca	3	Brazil	Impuls Top (Bolsa)	17 julho 2009	5 junho 2012	5 junho 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
80178811	Marca	08	Brazil	Impuls Top (Bolsa)	17 julho 2009	5 junho 2012	5 junho 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
80193384	Marca	08	Brazil	Mistal 527	8 setembro 2009	31 julho 2012	31 julho 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
8310/7611	Marca	08	Brazil	Mistal (Mistal) Globo	17 julho 2011	4 novembro 2014	4 novembro 2024	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
0043/3300	Marca	3	Brazil	Impuls Geometrico (Branqueal)	5 maio 2015	4 maio 2025	4 maio 2035	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
00500146	Marca	08	Brazil	Impuls	22 fevereiro 2013	12 abril 2016	12 abril 2026	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
00704063	Marca	09	Brazil	Impuls	8 julho 2014	11 janeiro 2017	11 janeiro 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
007409/10	Marca	10	Brazil	Impuls	6 julho 2014	13 janeiro 2017	13 janeiro 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
00940660	Marca	11	Brazil	Impuls	6 julho 2014	11 janeiro 2017	11 janeiro 2027	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
0102/1117	Marca	8	Brazil	Ébels Et. 1986	14 dezembro 2015	23 janeiro 2018	23 janeiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
0104/2071	Marca	8	Brazil	Ébels Et. 1986	14 dezembro 2015	23 janeiro 2018	23 janeiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
0104/2071	Marca	8	Brazil	Ébels Et. 1986	14 dezembro 2015	23 janeiro 2018	23 janeiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
0104/2061	Marca	6	Brazil	Ébels Et. 1986	14 dezembro 2015	23 janeiro 2018	23 janeiro 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
774829	Marca	08	Bulgaria	Mistal (Mistal)	11 agosto 2001	23 janeiro 2002	23 janeiro 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
774829	Marca	08	Bulgaria	Mistal (Mistal)	11 agosto 2001	23 janeiro 2002	23 janeiro 2022	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
248/160	Marca	08	Canada	Ébels (Normativa)	23 maio 1988	23 maio 1988	23 maio 2028	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
1048/4246	Marca	08	Canada	Mistal (Hidrocarbureto (Mistal))	14 junho 2006	23 junho 2006	23 junho 2026	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
110480527	Marca	08	Canada	Mistal (Mistal, Logo Novo)	13 agosto 2008	30 agosto 2011	30 agosto 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
1107/571	Marca	08	Chile	Mistal (Mistal)	20 julho 1964	7 janeiro 1965	23 setembro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
1108/94	Marca	08	Chile	Quatro Assi (Branqueal)	20 julho 1964	7 janeiro 1965	23 setembro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
862/49	Marca	07 16 26	Chile	Ébels (Normativa)	11 julho 1978	28 novembro 1978	28 novembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
862/49	Marca	08	Chile	Rod Dot (Normativa)	11 julho 1978	28 novembro 1978	28 novembro 2018	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
942/95	Marca	16	Chile	Rod Dot (Normativa)	12 janeiro 2001	22 novembro 2001	22 novembro 2021	Não renovado	Perda do direito exclusivo ao uso	
996/416	Marca	38	Chile	Rod Dot (Normativa)	12 janeiro 2001	20 setembro 2001	20			

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Patentes Nacionais e Internacionais TOTAL DE PATENTES = 53								
Nº do registro	Descrição do ativo	Território atingido	Tipo	Depósito	Concessão do registro	Validade	Eventos que possam afetar a validade	Consequências da perda
A2006/0978	Desenho Ind.	África do Sul	Bomba(Etelical)	3 julho, 2006	3 julho, 2006	3 julho, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
A3016/01376	Desenho Ind.	África do Sul	MOTOROMBA SVLENT	9 setembro, 2015	27 maio, 2016	9 setembro, 2030	Caducidade	Perda do direito exclusivo
A0335248.2.08	Patente	Alemanha	2 Bomba	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
A8.0307058.0	Patente	Argentina	Bomba	21 setembro, 2001	24 fevereiro, 2009	21 setembro, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
A8.038280.81	Patente	Argentina	Bomba 2	9 janeiro, 2003	21 setembro, 2009	9 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
2002.300182	Patente	Austria	Bomba	16 julho, 2002	24 abril, 2008	16 julho, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
2003200128	Patente	Austria	Bomba 2	16 janeiro, 2003	29 outubro, 2009	16 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
491886	Patente	Austria	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1198508	Patente	Bélgica	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR03021200234.3	Desenho Ind.	Brasil	Aplicador Para Customização	8 outubro, 2012	8 outubro, 2013	8 outubro, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR0604873.8	Desenho Ind.	Brasil	Bases De Botão (Idéia 1)	17 dezembro, 2009	10 agosto, 2010	17 dezembro, 2019	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR0604871.1	Desenho Ind.	Brasil	Bases De Botão De Corne Maior Com Excavac De Pressão Central (Idéia 2)	17 dezembro, 2009	10 agosto, 2010	17 dezembro, 2019	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR0604872.6	Desenho Ind.	Brasil	Bases De Botão De Corne Menor Com Excavac De Pressão Central (Idéia 4)	17 dezembro, 2009	10 agosto, 2010	17 dezembro, 2019	Caducidade	Perda do direito exclusivo
PR0103014.5	Patente	Brasil	Bomba (Projeto Inversor)	16 julho, 2001	2 junho, 2009	16 julho, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
C.10103014.5	Patente	Brasil	Bomba 2 (Carfilizado De Adição)	16 setembro, 2002	2 junho, 2009	16 julho, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
DT102724.4	Desenho Ind.	Brasil	Carca Aplicada Em Alicates	26 maio, 2011	24 abril, 2012	26 maio, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR030212002083.2	Desenho Ind.	Brasil	Configuração Aplicada Em Alicates Para Corte De Unhas	1 setembro, 2015	17 julho, 2012	26 abril, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR030212004114.8	Desenho Ind.	Brasil	Configuração aplicada em Faco para produtos cosmeticos	1 setembro, 2014	4 outubro, 2016	1 setembro, 2028	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR0302140042926.3	Desenho Ind.	Brasil	MOTOROMBA SVLENT	1 setembro, 2014	29 março, 2016	1 setembro, 2028	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR0300773.8	Desenho Ind.	Brasil	Pinça	21 março, 2003	1 julho, 2003	21 março, 2028	Caducidade	Perda do direito exclusivo
DT102883.9	Desenho Ind.	Brasil	Projeto Sifone Gerador II	5 maio, 2011	27 março, 2012	5 maio, 2020	Caducidade	Perda do direito exclusivo
BR030214005376.6	Desenho Ind.	Brasil	Projeto Sifone Gerador II	23 novembro, 2016	17 outubro, 2017	23 novembro, 2026	Caducidade	Perda do direito exclusivo
2.893.243	Patente	Bombá	Bomba	12 julho, 2002	14 outubro, 2008	12 julho, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
ZL20113043843.8	Desenho Ind.	China	Configuração Aplicada Em Alicates	25 novembro, 2011	12 setembro, 2012	25 novembro, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
D2006/667.6	Desenho Ind.	Coreia do Sul	Bomba	11 julho, 2006	22 setembro, 2006	11 julho, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
442543	Desenho Ind.	Coreia do Sul	Bomba	3 julho, 2006	28 fevereiro, 2007	28 fevereiro, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
30.2917.0046419.2	Desenho Ind.	Costa Rica	MOTOROMBA SVLENT	10 setembro, 2015	8 julho, 2018	10 setembro, 2028	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Dinamarca	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Equador	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Equador	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Equador	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Equador	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
157.048.51884	Bomba	Eua	Bomba 2	27 novembro, 2002	23 maio, 2006	20 outubro, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
581.758	Desenho Ind.	Eua	Configuração Aplicada Em Tesoura (Tesoura Concepi)	15 fevereiro, 2008	2 dezembro, 2008	2 dezembro, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1277265	Patente	Europa	Bomba	23 janeiro, 2002	2 novembro, 2016	23 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Europa	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
000.096.151.0001/0002/0003	Desenho Ind.	Europa	Knife Handle (F-a)	3 novembro, 2003	24 fevereiro, 2004	3 novembro, 2018	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Finlândia	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Francia	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Francia	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1063498	Patente	Hong Kong	Bomba 2	21 agosto, 2004	20 maio, 2011	21 agosto, 2024	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Hong Kong	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Índia	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
418083	Patente	Japão	Bomba	16 julho, 2002	5 setembro, 2008	16 julho, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
247647	Patente	México	Bomba	15 julho, 2002	27 julho, 2007	15 julho, 2022	Caducidade	Perda do direito exclusivo
246687	Patente	México	Bomba 2	14 janeiro, 2003	26 junho, 2007	14 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Paraguai	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Paraguai	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Paraguai	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Paraguai	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
1398508	Patente	Paraguai	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo
315119	Desenho Ind.	Japão	Bomba	3 julho, 2006	27 dezembro, 2011	2 julho, 2021	Caducidade	Perda do direito exclusivo
D117866	Desenho Ind.	Taiwan	Bomba	4 julho, 2006	1 julho, 2007	3 julho, 2018	Caducidade	Perda do direito exclusivo
TR.20110226214	Patente	Turquia	Bomba 2	3 janeiro, 2003	15 dezembro, 2010	3 janeiro, 2023	Caducidade	Perda do direito exclusivo

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

LICENÇAS NACIONAIS - MUNDIAL						
TOTAL DE LICENÇAS = 10						
NÚMERO	TERRITÓRIO ATINGIDO	TIPO	CONCESSÃO REGISTRO	VALIDADE	EVENTOS QUE PODEM CAUSAR A PERDA DOS DIREITOS	CONSEQUÊNCIA DA PERDA DOS DIREITOS
2149/2010-DL	Brasileiro	Licença de Operação - Mundial Gravetal - RS	29/04/10	LD está prorrogada por tempo indeterminado, até a manifestação da FEPAM	Crime Ambiental, não renovação da LD	Não pode haver atividade industrial em funcionamento
574/11	Brasileiro	Alvará Bombeiros - Gravetal - RS	15/09/15	14/09/18	Não renovação do Alvará	Não pode haver atividade industrial em funcionamento, Seguradora não fará cobertura de sinistros
935/2014-DL	Brasileiro	Licença de Operação - Mundial Casas do Sul - RS	21/02/14	LD prorrogada por tempo indeterminado, até a manifestação da FEPAM	Crime Ambiental, não renovação da LD	Não pode haver atividade industrial em funcionamento
5363/2016	Brasileiro	Alvará Bombeiros - Casas do Sul - RS	31/03/16	PPCI novo protocolado no Corpo de Bombeiros em 31/03/2016 ainda em tramitação	Não renovação do Alvará	Não pode haver atividade industrial em funcionamento, Seguradora não fará a cobertura de sinistros
15008660	Brasileiro	Licença de Operação - Laboratório Avamiller Matriz - Guarulhos - SP	11/12/17	11/12/19	Crime Ambiental, não renovação da LD	Não pode haver atividade industrial em funcionamento
211335	Brasileiro	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - Laboratório Avamiller Matriz - Guarulhos - SP	05/11/15	17/09/18	Não renovação do Alvará	Não pode haver atividade industrial em funcionamento, Seguradora não fará a cobertura de sinistros
LF 1235/2011	Brasileiro	Licença de funcionamento - Laboratório Avamiller Matriz - Guarulhos - SP	22/07/11	Indeterminado	Não ter a Licença de funcionamento	Não pode funcionar
15008408	Brasileiro	Licença de Operação - Laboratório Avamiller Filial - Guarulhos - SP	18/04/17	18/04/19	Crime Ambiental, não renovação da LD	Não pode haver atividade industrial em funcionamento
224695	Brasileiro	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - Laboratório Avamiller Filial - Guarulhos - SP	16/02/16	18/07/19	Não renovação do Alvará	Não pode haver atividade industrial em funcionamento, Seguradora não fará a cobertura de sinistros
LF 353/2011	Brasileiro	Licença de funcionamento - Laboratório Avamiller Filial - Guarulhos - SP	10/02/11	Indeterminado	Não ter a Licença de funcionamento	Não pode funcionar

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
FÁBRICA MUNDIAL - Rua Paul Zivi, 501 - Distrito Industrial - Gravataí	Brasil	RS	Gravataí	Própria
IMÓVEL COMERCIAL - Rua Visconde de Pelotas, 407/417	Brasil	RS	Porto Alegre	Própria
FÁBRICA MUNDIAL - FASHION - Rod. BR 116 KM 145 nº 5000	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
IMÓVEL - FUNDAÇÃO ABRAMO EBERLE- DEP. DE MATERIAIS R. Vereador Mario Pezzi, 14	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria
IMÓVEL - POÇO ARTESIANO - Rua 13 de Maio, s/n - Bairro Exposição	Brasil	RS	Caxias do Sul	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

As informações referentes aos ativos Patentes, Marcas e Licenças da Companhia estão relacionadas o quadro 9.1 desta seção.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Cia Florestal S.A	87.041.851/0001-60	-	Coligada	Brasil	RS	Porto Alegre	A Companhia tem por objetivo a exploração agropecuária e atividades conexas. Atualmente, as atividades da Companhia estão suspensas.	99,740000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-1.276.496,29		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Eberle Agropastoril S/A	88.889.910/0001-18	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objeto o desenvolvimento de atividades de florestamento, reflorestamento e a exploração de florestas nativas e reflorestamentos em formação ou crescimento, elaboração e execução de projetos de florestamento e reflorestamento, podendo na implantação das florestas fazer uso de incentivos fiscais previstos no Decreto Lei 1134/70, na forma estabelecida pelo Decreto Lei 1376/74.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	2.426.268,55		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mecado								

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Eberle Equipamentos e Processos S/A	90.770.413/0001-48	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objetivo social a indústria e o comércio de máquinas e equipamentos industriais, processos de manufatura industrial e de tratamento de efluentes, produtos eletrônicos, acionamentos variáveis, projetos de pesquisas, desenvolvimentos industriais, matrizes e dispositivos industriais, importação e exportação dos produtos acima, bem como de seus componentes e matérias-primas relacionadas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	14.150.997,48		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	62.823.752/0001-00	-	Coligada	Brasil	SP	Guarulhos	Segmento de esmaltes e outros itens de beleza pessoal.	99,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	-88.702.667,42		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
No segmento de consumo, a divisão Personal Care fabrica produtos voltados para a linha de cuidados pessoais de uso profissional e doméstico, como tesouras, alicates para cutículas e unhas, cortadores e pinças. Além disso, faz parte desta divisão o Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., produtor de esmaltes e cremes da marca Impala, adquirido pela Mundial S.A. em uma operação que teve início em 2008.								
Monte Magre S/A	89.820.765/0001-81	-	Coligada	Brasil	RS	Caxias do Sul	A Companhia tem por objetivo a administração, compra e venda de bens imóveis e participações em outras empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2017	33.183.186,95		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
MUNDIAL ARGENTINA	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina			Comercialização e distribuição dos produtos de consumo e fashion	99,790000
Valor mercado								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	898.129,64		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	12.744.404/0001-79	-	Coligada	Brasil	RJ	Itatiaia	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	99,000000
Valor mercado								
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	51.623.299,24		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Melhorar pontos de distribuição.								
MUNDIAL INC	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Estados Unidos			Comercialização e distribuição dos Produtos de Consumo e Fashion	100,000000
Valor mercado								
31/12/2017				Valor contábil	31/12/2015	3.546.145,82		
31/12/2016								
31/12/2015								
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Em 29 de agosto de 2016, conforme Ata do Conselho de Administração da Companhia foi aprovado a integralização do aumento de capital na coligada Eberle Equipamentos e Processos, através da transferência do investimento na empresa Mundial INC.								
Mundial Norte Distr. de Produtos de Consumo Ltda	17.586.037/0001-46	-	Coligada	Brasil	AM	Manaus	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	99,000000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	931.451,96		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Melhorar pontos de distribuição.								
MUNDIAL PERSONAL CARE	00.000.000/0000-00	-	Coligada	África do Sul			Comercialização e distribuidora dos Produtos de Personal Care.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2016	-7.194.411,41		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
mercado								

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a companhia julgue relevante informar para esta seção.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Desempenho da Companhia em 2017

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras para fazer frente a suas obrigações de curto e longo prazo. Mesmo diante do cenário econômico desafiador a receita líquida da companhia apresentou um crescimento de 4% a EBTDA de 62,3% em relação a 2016, manteve os investimentos com finalidade de manutenção e melhorias das plantas fabris. A melhora no lucro bruto de 9,7% e nas despesas financeiras de 19,9% em relação a 2016 de 19,9%. A partir de 2018 com a retomada da gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative, cuja exploração estava à cargo de um parceiro comercial que possuía exclusividade, ponto importante para alavancar as receitas da Companhia.

Desempenho da Companhia em 2016

O ano de 2016 foi marcado pelas incertezas econômicas e políticas que afetaram sobremaneira a atividade econômica.

Não obstante os efeitos econômicos negativos, a Mundial apresentou receita líquida de R\$ 421,2 milhões, o que indica aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Os principais fatores desse crescimento foram: a) o desempenho da divisão Personal Care que, mesmo num ambiente de contração de mercado, conseguiu evoluir 13,5% em relação a 2015, principalmente em função do crescimento das vendas do esmalte Impala face ao aumento do seu market share (atualmente a Impala é a segunda marca do mercado); b) e, em menor escala, a receita da divisão Gourmet, com crescimento de 6,8% em relação a 2015, com destaque para o desempenho das exportações.

Na divisão Fashion onde são produzidos e comercializados itens de acabamento para indústrias de confecção e de calçados, como botões e ilhoses, com linhas voltadas para o segmento de moda, foi diretamente afetada pela significativa contração de demanda do setor de confecção que, por sua vez, se viu obrigado a produzir itens de menor valor agregado, com a utilização de materiais mais baratos. Em outras palavras, apesar da Divisão ter aumentado o volume de produção e vendas, o preço médio foi inferior, influenciando negativamente a receita e os resultados.

O resultado líquido da Companhia melhorou em relação a 2015, tanto em valor como em termos de margem, apesar de ainda se manter negativo. Em 2016, o resultado líquido foi negativo em R\$ 41,3 milhões, comparado a R\$ 52,0 milhões negativo no ano anterior, com margem líquida negativa de 9,8%, o que representa recuperação de 3,1 pontos percentuais ante à margem de -12,9% em 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dada a recuperação da margem operacional, a margem líquida poderia ter apresentado resultado melhor em 2016, não houvesse o impacto negativo do prejuízo financeiro líquido, que atingiu R\$ 89,5 milhões (R\$ 55 milhões em 2015), conforme anteriormente detalhado nos comentários sobre o Resultado Financeiro.

Desempenho da Companhia em 2015

A receita líquida de R\$ 404,1 milhões no exercício de 2015, valor 6,3% superior na comparação com os resultados de 2014. Apesar da paralisia da atividade econômica, o desempenho da Divisão Personal Care e das demais empresas da Companhia, que registraram avanço de 39,9% em 2015, impactaram positivamente os resultados. A depreciação cambial também foi um dos fatores que impulsionaram os resultados da Mundial.

O cálculo do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia é ajustado considerando o resultado de sua adesão ao programa de recuperação fiscal (Refis). Após os investimentos realizados para absorção da estrutura comercial e logística da Divisão Personal Care e o reconhecimento a valor presente justo (AVP) de receita de vendas e de custos, o Ebitda ajustado do exercício apresentou incremento de 37% em relação ao registrado no ano anterior, atingindo R\$ 37,6 milhões. Com isso, a margem Ebitda de 2015 foi de 9,3%, ante 6,2% no exercício anterior.

Em 2015, a Companhia registrou despesa financeira líquida de R\$ 55,0 milhões no resultado financeiro, 10,5% inferior à despesa financeira líquida de R\$ 61,4 milhões apurada no exercício de 2014. As “receitas financeiras” no montante de R\$ 9,0, estão relacionadas ao ajuste de avaliação patrimonial de clientes, conforme nota explicativa nº 29. As “despesas financeiras de giro”, somaram R\$ 49,7 milhões no ano de 2015, apresentando um aumento de 14,5% frente os R\$ 43,4 milhões registrados em 2014, entretanto quando comparado com a receita bruta, esse aumento reduz para 8,24%. As “outras despesas financeiras” registraram o montante de R\$ 14,3 milhões, valor de 3,7 inferior ao registrado no encerramento do exercício 2014.

Em 2015, a Companhia apresentou resultado líquido negativo em R\$ 52,0 milhões, valor 79,9% superior ao registrado no exercício de 2014. O desempenho foi afetado pelo aumento do custo das matérias primas e da energia elétrica.

b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta total da Companhia, era de R\$ 145.781 milhões, dos quais 95,8% no curto prazo (R\$ 139.668) e 4,2% (R\$ 6.113). O Custo médio

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

da dívida em 31 de dezembro de 2017, dividido em 2,43% (R\$ 3.540 milhões) atualizados pela variação cambial mais 0,77% ao mês e 97,57% (R\$ 142,241 milhões) em reais atualizados pela CDI mais taxa média 0,71% a.m. Em 31 de dezembro de 2017 o prazo médio de pagamento da dívida era de 7 meses. A estrutura de capital da companhia medida pelo indicador Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos) em relação ao capital social (Dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2016, demonstra saldo negativo em função da Companhia apresentar patrimônio líquido a descoberto.

Não há no momento a possibilidade da Companhia propor o resgate de suas ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, a Administração tem plena capacidade de honrar com os compromissos financeiros assumidos para o próximo ano.

Embora o endividamento líquido tenha aumentado de R\$ 118.841 para R\$ 143.661 a fim de financiar suas atividades operacionais, o nível de exposição em relação a geração de caixa, demonstrada pela relação Endividamento líquido / EBITDA caiu de 3,0 vezes para 2,2x em 2017, demonstrando que a geração de caixa é capaz de comportar o endividamento assumido.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de financiamento de capital de giro os empréstimos e financiamentos captados no mercado. Referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia se utiliza da grande liquidez de seus recebíveis para lastrear a maioria de suas operações financeiras

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Demonstração do endividamento financeira da Companhia e suas características

R\$ mil	2017 R\$ mil	2016 R\$ mil	2015 R\$ mil
Endividamento - curto prazo	139.668	119.641	128.853
Endividamento - longo prazo	6.113	3.716	9.552
Dívida bruta	145.781	123.357	138.405
(-) Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira	2.089	4.876	12.717
Dívida líquida	143.692	118.481	125.688

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos captados no mercado referem-se, basicamente, a captações de recursos, no mercado interno, atualizados pelo CDI (Certificados de Depósito Interbancário) acrescido de spread. Os saldos estão demonstrados no quadro abaixo:

Modalidade	Taxa média do contrato	Taxa efetiva % a.m *	Consolidado	
			2017	2016
Capital de giro - CCB	CDI + 0,72% a.m.	1,28	61.994	13.206
Capital de giro - Conta garantida	CDI + 0,80% a.m.	1,87	-	858
Capital de giro -CCE- NCE	CDI + 0,95% a.m.	2,02	-	50.866
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC	VC + 0,76% a.m.	(0,50)	-	4.690
Adiantamento de câmbio - ACE	VC + 0,77% a.m.	0,96	3.540	-
Desconto de duplicatas/Fomento	CDI + 0,75% a.m.	1,31	79.679	52.625
Arrendamento mercantil financeiro/Finame	CDI + 0,85% a.m.	1,41	568	1.112
			145.781	123.357
Passivo circulante			139.668	119.641
Passivo não circulante			6.113	3.716
			145.781	123.357

* O percentual da variação cambial de Janeiro a Dezembro de 2017 foi de 0,19%.

Os empréstimos de capital de giro - CCB, CCE-NCE - estão garantidos por duplicatas, CDB's, NP's, penhor mercantil e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 26 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,72% a.m.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O contrato de prestação de fiança está garantido por CDB's e aval. Esta fiança tem prazo de até 3 meses e foi negociada em uma taxa média de 0,60% a.m.

Os adiantamentos de câmbio-ACE estão garantidos por cambiais ME, CDB e aval. Estes financiamentos têm prazo de até 4 meses foram negociados em variação cambial + taxa de deságio média de 0,77% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,79% a.m.

Os financiamentos de arrendamento mercantil e Finame estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, tem prazo de até 31 meses e foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,85% a.m.

Operações nas controladas:

Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda

Os empréstimos de capital de giro - CCB estão garantidos por duplicatas, CCB's, e aval. Estes empréstimos tem o prazo de até 17 meses e foram negociados em uma taxa média de CDI + 0,81% a.m.

Os descontos de duplicatas/fomentos estão garantidos por NP, aval e com o compromisso de entrega futura de duplicatas. Foram negociados a uma taxa média de CDI + 0,64% a.m.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016 possui o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Consolidado
2019	6.027
2020	86
2021 em diante	-
	<u>6.113</u>

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Evolução dos Financiamentos - Consolidado	2017	2016	2015	2014
Valor Inicial Contratado	1.023	4.365	7.662	9.400
Saldo devedor atualizado	567	1.110	3.330	5.281
Valores em percentuais já utilizados	55,43%	25,43%	43,46%	56,18%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****Análise do Balanço Patrimonial****Mundial S.A. - Produtos de Consumo**Balanças patrimoniais
(Em milhares de Reais)

	Consolidado							
	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	31/12/15	Análise Vertical 2015	Análise horizontal 2017x2016	Análise horizontal 2016x2015
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	994	0,10%	4.590	0,48%	5.495	0,62%	-78,34%	-16,47%
Aplicações financeiras	1.095	0,11%	286	0,03%	7.222	0,81%	283,04%	-96,04%
Clientes	142.426	14,56%	133.592	14,03%	121.222	13,66%	6,61%	10,20%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.638)	-1,09%	(10.508)	-1,10%	(7.308)	-0,82%	1,24%	43,78%
Estoques	52.754	5,39%	56.656	5,95%	55.716	6,28%	-6,89%	1,69%
Impostos a recuperar	5.501	0,56%	5.515	0,58%	3.897	0,44%	-0,25%	41,51%
Títulos a receber	6.790	0,69%	4.428	0,47%	2.821	0,32%	53,34%	56,97%
Debêntures a receber	-	0,00%	960	0,10%	960	0,11%	-100,00%	0,00%
Outras contas a receber	14.346	1,47%	15.146	1,59%	16.597	1,87%	-5,28%	-8,74%
Total ativo circulante	213.268	21,81%	210.665	22,13%	206.622	23,28%	1,24%	1,96%
Ativo não circulante								
Títulos a receber	15.703	1,61%	17.342	1,82%	20.192	2,27%	-9,45%	-14,12%
Títulos de capitalização	-	0,00%	623	0,07%	626	0,07%	-100,00%	-0,44%
Partes relacionadas	15.661	1,60%	8.951	0,94%	7.910	0,89%	74,97%	13,16%
Créditos tributários	-	0,00%	-	0,00%	2.125	0,24%	0,00%	-100,00%
Impostos a recuperar	18.227	1,86%	16.248	1,71%	14.201	1,60%	12,18%	14,41%
Outras contas a receber	13.256	1,36%	12.792	1,34%	9.628	1,08%	3,63%	32,86%
Direitos creditórios	138.449	14,16%	132.278	13,89%	65.391	7,37%	4,67%	102,29%
Debêntures a receber	324.582	33,19%	303.678	31,89%	303.678	34,21%	6,88%	0,00%
Propriedades para investimentos	63.509	6,49%	63.509	6,67%	63.509	7,15%	0,00%	0,00%
Outros investimentos	261	0,03%	281	0,03%	221	0,02%	-7,05%	27,05%
Imobilizado	140.824	14,40%	150.129	15,77%	156.487	17,63%	-6,20%	-4,06%
Intangível	34.149	3,49%	35.648	3,74%	37.044	4,17%	-4,21%	-3,77%
Total ativo não circulante	764.621	78,19%	741.479	77,87%	681.012	76,72%	3,12%	8,88%
Total do Ativo	977.889	100,00%	952.144	100,00%	887.634	100,00%	2,70%	7,27%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo	Consolidado							
	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	31/12/15	Análise Vertical 2015	Análise horizontal 2017x2016	Análise horizontal 2016x2015
Passivo circulante								
Fornecedores	40.106	4,10%	35.857	3,77%	38.404	4,33%	11,85%	-6,63%
Impostos e contribuições sociais	562.310	57,50%	311.036	32,67%	216.222	24,36%	80,79%	43,85%
Empréstimos e financiamentos	139.668	14,28%	119.641	12,57%	128.853	14,52%	16,74%	-7,15%
Salários e ordenados	16.555	1,69%	15.223	1,60%	14.440	1,63%	8,75%	5,43%
Outras contas a pagar	28.416	2,91%	36.801	3,87%	31.207	3,52%	-22,78%	17,92%
Total passivo circulante	787.055	80,49%	518.558	54,46%	429.126	48,34%	51,78%	20,84%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	6.113	0,63%	3.716	0,39%	9.552	1,08%	64,50%	-61,10%
Impostos e contribuições sociais	269.026	27,51%	428.428	45,00%	410.761	46,28%	-37,21%	4,30%
Partes relacionadas	1.409	0,14%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Provisões para contingências	1.673	0,17%	1.813	0,19%	1.674	0,19%	-7,73%	8,31%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.735	4,98%	51.329	5,39%	52.282	5,89%	-5,05%	-1,82%
Outras contas a pagar	3.087	0,32%	8.770	0,92%	3.668	0,41%	-64,80%	139,09%
Total passivo não circulante	330.043	33,75%	494.056	51,89%	477.937	53,84%	-33,20%	3,37%
Patrimônio líquido								
Capital social	43.794	4,48%	43.794	4,60%	43.794	4,93%	0,00%	0,00%
(-) Ações em Tesouraria	(36)	0,00%	(36)	0,00%	(36)	0,00%	1,35%	-1,33%
Reservas de reavaliação	24.520	2,51%	25.402	2,67%	26.315	2,96%	-3,47%	-3,47%
Resultados acumulados	(246.532)	-25,21%	(168.256)	-17,67%	(127.905)	-14,41%	46,52%	31,55%
Ajustes de avaliação patrimonial	36.969	3,78%	36.969	3,88%	36.969	4,16%	0,00%	0,00%
Ajuste acumulado de conversão	2.069	0,21%	1.648	0,17%	(351)	-0,04%	25,52%	-569,60%
Total do patrimônio líquido dos controladores	(139.216)	-14,24%	(60.479)	-6,35%	(21.214)	-2,39%	130,19%	185,09%
Participações dos não controladores	7	0,00%	9	0,00%	1.785	0,20%	-22,22%	-99,50%
Total do patrimônio líquido	(139.209)	-14,24%	(60.470)	-6,35%	(19.429)	-2,19%	130,21%	211,24%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	977.889	100,00%	952.144	100,00%	887.634	100,00%	2,70%	7,27%

Análise das demonstrações de resultado (2017 – 2016)**Ativo****Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários, os quais são registro pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. No conjunto destas duas linhas, a redução absoluta de 3.6 milhões de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro.

Clientes

Na linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 6,6% em relação a 2016 essa variação positiva e justificada principalmente pelo aumento das vendas no último trimestre.

Direitos creditórios

A conta Direitos Creditórios, corresponde a creditórios oriundos de processo judicial, adquiriram, por meio de contrato de cessão, direitos creditórios oriundos de processo judicial, cuja sentença procedente determinou o pagamento de indenização às usinas de álcool e açúcar em razão da prática de intervenção do governo sobre a formação dos preços praticados nas vendas. Esses direitos foram adquiridos pela Companhia nos anos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2014 e 2016. O saldo dos créditos são atualizados pelo IPCA + 0,5% am. A variação de 7,3% em relação a 2016 ocorreu em função de atualização.

Debêntures a receber

O conta Debêntures a Receber corresponde a aquisição realizada em dezembro de 2013. As debêntures são perpétuas e não atualizada e somente ocorrerá o seu vencimento e quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

Em novembro de 2014 a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.369, através de transferência de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social para utilização no parcelamento da Lei nº. 13.043/2014, sendo utilizado a título de amortização de parte do saldo das debêntures.

A variação apresentada em 2017 se deu em função da adesão da Companhia ao parcelamento Lei nº. 13.496/2017, o que resultou na reversão de parte dos prejuízos fiscais e base negativa utilizados para a amortização das debêntures, conforme mencionado no parágrafo anterior, no montante de R\$ 19.944.

Passivo

Impostos e Contribuições Social - Circulante e Não Circulante

A rubrica Impostos e contribuições social apresentou um aumento de 12,4% em relação a 2016, esse aumento está justificado abaixo:

Em novembro de 2017 a Companhia e suas controladas efetuaram uma readequação do passivo tributário, culminando na transferência de parte dos débitos antes indicados nos parcelamentos instituídos pelas Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, para Parcelamento nos termos da Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

O parcelamento, intitulado PERT, abrange os débitos de natureza tributária vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, permitindo quitar débitos com prejuízo fiscal e base negativa acumulados até dezembro de 2015, próprios e de empresas do grupo.

Em novembro de 2017, a Administração da Companhia optou por excluir parte de dos débitos anteriormente indicados nos parcelamentos Leis 11.941/2009, 12.996/2014 e 13.043/2014, tendo em vista a evolução do trabalho de revisão do passivo tributário, bem como a possibilidade factível de utilização de Direitos Creditórios da Companhia e suas controladas para quitação de eventual passivo em aberto.

Empréstimos e financiamentos

A rubrica Empréstimos e financiamentos apresentou um aumento 20,9% em relação a 2016, passando de R\$ 121.268 para R\$ 143.691 em 2017. Esse aumento se deu pela maior necessidade de capital de giro para financiar as atividades operacionais da Companhia, tais como, financiamento de clientes e estoque, pagamento das rescisões e a Adesão ao novo parcelamento tributário, denominado PERT.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras contas a pagar Circulante e Não Circulante

Na rubrica outras contas a pagar o item mais expressivo que justificou a redução de 30,9% em relação a 2016, foram os pagamentos do fornecedor dos direitos creditório. Em 2014 e 2016 a Mundial S.A e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda. adquiriram, por meio de contrato de cessão, direitos creditórios. O montante foi parcelado e sofre atualizadas pelo índice IPCA-15.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A conta Imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 5,05% em relação a 2016, a redução se deu em função do valor oferecido a tributação.

Análise do Balanço Patrimonial (2016 – 2015)

Ativo

Aplicações financeiras

A redução de 96% em relação a valor apresentado em 2015 e explicado pelo resgate ocorrido nas aplicações financeiras durante o exercício de 2016 para fazer frente aos empréstimos.

Clientes

A variação de 10,20% em relação a 2015 e justificado, pelo aumento do faturamento no ultimo trimestre principalmente na unidade Personal Care.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Variação apresentada de 43,78% quando comparada com 2015 corresponde ao reconhecimento de saldo de clientes em atraso justificado crise econômica e política instalada no País.

Títulos a receber

A redução da rubrica “Títulos a Receber” classificado como não circulante corresponde ao calculo da redução do valor recuperável do recebível.

Impostos a recuperar circulante e não circulante

O aumento de 20% apresenta em 2016 quando comparado com 2015 na rubrica “Impostos a Recuperar” no circulante e não circulante e justificado em grande parte pela atualização do credito de ICMS/ST que a Companhia tem a recuperar com o Estado do Rio de Janeiro.

Créditos tributários

A variação apresentada na rubrica “Créditos Tributários” corresponde a baixa do crédito fiscais detido pela Companhia.

Direitos creditórios

A variação de 102,9% em relação a 2015 ocorreu em função de aquisição de novos títulos de direitos creditórios e também pela atualização do saldo existente.

Passivo

Impostos e contribuições sociais, circulante e não circulante.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A variação apresentada de 17,9% em relação a 2015, nas contas “Impostos e contribuições sociais” circulante e não circulante se deu em função da atualização dos impostos parcelados e do aumento do passivo tributário em atraso.

Outras contas a pagar, circulante e não circulante

O Aumento de 30,7% registrado na rubrica “Outras contas a pagar” em 2016 quando comparado com 2015 corresponde ao reconhecimento do valor a pagar pela aquisição dos direitos creditórios.

Análise do Balanço Patrimonial (2015 – 2014)

Ativo

Clientes

A variação positiva de 7,7% em relação a 2014, e justificado pelo aumento do faturamento no ultimo trimestre principalmente na unidade Personal Care, e também pela variação cambial de clientes no mercado externo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Variação apresentada de 48,69% quando comparada com 2014 corresponde ao reconhecimento de saldo de clientes em atraso justificado crise econômica e política instalada no País.

Títulos a receber circulante e não circulante

A variação apresentada em 2015 de 23,69% quando comparada com 2014 na rubrica “títulos a receber circulante e não circulante” e explicada em função da venda de um imóvel pela controlada Eberle Agropastoril no montante de R\$ 5.544.

Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo não circulante

A rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferido” apresentada em 2015 com saldo “zero” e explicado em função da reclassificação do valor para o grupo “Passivo não circulante” na conta “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Outras contas a receber circulante e não circulante

A variação apresentada no grupo de “outras contas a receber” ocorreu em função principalmente da atualização outros “Direitos Creditórios” e do aumento da conta de “duplicadas vinculadas”.

Ativos mantidos para vendas e Propriedades para investimentos

A variação apresentada nessas rubricas se deu em função:

Em junho 2015, a Companhia procedeu a reclassificação dos bens do “ativo não circulante mantido para venda” que estavam mensurados pelo custo para Propriedade de Investimento que passaram a ser mensurados pelo valor justo com base em Laudo Técnico emitido por empresa especializada datado em 02 de junho de 2015.

Imediatamente antes da transferência, o Grupo mensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho na controladora e no consolidado líquidos de imposto de renda e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contribuição social diferidos no montante de R\$ 17.583 e R\$ 25.763, respectivamente, em outros resultados abrangentes.

A Administração procedeu a esta transferência pela decisão de que estes bens serão mantidos para valorização de capital. A decisão da Administração foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração conforme ata datada em 15 de junho de 2015.

Impostos e contribuições sociais circulante e não circulante

A variação apresentada em 2015 quando comparado a 2014 nas contas “Impostos e contribuições sociais circulante e não circulante” se deu em função da atualização dos impostos parcelados e do passivo tributário em atraso.

Imposto de renda e contribuição social diferido

O aumento do valor registrado na conta imposto de renda e contribuição social diferido corresponde ao registro do IRPJ e CSL diferido sobre o mensuração a valor justo dos imóveis destinados a investimentos

Análise das demonstrações de resultado

	31/12/17	Análise Vertical 2017	31/12/16	Análise Vertical 2016	31/12/15	Análise Vertical 2015	Análise horizontal 2017x2016	Análise horizontal 2016x2015
Receita líquida de vendas e serviços	437.123	100,00%	421.202	100,00%	404.148	100,00%	3,78%	4,22%
Custos de vendas e serviços	(286.378)	-65,51%	(283.811)	-67,38%	(272.053)	-67,32%	0,90%	4,32%
Lucro bruto	150.745	34,49%	137.391	32,62%	132.095	32,68%	9,72%	4,01%
Despesas operacionais								
Com vendas	(94.279)	-21,57%	(93.118)	-22,11%	(89.142)	-22,06%	1,25%	4,46%
Gerais e administrativas	(27.538)	-6,30%	(31.025)	-7,37%	(31.852)	-7,88%	-11,24%	-2,60%
Remuneração dos administradores	(2.694)	-0,62%	(2.556)	-0,61%	(2.594)	-0,64%	5,40%	-1,46%
Outras receitas e despesas operacionais	2.183	0,50%	36.784	8,73%	4.024	1,00%	-94,07%	814,12%
	(122.328)	-27,98%	(89.915)	-21,35%	(119.564)	-29,58%	36,05%	-24,80%
Lucro operacional antes do resultado das participações em controladas e do resultado financeiro	28.417	6,50%	47.476	11,27%	12.531	3,10%	-40,14%	278,87%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	9.775	2,24%	11.692	2,78%	9.078	2,25%	-16,40%	28,80%
Despesas financeiras-giro	(46.591)	-10,66%	(58.208)	-13,82%	(49.746)	-12,31%	-19,96%	17,01%
Outras despesas financeiras	(122.547)	-28,03%	(43.051)	-10,22%	(14.336)	-3,55%	184,66%	200,30%
	(159.363)	-36,46%	(89.567)	-21,26%	(55.004)	-13,61%	77,93%	62,84%
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	(130.946)	-29,96%	(42.092)	-9,99%	(42.473)	-10,51%	211,10%	-0,90%
Imposto de renda e contribuição social	51.786	11,85%	827	0,20%	(9.337)	-2,31%	6164,70%	-108,85%
Participação dos minoritários	2	0,00%	-	0,00%	(208)	-0,05%	0,00%	-100,00%
Prejuízo lucro líquido do período	(79.158)	-18,11%	(41.264)	-9,80%	(52.018)	-12,87%	91,83%	-20,67%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Análise das demonstrações de resultado (2017 – 2016)

Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida da Companhia apresentou uma melhora de 3,8% em relação a 2016, todos os segmentos da Companhia apresentarem crescimento mas o maior aumento foi observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade

Lucro bruto

Em 2017 o lucro bruto apresentou um incremento de 9,7% em relação a 2016 essa melhora pode ser explicada por aumento na receita venda e também pelas medidas adotadas para a redução de custos.

Despesas gerais e administrativas

Além dos custos, a Companhia também direcionou esforços para ajustes em sua estrutura de despesas, principalmente administrativas. Com isso, as despesas administrativas em 2016, somaram R\$ 27,5 milhões, ante a R\$ 31,0 milhões em 2015, o que representa redução de 11,2%.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação negativa apresentada a rubrica “Outras receitas e despesas operacional” corresponde basicamente ao reconhecimento em 2016 da aquisição de direitos creditórios no valor líquido de R\$ 40,2 milhões.

Resultado financeiro

Despesas financeiras-giro

Despesas financeiras de giro (empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 46,6 milhões em 2017, 20% inferior aos R\$ 58,2 milhões em 2016. Contribuiu para a redução a continuidade do movimento de redução das taxas de juros ao longo do ano de 2017, uma vez que a taxa básica de juros iniciou o ano em 13% a.a. e encerrou em 7% a.a. somada à melhor gestão de matérias primas, dentro do programa de aumento da eficiência.

Outras despesas financeiras

Outras despesas financeiras que passaram de R\$ 43,0 milhões em 2016 para R\$ 122,6 milhões. Essa variação se deu em função da readequação do passivo tributário e à adesão da Companhia ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), que levou ao reconhecimento de despesas tributárias não recorrentes que até então vinham sendo contestadas judicialmente e que poderão eventualmente ser revertidas no futuro

Imposto de renda e contribuição social - Diferido

A variação positiva na rubrica imposto de renda e contribuição social diferido que passou de R\$ 827 mil para R\$ 51,788 milhões e justificada ativação do prejuízo fiscal e base

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

negativa utilizado para quitar conforme previsto em Lei, débitos tributário indicados ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária),

Análise das demonstrações de resultado (2016 – 2015)

Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida da Companhia apresentou uma melhora de 4,22% em relação a 2015 esse desempenho e observado nas unidades Personal Care principalmente em razão do desempenho positivo da linha de esmalte com a marca Impala.

Outras receitas e despesas operacionais

A variação positiva apresentada a rubrica “Outras receitas e despesas operacional” corresponde basicamente ao reconhecimento em 2016 da aquisição de direitos creditórios no valor líquido de R\$ 40,2 milhões.

Resultado financeiro

Em 2016, a Companhia registrou despesa líquida de R\$ 89,6, milhões no resultado financeiro, 62,8% superior à despesa financeira líquida apresentada em 2015 que foi de R\$ 55,4 milhões.

Receitas financeiras

As “receitas financeiras” no montante de R\$ 11,6, estão relacionadas ao valor registrado a título Ajuste a valor presente de clientes.

Despesas financeiras-giro

O aumento de 17,0% nas despesas financeiras de giro da Companhia apresentado em 2016 pode ser explicado em grande parte pela variação cambial dos recebíveis que apresentou forte redução na taxa de dólar em relação a 2015.

Outras despesas financeiras

O aumento de R\$ 28,7 milhões apresentado em 2016 na rubrica foi basicamente em razão da atualização de impostos e também influenciou o desempenho a baixa de impostos compensados por prescrição, no valor de R\$ 22,0 milhões em 2016, ante a R\$ 45,0 milhões em 2015.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício 2017

Em 2017 a Companhia obteve excelente ano operacional que deve ser ainda mais valorizado dado o cenário econômico e político mencionado. Elevamos a receita líquida consolidada em quase 4% quando comparado com o ano anterior, somando R\$ 437,1 milhões. Além de todos os segmentos apresentarem crescimento, o maior aumento foi observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade. Porém, a busca pela eficiência na operação foi o nosso maior destaque. Tomamos duras e difíceis decisões, mas que precisavam ser tomadas, como a grande reestruturação realizada durante o ano e que resultou na redução de mais de 11% das despesas administrativas. Também revisitamos processos, investimos em automação e renegociamos contratos que proporcionaram a redução da participação dos custos do produto vendido sobre a receita de 67,4% em 2016 para 65,5% em 2017. Com isso, apuramos um EBITDA Ajustado – melhor indicador para medir nosso desempenho operacional, devido a eventos não recorrentes –, de R\$ 66,4 milhões, resultado 62,3% maior do que o obtido em 2016.

Exercício 2016

Mesmo diante da situação econômica e política negativa do país, a Companhia apresentou receita líquida de R\$ 421,2 milhões, o que indica aumento de 4,2% em relação ao ano anterior. Os principais fatores desse crescimento foram: a) o desempenho da divisão Personal Care que, mesmo num ambiente de contração de mercado, conseguiu evoluir 13,5% em relação a 2015, principalmente em função do crescimento das vendas do esmalte Impala face ao aumento do seu market share (atualmente a Impala é a segunda marca do mercado); b) e, em menor escala, a receita da divisão Gourmet, com crescimento de 6,8% em relação a 2015, com destaque para o desempenho das exportações.

A performance da receita foi limitada pela redução do segmento Fashion, diretamente afetado pela significativa contração do setor de confecção, que levou ao aumento das vendas dos produtos de massa em detrimento aos do segmento de moda. Em outras palavras, o segmento Fashion aumentou o volume de produção mas, em contra partida, com menor preço e margem. Apesar da diminuição de vendas do segmento Fashion ter sido percentualmente reduzida (2,9%), a sua participação nas vendas consolidadas é relevante (33,8%) e, portanto, com efeito monetário expressivo no total consolidado.

Exercício 2015

Na Mundial S.A., mesmo enfrentando um ambiente extremamente conturbado, apresentamos crescimento de 6,3% na receita líquida consolidada, alcançando R\$ 404,1 milhões em 2015 ante os R\$ 380,0 milhões de 2014. Registramos ainda maior participação da Divisão Personal Care, resultado da reabsorção da distribuição e comercialização de

10.2 - Resultado operacional e financeiro

produtos para o mercado nacional que, após envolver alto dispêndio na estruturação do centro de distribuição e organização da equipe de vendas, que permitiu melhorar a rentabilidade da divisão com avanço de 4,4 p.p. na margem bruta na comparação entre 2015 e 2014. Essa margem, antes absorvida pelo distribuidor terceirizado, passou a incorporar os resultados da Companhia que também foram beneficiados pela sinergia alcançada entre as marcas Impala e Mundial, confirmando o acerto da decisão de internalizar o processo de distribuição dos produtos.

Na Divisão Fashion mantivemos a quantidade de produtos vendidos, mas a receita foi impactada negativamente em função da queda do poder aquisitivo dos consumidores que migraram para produtos mais baratos. Como são pequenos itens, como ilhoses e botões, a participação da mão de obra no custo total desses produtos de menor valor individual é alta, chegando a 50%, o que influencia negativamente a rentabilidade.

Os resultados alcançados operacionalmente têm sido ofuscados pelo passivo da Companhia, sem ainda enxergar uma solução adequada à crise econômica e política instalada no País, a Companhia cortou os investimentos em 2015, destinando recursos exclusivamente para a manutenção do parque industrial.

CPV - Custos dos Produtos Vendidos

Exercício 2017

O principal destaque nos resultados da Companhia, em 2017, foi o grande esforço direcionado para a busca de eficiência. Foram revisitados processos, realizados investimentos em automação, renegociados contratos com fornecedores e realizado uma grande reestruturação de pessoal. Com isso, a Mundial encerrou o ano com uma estrutura produtiva mais eficiente.

O custo dos produtos vendidos em 2017 totalizou R\$ 286,4 milhões, apenas R\$ 2,6 milhões acima dos R\$ 283,8 milhões verificados em 2016. Com isso, a participação na receita líquida que foi de 67,4% em 2016 passou para 65,5% em 2017, ou seja, ganho de 1,9% na lucratividade bruta.

Exercício 2016

A Companhia manteve os esforços no sentido de controlar os custos, negociando com seus fornecedores em termos de valores e condições de pagamento, além de reforçar a gestão de estoque de produtos e matérias primas.

Apesar do ligeiro aumento do custo dos produtos vendidos em 2016 para R\$ 283,8 milhões (R\$ 272,1 milhões em 2015), sua participação na receita líquida permaneceu praticamente no mesmo nível em ambos períodos, em cerca de 67%, ou seja, margem bruta de 32,6%.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício 2015

No exercício de 2015, o custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 272,0 milhões, aumento de 7,0% ante 2014. Apesar de acompanhar a variação positiva da receita líquida entre 2015 e 2014 (+6,3), o resultado reflete o aumento do custo da energia elétrica, que saltou de R\$ 3,2 milhões em 2014 para R\$ 8,4 milhões em 2015, além do aumento do custo das matérias primas importadas em função da depreciação cambial.

Lucro Bruto e Margem Bruta

Exercício 2017

O lucro bruto foi de R\$ 150,7 milhões, 9,7% maior do que os R\$ 137,4 milhões obtidos no ano anterior. A margem bruta, acompanhou o ganho de eficiência, passou de 32,6% para 34,5%. As medidas adotadas para a redução de custos foram estruturais e acabaram por se disseminar por praticamente todas as Divisões da Companhia. Com exceção da divisão Gourmet, impactada pelo preço do aço que, em média, foi 5,7% maior em 2017 do que em 2016, todas as demais Divisões apresentaram ganho de margem.

Exercício 2016

O lucro bruto foi de R\$ 137,4 milhões, o que indica redução de 4,0% em relação ao exercício anterior. A estabilidade da margem bruta, que ficou em 32,6% em 2016, reflete a evolução das principais divisões de negócios da Companhia. Enquanto Personal Care e Gourmet registraram ganho de margem em 2016 comparado ao desempenho de 2015, a Divisão Fashion teve desempenho inverso, com perda de 2 pontos percentuais em sua margem bruta. Com o ganho de representatividade de Personal Care no total da receita e simultânea redução da participação de Fashion, o desempenho consolidado se manteve estável.

Exercício 2015

O lucro bruto alcançou em 2015 o montante de R\$ 132,1 milhões, resultado 5,0% superior aos R\$ 125,8 milhões de 2014. A Companhia registrou pequena perda de rentabilidade em 2015, consequência do aumento superior do CPV em relação ao montante auferido de receita líquida. Assim, a margem bruta apresentou queda de 0,4 p.p., para 32,7%, em 2015.

Despesas Operacionais

Exercício 2017

Além dos custos, a Mundial também direcionou esforços para ajustes em sua estrutura de despesas, principalmente administrativas. Com isso, as despesas administrativas em 2016, somaram R\$ 27,5 milhões, ante a R\$ 31,0 milhões em 2015, o que representa redução de 11,2%. As despesas operacionais como um todo, não reflete tal esforço devido a um evento não recorrente em 2016 que gerou receita de R\$ 37,8 milhões, o que contamina a

10.2 - Resultado operacional e financeiro

comparação. Assim, as despesas operacionais foram de R\$ 122,4 milhões em 2017 ante R\$ 89,9 milhões.

O evento não recorrente em 2016 ocorreu em razão do registro de valor positivo de um item considerado como “Outras receitas/despesas operacionais” formado pelo reconhecimento do deságio na aquisição de direitos creditórios, no valor de R\$ 40,2 milhões em 2016.

Exercício 2016

A Mundial apresentou redução de 24,8% nas suas despesas operacionais em 2016, totalizando R\$ 89,9 milhões, ante a R\$ 119,6 milhões (em 2015).

Essa contração de despesas ocorreu em razão do registro de valor positivo de um item considerado como “Outras receitas/despesas operacionais”, formado pelo reconhecimento do deságio na aquisição de direitos creditórios, no valor de R\$ 40,2 milhões em 2016.

O fato ocorreu originalmente em dezembro de 2014 quando a Mundial S/A. e sua controlada Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda., adquiriram direitos creditórios. Em agosto de 2016, a Mundial S/A adquiriu nova parcela de direitos creditórios no valor de R\$ 60 milhões que acabaram gerando um efeito líquido no resultado de R\$ 40,2 milhões.

As demais despesas operacionais mantiveram-se nos mesmos níveis do exercício anterior, graças ao rígido controle que a Mundial vem realizando na gestão dos negócios.

Exercício 2015

A Companhia registrou em 2015, R\$ 119,6 milhões na conta de despesas operacionais, com aumento de 1,6% ante 2014, quando somou R\$ 117,6 milhões. As despesas comerciais são responsáveis por 75,4% das despesas totais, somando R\$ 89,1 milhões e aumento de 13,3% na comparação com os valores registrados em 2014. A internalização do processo de distribuição e comercialização da Divisão Personal Care explica o resultado.

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 31,8 milhões, retração de 8,0% frente o registrado no ano anterior. A Mundial tem trabalhado intensamente na redução de custos, adotando uma série de medidas para uma gestão mais eficiente e rígido controle sobre despesas.

EBITDA

Exercício 2017

A margem EBITDA Ajustada em 2017 foi de 15,1%, 5,5% maior do que a margem apurada em 2016, 9,71%. O esforço na busca pelo aumento de eficiência dispendido pela Mundial ao longo de 2017, trabalhando a estrutura de custos e despesas operacionais conforme mencionado anteriormente, associado com o crescimento da receita, possibilitou o incremento na margem.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exercício 2016

O EBITDA (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Companhia é ajustado considerando o resultado de sua adesão ao programa de recuperação fiscal (Refis), ajuste a valor presente de vendas e custos, e outras despesas receitas e despesas operacionais como, aquisição de direitos creditórios no montante de R\$ 40,2, redução de valor recuperável no montante de R\$1,7, baixa de créditos fiscais no montante de R\$ 2,1, e realização da variação cambial na baixa de investimento no montante de R\$ 1,4 resultado no valor líquido de R\$ 37.8.

A margem EBITDA em 2016 (8,59%) diminuiu em 1 ponto percentual em relação ao período anterior (9,63%), dado o fato que a Mundial conseguiu administrar seus custos e despesas

Exercício 2015

O cálculo do Ebitda da Companhia é ajustado considerando o resultado de sua adesão ao programa de recuperação fiscal (Refis). Após os investimentos realizados para absorção da estrutura comercial e logística da Divisão Personal Care e o reconhecimento a valor presente justo (AVP) de receita de vendas e de custos, o Ebitda ajustado do exercício apresentou incremento de 37% em relação ao registrado no ano anterior, atingindo R\$ 37,6 milhões. Com isso, a margem Ebitda de 2015 foi de 9,3%, ante 6,2% no exercício anterior.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício 2017

Os fatores que influenciaram negativamente no resultado da Companhia em 2017 corresponde a, *Outras despesas financeiras* que passaram de R\$ 43,0 milhões em 2016 para R\$ 122,6 milhões. Essa variação se deu em função da readequação do passivo tributário e à adesão da Companhia ao parcelamento -PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), que levou ao reconhecimento de despesas tributárias não recorrentes que até então vinham sendo contestadas judicialmente e que poderão eventualmente ser revertidas no futuro

Exercício 2016

Os fatores que influenciaram negativamente no resultado da Companhia estão destacados abaixo e para melhor entendimento demonstra com as seguintes aberturas, (i) “despesas financeiras de giro”, relacionadas ao pagamento de remuneração ao capital de terceiros, representadas basicamente por juros sobre empréstimos tomados; e (ii) “outras despesas financeiras”, relativas às despesas originárias do passivo tributário.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O sub-item Despesas financeiras de giro (empréstimos e financiamentos) totalizou R\$ 46,5 milhões em 2016, o que indica redução de 10,7% comparado aos R\$ 52,1 milhões registrados no ano anterior, face à tendência de redução das taxas de juros ao longo do período e à melhor adequação dos financiamentos de giro às necessidades da Companhia. Esse efeito positivo, entretanto, foi anulado pela variação cambial advinda dos recebíveis, dada a desvalorização da taxa do dólar frente ao real no período, que totalizou R\$ 11,7 milhões no exercício, ante R\$ 2,4 milhões em 2015. Com isso, o total das despesas financeiras relacionadas ao pagamento de juros sob capital de giro aumentou em 17,0% em 2016, totalizando R\$ 58,2 milhões.

Da mesma forma, observou-se aumento no sub-item “Outras despesas financeiras” - de R\$ 14,3 milhões em 2015 para R\$ 43,0 milhões em 2016 -, basicamente em razão da atualização de impostos durante o exercício, também influenciou o desempenho a baixa de impostos compensados por prescrição, no valor de R\$ 22,0 milhões em 2016, ante a R\$ 45,0 milhões em 2015.

Exercício 2015

Para melhor entendimento do desempenho da Companhia, as despesas financeiras totais são separadas em (i) “receitas financeiras”, relacionado a ajuste de avaliação patrimonial de clientes (ii) “despesas financeiras de giro”, relacionadas ao pagamento de remuneração ao capital de terceiros, representadas basicamente por juros sobre empréstimos tomados; e (iii) “outras despesas financeiras”, relativas às despesas originárias do passivo tributário e ajuste a valor presente de fornecedor.

Em 2015, a Companhia registrou despesa líquida de R\$ 55,0 milhões no resultado financeiro, 10,5% inferior à despesa financeira líquida de R\$ 61,4 milhões apurada no exercício de 2014. As “receitas financeiras” no montante de R\$ 9,0, estão relacionadas ao ajuste de avaliação patrimonial de clientes, conforme nota explicativa nº 29. As “despesas financeiras de giro”, somaram R\$ 49,7 milhões no ano de 2015, apresentando um aumento de 14,5% frente os R\$ 43,4 milhões registrados em 2014, entretanto quando comparado com a receita bruta, esse aumento reduz para 8,24%. As “outras despesas financeiras” registraram o montante de R\$ 14,3 milhões, valor de 3,7 inferior ao registrado no encerramento do exercício 2014.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2017

Em 2017 a receita bruta apresentou 4% de crescimento em relação a 2016, o aumento de volume e preço também influenciaram no crescimento da receita, mas o maior aumento foi

10.2 - Resultado operacional e financeiro

observado no segmento Personal Care, 13,9%, segmento que possui maior rentabilidade. Porém, a busca pela eficiência na operação foi o maior destaque.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2016

A Divisão Personal Care atua na linha de cuidados pessoais e higiene e beleza, tanto de uso profissional quanto doméstico. Suas marcas são tradicionais e reconhecidas em todo o mercado nacional. A marca Mundial é referência no mercado de tesouras e alicates para cutículas e unhas, principalmente pela qualidade do produto. A Divisão inclui, também, a marca Impala, bastante conhecida pelos esmaltes.

Desse modo, a divisão Personal Care obteve ganho de 13,5% na sua receita líquida em 2016, atingindo R\$ 196,9 milhões, comparado a R\$ 173,4 milhões em 2015. Tanto o mercado interno (crescimento de 13,5%) quanto o externo (aumento de 14,9%) contribuíram para esse desempenho. Conseqüentemente, o resultado bruto (R\$ 90,9 milhões) apresentou evolução semelhante, com crescimento de 11,6% em relação a 2015 (R\$ 81,4 milhões).

Na Divisão Fashion são produzidos e comercializados itens de acabamento para indústrias de confecção e de calçados, como botões e ilhoses, com linhas voltadas para o segmento de moda – produtos mais elaborados de preço médio mais alto - e para o segmento de massa – produtos com preços mais acessíveis.

Dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) apontam que em 2016 houve queda de 6,5% na produção têxtil e de 8,7% na de confecção, quando comparado a 2015. No varejo, os números são ainda mais pessimistas. Conforme a Confederação Nacional do Comércio de Bens (CNC), aproximadamente 100 mil lojas de confecção encerraram atividade em todo o País até dezembro/2016.

Desse modo, na tentativa de atenuar os efeitos da retração do mercado, o setor de confecções efetuou a troca de perfil dos produtos, buscando redução de custos para oferecer preços mais competitivos. Da mesma forma, para seguir a demanda do mercado, a Divisão Fashion aumentou o volume de produção de itens do segmento de massa.

Resultado das unidades e fatores que influenciaram no desempenho de 2015

Após o período de maturação do processo de internalização da gestão comercial e logística da Divisão, que envolveu a criação da estrutura e organização da equipe própria de vendas, os resultados apresentaram crescimento trimestre a trimestre em 2015. Assim, a Divisão Personal Care atingiu receita líquida de R\$ 173,5 milhões, montante 27,7% superior ao registrado em 2014. Esse resultado corresponde a 42,9% da receita líquida total no ano, conferindo a esse segmento a maior representatividade na receita auferida no ano. As vendas para o mercado interno registraram crescimento de 29,3% ante os resultados apurados em 2014, compensando a queda de 18,6% nas vendas para o mercado externo no mesmo período de comparação. O lucro bruto totalizou R\$ 81,4

10.2 - Resultado operacional e financeiro

milhões em 2015 com margem bruta de 46,9%, avanço de 40,8% e 4,4 p.p. frente o exercício anterior, respectivamente.

Em 2015, a Divisão Fashion alcançou receita líquida de R\$ 146,4 milhões, retração de 15,4% ante os R\$ 173,0 milhões registrados em 2014. O lucro bruto atingiu R\$ 20,8 milhões com margem bruta de 14,2%, o que representa retração de 51,5% e 10,6 p.p. na comparação com 2014, respectivamente. No ano, o Ebitda foi negativo em R\$ 5,4 milhões, revertendo resultado positivo de R\$ 10,7 milhões auferidos em 2014. Os resultados foram impactados pelo cenário de demanda em queda e aumento de custos, dificultando a diluição de custos fixos. A indústria de manufatura têxtil, mercado de atuação da EBERLE, acumulou recuo de 9,5% na produção de volumes em 2015. Ademais, houve migração do mercado para itens de menor valor agregado (produtos de ferro: botões, rebites e ilhoses) e que possuem mão de obra mais cara, diminuindo a margem da Companhia. Por outro lado, os custos referentes a energia elétrica e matérias primas como latão, zamak, alumínio, anodo de níquel, ouro, entre outras, que tem seu preço cotado em dólares americanos, tiveram aumento significativo ao longo do ano e não foram compensados pela evolução de 6% nas exportações no mesmo período. Dessa forma, apesar dos esforços na contenção de custos, não foi possível repassar todos os aumentos acumulados em 2015.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Exercício 2017

A Divisão Gourmet corresponde a produtos de fabricação própria e de terceiros, produzidos no País e no exterior, que compreendem preparação de alimentos profissional e doméstica, tais como facas, talheres, panelas, baixelas, chairas e utensílios domésticos, sofreu com a variação do preço do aço.

O segmento foi o único em que os efeitos da busca de eficiência ainda não foram sentidos, uma vez que sua principal matéria prima (aço) possui preço atrelado ao dolar norte-americano. Com isso, o lucro bruto foi 7,6% menor, R\$ 7,2 milhões em 2017 ante R\$ 7,8 milhões no ano anterior.

Exercício 2016

O efeito econômico e político em 2016 resultou num ambiente recessivo histórico, com alto nível de desemprego, baixíssima atividade industrial e reduzida demanda no mercado. Entretanto, apesar do desempenho econômico ter sido totalmente desfavorável, houve alguns fatores positivos oriundos desse cenário. A inflação cedeu mais do que o esperado e surpreendeu o mercado. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2016 com alta de 6,29%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(IBGE), e ficou abaixo do teto da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 6,5%. A desaceleração só não foi mais acentuada devido ao aumento dos preços com saúde e cuidados pessoais, que subiram, em média 11,05% em 2016. Em dezembro, o IPCA avançou 0,30%, a menor variação para o mês desde 2008.

Exercício 2015

A indústria brasileira passando por um declínio durante a ano de 2015. Convivemos com juros em patamares elevados, inflação de dois dígitos, aumento da taxa de desemprego, queda da confiança dos consumidores e encarecimento do crédito, fatores que contribuíram para o encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Na Mundial S.A., mesmo enfrentando um ambiente extremamente conturbado, apresentamos crescimento de 6,3% na receita líquida consolidada, esse resultado foi alavancado pela Divisão Personal Care, resultado da reabsorção da distribuição e comercialização de produtos para o mercado nacional que, após envolver alto dispêndio na estruturação do centro de distribuição e organização da equipe de vendas, que permitiu melhorar a rentabilidade da divisão com avanço de 4,4 p.p. na margem bruta na comparação entre 2015 e 2014.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Exercício 2017

Conforme contrato assinado em 23 de janeiro de 2017 a Mundial S.A através de sua controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A efetuou a venda dos investimentos indiretos Mundial Asia e Mundial INC a Zhepar Participações Ltda.

Exercício 2016

Em 2016 não correu alienação de seguimentos operacionais.

Exercício 2015

Em 04 dezembro de 2015 a controlada Eberle Agropastoril efetuou a venda do imóvel no valor de R\$ 5.544, nas seguintes condições, entrada de R\$ 500, e mais quatro parcelas com vencimentos anuais em de 2016 a 2019, sendo que a última parcela será reajustada conforme IPCA.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Eventos subsequentes a 2017

Não ocorreram operações ou eventos não usuais

Eventos subsequentes a 2016

Em 23 de janeiro de 2017 a Mundial S.A através de sua controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A efetuou a venda dos investimentos indiretos Mundial Asia e Mundial INC a Zhepar Participações Ltda.

Exercício 2015

Conforme aprovado pela Administração da Companhia no primeiro trimestre de 2015 as atividades da controlada Mundial Europa foram desativadas.

c. eventos ou operações não usuais

Exercício 2017

Não ocorreram operações ou eventos não usuais

Exercício 2016

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Não ocorreram operações ou eventos não usuais

Exercício 2015

Em junho 2015, a Companhia procedeu a reclassificação dos bens do “ativo não circulante mantido para venda” que estavam mensurados pelo custo para Propriedade de Investimento que passaram a ser mensurados pelo valor justo com base em Laudo Técnico emitido por empresa especializada datado em 2 de junho de 2015.

Imediatamente antes da transferência, o Grupo remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho na controladora e no consolidado líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 17.583 e R\$ 25.763, respectivamente, em outros resultados abrangentes.

A Administração procedeu a esta transferência pela decisão de que estes bens serão mantidos para valorização de capital. A decisão da Administração foi submetida e aprovada pelo Conselho de Administração conforme ata datada em 15 de junho de 2015.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2017, 2016 e 2015 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia informa que para as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas em 2017, 2016 e 2015 não houveram alterações significativas de práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalvas ou ênfases em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2017.

Comentários da Diretoria

Parecer dos auditores:

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 02 às demonstrações financeiras, a qual a Companhia informa que incorreu em prejuízo de R\$ 79.158 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, conforme balanço patrimonial o passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 139.216 mil em 31 de dezembro de 2017, apresenta alto endividamento de curto prazo e possui parcelamento de passivos tributários conforme detalhado na nota explicativa nº 20, em especial ao risco de recomposição das dívidas tributárias no caso da exclusão do REFIS.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Comentaria da Administração a respeito do assunto:

Sobre os pontos que os auditores chama a atenção.

A administração da Companhia vem atuando fortemente na reestruturação da dívida tributária, e neste sentido, em novembro de 2017 a Companhia e suas Controladas aderiram Parcelamento instituído pela Lei 13.496/2017 – Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, permitindo parcelamentos de débitos fiscais vencidos até dezembro de 2015 com descontos e utilização de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débitos tributários.

Na mesma linha, também mantém em andamento outros parcelamentos especiais, quais sejam: Parcelamentos Especiais das Leis 11.941/09, 12.865/13 e 12.996/14. Importante destacar que o passivo tributário reconhecido contabilmente menos os indicados em parcelamentos mantidos pela Companhia, continua sendo objeto do trabalho de revisão de todo o passivo tributário federal.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Cabe destacar que a Companhia e suas Controladas são detentoras de direitos creditórios que poderão, no momento processual oportuno, quitar quaisquer débitos federais, vencidos ou vincendos, reduzindo substancialmente o passivo tributário federal da Companhia.

Com objetivo de incrementar a geração de caixa a Administração está viabilizando novas linhas de produto e oportunidades de negócios, importante destacar que a partir de janeiro de 2018 a Companhia assumimos a gestão e comercialização das marcas Hercules e Mundial no segmento Gourmet/Creative, cuja exploração estava à cargo de um parceiro comercial que possuía exclusividade. Vamos trabalhar no reposicionamento dessas marcas no mercado, com inovação e produtos de alta qualidade. Com a operação sob a nossa gestão teremos, agora, mais um importante vetor de crescimento.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevado custo financeiro e baixa liquidez corrente, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Exercício 2017

Na avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado, propriedade para investimento, imposto de renda e contribuição social diferido, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, expectativa de aumento dos salários, crescimento dos negócios da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. O resultado das revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Exercício 2016

Mantem a mesma característica.

Exercício 2015

Comentário sobre transações entre a Coligada Hercules S.A e Companhia.

Em 2013 o mútuo foi existente entre as Companhias e transformado em debêntures pela Hercules S.A visando quitar o débito que matinha com a empresa Mundial S.A – Produtos de Consumo, valores devidamente escriturados na contabilidade das duas Companhias. A Hercules S.A. ofereceu como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas, valendo ressaltar que o valor da marca é testado anualmente, sendo apurado valor suficiente para honrar os compromissos assumidos.

A emissão das debêntures visa amortizar de forma mais rápida o recebível que a Companhia possuía com a Hercules S.A.. Não ocorreu o ingresso de recursos no caixa da Companhia relativo à emissão das referidas debentures, servindo apenas para reestruturar a dívida.

Em novembro de 2014 a Companhia recebeu da Hercules S.A o valor R\$ 84.396, através de transferência de prejuízo fiscal para utilização no parcelamento da Lei 12.996/2014, sendo a título de pagamento de parte do saldo das debêntures.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Mundial e suas controladas ou coligadas não possuem operações relevantes, tais como obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

10.8 - Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia continua seu processo de investimento focado na manutenção preventiva, considerando as limitações de caixa do período e o foco na readequação de seu perfil financeiro, dedicando esforços no sentido de direcionar recursos para manter as atividades operacionais e para o equacionamento do passivo, principalmente fiscal.

Em termos operacionais, na contínua busca pelo ganho de produtividade, estão entre os objetivos da Companhia a introdução de novos e mais eficientes processos produtivos e a ampliação do grau de automação.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia busca viabilizar através das instituições financeiras parceiras, linhas de crédito através de leasing, consórcios ou empréstimos de capital de giro para financiar seus investimentos a medida que os mesmos sejam necessários.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam ter influenciado materialmente a capacidade produtiva da companhia no último exercício.

c. novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não houve novos produtos e ou serviços em desenvolvimentos no último exercício.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que tenham influenciados de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não é prática da Companhia divulgar projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não é prática da Companhia divulgar projeções sobre a evolução de seus indicadores.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

- i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados*

Conselho de Administração, além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, terá os seguintes: a) estabelecer as normas gerais a serem observadas pela Diretoria relativas às operações da sociedade, política comercial, administração do pessoal, compras, investimentos e contabilidade; b) criar e abolir, quando julgar necessário, grupos de trabalhos para seu assessoramento e designando suas funções e fixando a remuneração de seus membros; c) aprovar os orçamentos de operação, de capital e financeiros; d) aprovar novos empreendimentos ou a expansão dos já pendentes; e) atribuir e distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma remuneração mensal ou anual, global ou individual, até o montante que for estabelecido pela Assembleia Geral, bem como a participação estatutária a que se refere o artigo 27; f) aprovar previamente: I. aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; II. aquisição de bens para o ativo fixo e alienação ou oneração de bens que o integram, bem como aquisição, alienação ou oneração de bens fora do curso normal dos negócios, quando o valor dos bens exceder R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). III. aquisição, alienação ou oneração de participações no capital de outras empresas, inclusive os investimentos decorrentes de incentivos fiscais; IV. recebimento ou concessão de empréstimos, cujo prazo seja superior a 1 (um) ano; V. prestação de garantias, de qualquer natureza, exceto se em favor das sociedades controladas ou coligadas; e VI. celebração de quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas. g) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei; h) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; i) eleger, destituir ou substituir os auditores independentes, depois da emissão de parecer do Conselho Fiscal, se instalado; e j) Aprovar plano de outorga de opções para aquisição de ações a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

seus administradores, empregados ou a pessoas físicas que prestam serviços à Companhia, ou às sociedades sob seu controle, nos termos do parágrafo 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76.

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

- ii. *se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto***

Não há comitê de auditoria estatutário.

- iii. *de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Não há contratação de serviços extra-auditoria. O Conselho baseia suas opiniões e toma suas decisões baseado nas informações prestadas pela auditoria e pelos demais membros da Administração.

- b. *em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

A Diretoria estatutária terá os poderes e atribuições que a lei e o Estatuto Social da Companhia lhe conferem, para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo decidir sobre a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração na forma da legislação em vigor ou do Estatuto Social da Companhia.

As atribuições dos Diretores serão estabelecidas pelo Conselho de Administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

A Companhia será representada, em juízo, ativa e passivamente, por 2 (dois) Diretores.

Obtida a manifestação prévia favorável do Conselho de Administração quanto às matérias especificadas na letra "f" do artigo 13 do Estatuto Social, a sociedade obrigará-se a validamente: I. pela assinatura de 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações "ad negotia" e "ad judicia" e na movimentação de contas bancárias, assinatura de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceites e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objetivo social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinatura de escrituras e documentos pertinentes. II. Pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. III. Pela assinatura de dois procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem. IV. Pela assinatura de um Diretor e um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada nos atos de representação da sociedade em juízo, inclusive a Justiça do Trabalho, Previdência Social e Sindicatos, órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A., CACEX, Concessionárias de Serviços Públicos, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos Bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimento e quitação de crédito da sociedade.

As procurações "ad negotia" terão o prazo determinado não excedente a um ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou de cargo do outorgado, se este fato ocorrer antes do prazo estabelecido no mandato. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações "ad negotia" serão consideradas automaticamente expiradas no final do exercício em que forem outorgadas.

É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria prestar avais, fianças ou qualquer outra obrigação do tipo das denominadas "de favor", salvo se o for no exclusivo interesse da Companhia

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- c. **data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente terão as funções e deveres obedecido o que a lei determina e será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Não há nenhum regimento interno para este órgão.

- d. **se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**
- i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros*
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação*
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e*
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos*

A Companhia não adota nenhum mecanismo de avaliação de desempenho para o órgão do Conselho de Administração, ou individual. Cada membro do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais, tendo em vista o valor global fixado pela Assembleia Geral, e resguardadas as disposições legais próprias.

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externo que se reportem para este órgão.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Regras, políticas e práticas relativos às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada ao previsto na legislação societária.

As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma prevista em lei, mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, sendo o prazo de antecedência da primeira convocação de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação, de 8 (oito) dias, salvo em caso do atendimento do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

b. Competências à Assembleia Geral:

a) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigações impostas pela lei ou pelo Estatuto Social da Companhia;

b) deliberar sobre o aumento do capital social por subscrição de novas ações e sobre a emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior, na hipótese do parágrafo 1º, do art. 7º e quando o limite do capital autorizado estiver esgotado, observadas as disposições legais estatutárias;

c) decidir sobre o cancelamento do Registro de Companhia Aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Os documentos relativos à assembléia geral são colocados a disposição dos acionistas em meio físico no endereço da sede da Companhia, na Rua Paraíso, 148, conj. 142, São Paulo - SP e por meio eletrônico nos endereços: www.mundial.com/investidores; www.cvm.gov.br e www.b3.com.br.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses.

A identificação e administração de conflitos de interesse nas assembleias da Companhia observam os termos da legislação em vigor, conforme a Lei das Sociedades Anônimas Art. 115, o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 2001)

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

§ 1º o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia-geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

§ 2º Se todos os subscritores forem condôminos de bem com que concorreram para a formação do capital social, poderão aprovar o laudo, sem prejuízo da responsabilidade de que trata o § 6º do artigo 8º.

§ 3º o acionista responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

§ 4º A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Adicionalmente, os acionistas ou representantes dos acionistas da MUNDIAL nas Assembleias Gerais devem observar os seguintes procedimentos nos casos de conflito de interesses:

I. o acionista ou representante do acionista deve manifestar, imediatamente, seu interesse particular conflitante. Caso não o faça, outra pessoa poderá manifestar o conflito;

II. tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, o acionista ou representante do acionista da Mundial envolvido terá acesso apenas aos documentos ou informações sobre a matéria divulgados ao mercado, nos termos da legislação em vigor, e deverá afastar-se, inclusive fisicamente, das discussões em Assembleia Geral, sem descuidar dos seus deveres legais. A manifestação de conflito de interesses, a abstenção e o afastamento temporário deverão ser registrados em ata.

Caso solicitado pelo Presidente da Mesa, os acionistas ou representantes dos acionistas envolvidos em situação de conflito de interesses poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a Transação com Parte Relacionada objeto de deliberação. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão.

Não há cláusula compromissória no Estatuto da Companhia para resoluções de conflitos de interesse entre os acionistas por meio de arbitragem.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

A solicitação de procurações pela administração observa os termos da legislação em vigor. Os representantes por procurador devem observar : (a) Procuração

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (artigo 126, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e (b) Documento de identidade do Procurador. Procuções outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 3 (três) dias de antecedência da realização das Assembleias para o endereço da sede social:

- f. formalidades necessárias para aceitação de procuações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procuações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Procuções outorgadas fora do Brasil deverão ser notariadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia solicita que a documentação acima seja enviada com até 3 (três) dias de antecedência da realização das Assembleias para o endereço da sede social:

A Companhia não adota o procedimento de outorga de procuação por meio eletrônico.

- g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariização e consularização**

A partir de 2018, a Companhia passou a aceitar o voto por meio do Boletim de voto a distância (Boletim) nos termos da regulamentação conforme previsto nos artigos 21-A da Instrução CVM 481/2009, e nas hipóteses previstas para as Assembleias Gerais nas quais a Companhia de forma discricionária opte pela adoção do Boletim (conforme previsto em Proposta da Administração de cada assembleia), suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia mediante o preenchimento e envio do Boletim que estará anexo a Proposta.

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, através do e-mail acionistas@mundial.com devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos digitalizados: (i) O presente Boletim, devidamente preenchido,

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

assinado e com todas as páginas rubricadas; (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(a) para pessoas físicas:

- documento válido de identidade com foto e número do CPF;
- no caso de procurador (constituído a menos de um ano da data da AGO), enviar procuração;
- no caso de procurador (constituído a mais de um ano da data da AGO), enviar procuração com firma reconhecida e a identidade do procurador.

(b) para pessoas jurídicas:

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal dos acionistas;
- CNPJ; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

(c) para fundos de investimento:

- último regulamento consolidado do fundo com CNPJ;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documento societário que comprovem os poderes de representação; e
- documento de identidade com foto do representante legal.

Uma vez recebidos o boletim e respectivas documentações exigidas, a Companhia avisará ao acionista acerca de sua aceitação ou necessidade de retificação, nos termos da Instrução CVM nº481/09.

O boletim e demais documentos comprobatórios deverão ser **protocolados na e Companhia em até 07 (sete dias) antes da data da Assembleia Geral**. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

Endereço para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia:

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Rua Paraíso, 148, 14º andar, conj. 142
Bairro do Paraíso
São Paulo – SP, CEP 04.103-000
E-mail: acionistas@mundial.com

Caso seja necessário, recomenda-se, para evitar que a instrução de voto possa ser considerada conflitante, que o acionista encaminhe sua eventual nova instrução de voto para o mesmo prestador de serviço anteriormente utilizado, assim, caso o acionista decida reenviar seu Boletim, solicita-se que seja utilizado o mesmo fluxo escolhido primeiramente.

Além disso, para que o Boletim seja considerado válido e os votos proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos, de acordo com a classe de ações do acionista;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas; e
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Conforme Instrução CVM 481/2009, artigos 21-A, os acionistas poderão enviar o voto em assembleias gerais, formalizado no Boletim de Voto a Distância, disponibilizado no site da Companhia: www.mundial.com. pelo endereço eletrônico: acionistas@mundial.com.br e deverão protocolar Boletim devidamente assinado e demais documentos comprobatórios **na sede da Companhia em até 07 (sete dias) antes da data da Assembleia Geral.**

Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

A Companhia não disponibiliza a participação de acionistas à distância em assembleias gerais.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

De acordo com o artigo 21-L, I da Instrução CVM 481/2009, o acionista titular de, no mínimo, 0,5% de determinada espécie de ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia no Boletim.

Adicionalmente, em consonância com o inciso II do referido artigo, o acionista titular de, no mínimo, 1,0% de determinada espécie de ações de emissão da Companhia poderá, observados os demais prazos e condições estabelecidos pela regulamentação vigente, solicitar a inclusão de propostas de deliberação no Boletim disponibilizado por ocasião de assembleia geral ordinária da Companhia.

Caso o acionista que cumpra o requisito exposto no parágrafo anterior queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no Boletim deverá apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço disposto no item 12.2. g. acima, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico acionistas@mundial.com, nos prazos e demais condições estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia não disponibiliza a participação de acionistas em fóruns e não possui páginas na rede mundial de computadores para compartilhar comentários sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Orientações e instruções de entrega diretamente ao escriturador ou ao Agente de Custódia:

Agente de Custódia

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do Boletim poderá também preenchê-lo observadas às orientações e enviar para seu Agente de Custódia. O acionista deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas pelo respectivo Agente de Custódia, o qual encaminhará as referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus respectivos Agentes de Custódia a fim de verificarem os devidos procedimentos e prazos.

Escriturador

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio do prestador de serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e, no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto. O agente Escriturador receberá o Boletim de Voto dos acionistas da Companhia em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, observados os procedimentos por ele estabelecidos.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. numero de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre números de reuniões ordinárias e extraordinárias.

O Conselho de Administração reunir-se-á pelo menos trimestralmente, nos locais e nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, em que se deverá observar a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a convocação. Deverão, nesses prazos, serem encaminhadas, a cada conselheiro, a agenda da reunião e os documentos de suporte para as deliberações a serem tomadas.

<u>Exercício de 2017</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Extraordinárias</u>
Reunião do Conselho de Administração	12	6

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho.

Não há acordo de acionistas.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relativas à identificação e administração de conflitos de interesses estão previstas no Código de Conduta da Companhia. O Código de Conduta apresenta um capítulo unicamente para tratar de conflitos de interesses, onde instrui os seus colaboradores a buscar orientações internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impõe diretrizes que devem ser constantemente observadas de modo a evitar tais situações de conflitos. Aborda de forma clara e objetiva alguns casos que geram conflitos:

Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e Diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na empresa, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da empresa, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria empresa aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados;

- Idêntica vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da empresa antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;
- Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da empresa ou a eles referenciado no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

A Companhia não possui política formalmente aprovada para indicação de membros do conselho de administração.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não há cláusula compromissória no Estatuto da Companhia para resoluções de conflitos de interesse entre os acionistas por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcelo de Fagundes de Freitas	16/03/1968	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	Um ano	9
526.944.020-20	Contador	19 - Outros Diretores	30/04/2018	Sim	0.00%
Não há,		Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A e Hercules S/A			
Julio Cesar Camara	08/05/1965	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2018	Um ano	18
438.373.870-20	Contador	19 - Outros Diretores	30/04/2018	Sim	0.00%
Não há.		Diretor Estatutário da Companhia e Diretor Geral de Personal Care da empresa Mundial S/A.			
Adolpho Vaz de Arruda Neto	27/08/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	Um ano	4
074.416.798-18	Adm. de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2018	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos ou exerce outras funções.					
Paulo Roberto Leke	18/07/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2018	Um ano	7
001.986.760-34	Economista	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	30/04/2018	Sim	100.00%
Não ocupa outros cargos e não exerce outras funções na Companhia.					
Michael Lenn Ceitlin	30/06/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2018	Um ano	21
295.996.600-72	Engenheiro	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2018	Sim	100.00%

Diretor de Relacionamento com Investidores.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marcelo de Fagundes de Freitas - 526.944.020-20

Diretor estatutário, desde 2007.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no Grupo ZIVI em 1986, atualmente Mundial. Exerceu as funções de subchefe do Contas a receber, Analista Contábil, Chefe da Contabilidade Societária, Gerente de Controladoria, Gerente de Controladoria e Finanças. Atualmente é Diretor Administrativo e Financeiro das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres.

Não ocupa outros cargos em outras sociedades.

n. i) Qualquer condenação criminal: Não há condenação. n. ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: PAS CVM nº RJ2013/6224; Processo CRSFN nº 10372.000719/201641; Mandado de Segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400 (13ª Vara Federal Cível da SJDF) - Multa individual de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Ajuizado mandado de segurança. Aguarda julgamento de mandado de segurança; PAS CVM nº RJ2017/565 - Multa individual de R\$ 75.000,00; e multa individual de R\$ 200.000,00. Aguarda intimação. Com a formalização da intimação, será requerido efeito suspensivo da decisão e será interposto recurso ao CRSFN. As penas aplicadas ainda não são efetivas. n. iii.) qualquer condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há existência de qualquer condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Julio Cesar Camara - 438.373.870-20

Diretor estatutário, desde 1998.

Experiências profissionais: Iniciou suas atividades no grupo Eberle Mundial em 1996, como consultor Empresarial pela Galeazzi & Associados. Em 1998 foi eleito Diretor de Administrativo e Financeiro do Grupo Mundial, das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A. Em 2007 passou a exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Controle. Atualmente exerce o cargo de Diretor Geral Personal Care das empresas Mundial S/A – Produtos de Consumo e Hercules S/A – Fábrica de Talheres

Não ocupa outros cargos em outras sociedades.

Não ocorreu nenhuma condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais. n. i) Qualquer condenação criminal: Não há condenação. n ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: PAS CVM nº RJ2013/6224; Processo CRSFN nº 10372.000719/201641; Mandado de Segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400 (13ª Vara Federal Cível da SJDF) - Multa individual de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Ajuizado mandado de segurança. Aguarda julgamento de mandado de segurança; PAS CVM nº RJ2017/565 - Multa individual de R\$ 75.000,00; e multa individual de R\$ 200.000,00. Aguarda intimação. Com a formalização da intimação, será requerido efeito suspensivo da decisão e será interposto recurso ao CRSFN. As penas aplicadas ainda não são efetivas. n iii.) qualquer condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há existência de qualquer condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Adolpho Vaz de Arruda Neto - 074.416.798-18

Eleito pelo acionista controlador em 2012, como membro do Conselho de Administração da Companhia. Em 2015 eleito para o Conselho de Administração da empresa Hercules S/A – Fábrica de Talheres, empresa que integra o mesmo grupo econômico. Empresas do ramo Industrial e comercial.

De 1977 a 2003 foi Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, Secretário Municipal de Esportes e Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego na Prefeitura Municipal de Registro; membro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

n. i) Qualquer condenação criminal: Não há condenação. n ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: PAS CVM nº RJ2017/565 - Multa individual de R\$ 300.000,00. Decisão proferida pela CVM. Aguarda intimação. Com a formalização da intimação, será requerido efeito suspensivo da decisão e será interposto recurso ao CRSFN. As penas aplicadas ainda não são efetivas. n iii.) qualquer condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há existência de qualquer condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Roberto Leke - 001.986.760-34

Foi Diretor Corporativo de Finanças e Controle das empresas Eberle S/A, Zivi S/A e Hercules S/A, empresas do mesmo grupo econômica da Companhia, hoje é Vice-presidente do Conselho de Administração da Hercules S/A – Fábrica de Talheres, empresa que integra o mesmo grupo econômico. Empresas do ramo Industrial e comercial.

Desde 1997 é Sócio de Leke + Gross Consultores Associados e Membro do Conselho de Administração de Lojas Colombo S.A

Não ocorreu nenhuma condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra que pudesse afetar as atividades profissionais.

Michael Lenn Ceitlin - 295.996.600-72

Desde 1995 é Presidente do Conselho de Administração, Diretor Estatutário e Diretor de Relações com Investidores da Companhia e Presidente do Conselho de Administração, Diretor Superintendente e DRI da HERCULES S/A, - Fábrica de Talheres, empresa que integra o mesmo grupo econômico. Empresas do ramo Industrial e comercial.

Não ocupa outros cargos em outras sociedades

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorridos durante os últimos cinco anos: i) Qualquer condenação criminal: Ação penal nº 5067096-18.2012.4.04.7100 (7ª Vara Federal de Porto Alegre/RS) - Decisão condenatória de primeira instância. Interposto recurso de apelação. Aguarda julgamento de recurso de apelação.
n ii.) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: PAS CVM nº RJ2013/6224; Processo CRSFN nº 10372.000719/201641; Mandado de Segurança nº 1009243-72.2017.4.01.3400 (13ª Vara Federal Cível da SJDF) - Multa individual de R\$ 500.000,00. Decisão proferida pela CVM e mantida pelo CRSFN. Ajuizado mandado de segurança. Aguarda julgamento de mandado de segurança; PAS CVM nº RJ2014/13353 - Inabilitação temporária por dois anos para o exercício de cargo de administrador em companhia aberta. Decisão proferida pela CVM. Aguarda intimação. Com a formalização da intimação, será requerido efeito suspensivo da decisão e será interposto recurso ao CRSFN. A pena aplicada ainda não é efetiva; PAS CVM nº RJ2017/565 - Inabilitação temporária por cinco anos para o exercício de cargo de administrador, ou de conselheiro de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição, ou de outras entidades que dependam de autorização, ou de registro na CVM; Multa de R\$ 75.000,00; e Multa de R\$ 200.000,00. Decisão proferida pela CVM. Aguarda intimação. Com a formalização da intimação, será requerido efeito suspensivo da decisão e será interposto recurso ao CRSFN. As penas aplicadas ainda não são efetivas.
n iii.) qualquer condenação transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: Não há existência de qualquer condenação transitada em julgado que suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários, de auditoria, de riscos, financeiros e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco com nenhum dos administradores da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas ou sociedades controladoras diretas e indiretas.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Michael Lenn Ceitlin Diretor presidente, Presidente do Conselho e Diretor de RI	295.996.600-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA. Sócio Diretor	86.816.527/0001-04		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo de Fagundes de Freitas Diretor Estatutário	526.944.020-20	Prestação de serviço	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MS Freitas Adm e Planej Estrat Ltda Sócio Diretor	14.539.730/0001-70		
<u>Observação</u>			
Presta Serviço a empresa ligada do Emissor.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Julio Cesar Camara Diretor Estatutário	438.373.870-20	Prestação de serviço	Fornecedor
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ESTRATPLAN ASSESSORIA ESTRAT PLANEL LTDA Sócio Diretor	01.403.082/0001-88		
<u>Observação</u>			
Presta Serviços a empresa ligada do emissor.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2015			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Michael Lenn Ceitlin	295.996.600-72	Controle	Fornecedor
Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	86.816.527/0001-04		
Sócio- Diretor			
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo contratou apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para os seus administradores (D&O), junto à renomada empresa do segmento Chubb Leaders. Na apólice estão incluídas suas subsidiárias que são quaisquer sociedades que a Companhia detenha o controle, direto ou indireto, mediante: (i) a titularidade da maioria dos direitos de voto; ou (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (caso existente) ou da Diretoria.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o Seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e também tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. Seguem, abaixo os dados gerais da apólice:

Seguradora: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS

Vigência: 21/08/2017 a 21/08/2018

Limite Máximo de Garantia: R\$ 16.500.000,00

Prêmio Líquido: R\$ 191.270,63

Veja alguns riscos protegidos pelo D&O:

- Processos movidos contra os Administradores, em qualquer esfera da Justiça, incluindo a criminal;
- Investigação contra os Administradores;
- Custos de defesa;
- Indenizações pecuniárias;
- Responsabilidade estatutária;
- Danos ambientais;
- Danos corporais e morais;
- Indisponibilidade e bloqueios de bens;
- Penhoras;
- Ações movidas pelo tomador (quem contrata a apólice) contra o segurado;
- Responsabilidade por erros e omissões na qualidade do serviço prestado;
- Despesas de publicidade e proteção da imagem;

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

- Responsabilidades Estatutárias (Trabalhista, Tributária e Previdenciária);
- Riscos Regulatórios (Inquérito, processos Administrativos e Investigações).

Objetivos do Seguro de D&O

- Indenizar as pessoas seguradas por perdas e danos resultantes de quaisquer reclamações contra elas apresentadas, durante o período contratual, com fundamento em atos danosos praticados exclusivamente pelo segurado no exercício de suas funções ou cargos como Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Sociedade.

12.12 - Outras informações relevantes**INFORMAÇÕES COM REAÇÃO AS ASSEMBLEIAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS**

(i) Data da realização; (ii) casos de instalação em segunda convocação; (iii) quórum exto de cada assembleia.

EXERCÍCIO SOCIAL 2017			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2017	primeira	68,0905% das ações ordinárias
EXERCÍCIO SOCIAL 2016			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	30/05/2016	primeira	53,23% das ações ordinárias
Assembleia Geral Extraordinária	29/09/2016	primeira	68,76% das ações ordinárias
EXERCÍCIO SOCIAL 2015			
Evento	Data Realização	Convocação	Quorum de instalação
Assembleia Geral Extraordinária	13/05/2015	primeira	57% das ações ordinárias
Assembleia Geral Ordinária	08/06/2015	primeira	58,85% das ações ordinárias

A Companhia não possui comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutário.

A remuneração dos executivos está relacionada com os resultados da Companhia, os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar. Os salários base dos diretores leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado. O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional.

Não houve no exercício anterior e não estão previstos para o exercício social atual, treinamentos ou cursos para os membros do conselho de administração e diretoria estatutária.

O Conselho de Administração se reuni no mínimo trimestralmente, nos locais e nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou da maioria dos seus membros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias para a primeira convocação, salvo nas hipóteses que manifesta urgência, em que se deverá observar a antecedência mínima de 2 (dois) dias para a convocação. Deverão, nesses prazos, serem encaminhadas, a cada conselheiro, a agenda da reunião e os documentos de suporte para as deliberações a serem tomadas.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- a. **objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

Em que pese a Companhia ainda não ter implementado uma Política de remuneração para os administradores além daquela prevista em seu Estatuto Social, a Companhia acredita que o principal desafio na gestão em todos os níveis está centrado na capacidade de atrair e reter executivos de alto nível através da remuneração de mercado.

Outro desafio é estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; superando desafios de curto e longo prazo de maneira consistente e sustentável.

b. composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A remuneração dos administradores está atrelada somente ao resultado econômico do exercício no limite estabelecido pelo Estatuto Social, ou seja até 10% do resultado líquido. No que diz respeito aos demais executivos não estatutários, a remuneração está dividida em duas partes, uma fixa que corresponde ao salário base e outra na forma de remuneração variável que corresponde ao incentivo de curto prazo.

A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo) no 3º (terceiro) quartil de mercado.

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais que representam em média as melhores práticas de mercado para empresas de porte similar.

ii. em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Para Administradores 100% fixo, a exceção da distribuição de 10% do resultado se houver. Para executivos 60% fixo e 40% variável sobre metas operacionais.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e o alvo dos incentivos de curto prazo são periodicamente comparados com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário para assegurar o cumprimento dos objetivos da política.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não há membros não remunerados pela Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo é determinado por indicadores operacionais como evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No planejamento estratégico realizado a cada 3 (três) anos são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobradas por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia. A remuneração está estruturada de tal forma que parte importante é composta pela parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos - a evolução da receita líquida, do lucro bruto e resultado operacional - são os que a Companhia entende que melhor resguardam o interesse de longo prazo dos acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos para nenhum membro da Administração da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário de emissor:

Não há remuneração ou qualquer benefício vinculado à ocorrência de eventos societários para nenhum membro da Administração da Companhia. A remuneração dos Administradores está atrelada somente aos limites estabelecidos pelo Estatuto Social.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não há comitês que participam do processo decisório além do Conselho de administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

A remuneração do Conselho é sempre fixada através da aprovação na assembleia geral ordinária, obedecendo aos dispostos legais e estatutários vigentes. Na assembleia será deliberado o reajuste aplicado na remuneração global mensal para os administradores de acordo com os índices de inflação. Não há uma distinção na remuneração individual dos membros do Conselho de Administração.

A remuneração da Diretoria executiva é definida em reunião do Conselho de administração levando em conta a função exercida pelo executivo. A Companhia acredita na capacidade de atrair e reter seus executivos através de uma remuneração justa de acordo com as práticas de mercado e associando à mesma uma parcela variável em função dos resultados alcançados, através da realização e superação de metas desafiadoras. A Companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não há uma política de remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	325.141,41	2.458.382,75		2.783.524,16
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		o Diretor Presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.		
Total da remuneração	325.141,41	2.458.382,75		2.783.524,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	2,00	3,00		5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	315.824,58	2.387.938,56		2.703.763,14
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		O diretor presidente também é membro do Conselho de Administração. A remuneração está computada no órgão Diretoria Estatutária.		
Total da remuneração	315.824,58	2.387.938,56		2.703.763,14

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,00	3,00		5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	246.808,00	2.309.037,12		2.555.845,12
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	246.808,00	2.309.037,12		2.555.845,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	2,83	3,00	1,25	7,08
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	292.074,00	2.220.652,98	81.000,00	2.593.726,98
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação				
Total da remuneração	292.074,00	2.220.652,98	81.000,00	2.593.726,98

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Na Companhia, não houve pagamento de bônus e participações de resultados para nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, nos três últimos exercícios sociais e não está previsto pagamentos para o exercício social corrente.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não aplica a remuneração baseada em ações para nenhum dos órgãos da administração.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição em 28/02/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Sociedades Controladas
Ações (MNDL3)	754.459	57.690	1.000

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor a nenhum dos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,83	1,25
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	2,00	2,00	2,83	1,25
Valor da maior remuneração(Reais)	1.363.930,56	1.278.960,48	1.206.567,00	157.912,29	122.455,00	115.812,00	27.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	496.740,00	494.820,00	491.778,99	157.912,29	122.455,00	94.176,00	27.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	795.979,52	766.376,16	740.217,66	157.912,29	122.455,00	103.206,36	64.800,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui qualquer outro mecanismo de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

A Mundial S.A. – Produtos de Consumo contratou apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para os seus administradores (D&O), junto à renomada empresa do segmento Chubb Leaders. Na apólice estão incluídas suas subsidiárias que são quaisquer sociedades que a Companhia detenha o controle, direto ou indireto, mediante: (i) a titularidade da maioria dos direitos de voto; ou (ii) o direito de nomear ou destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração (caso existente) ou da Diretoria.

Já bastante difundido nos Estados Unidos e Europa, o Seguro D&O garante à Companhia proteção financeira e também tranquilidade para que todos os que ocupam cargos diretivos tomem as decisões diárias com serenidade. Seguem, abaixo os dados gerais da apólice:

Seguradora: CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS

Vigência: 21/08/2017 a 21/08/2018

Limite Máximo de Garantia: R\$ 16.500.000,00

Prêmio Líquido: R\$ 191.270,63

Veja alguns riscos protegidos pelo D&O:

- Processos movidos contra os Administradores, em qualquer esfera da Justiça, incluindo a criminal;
- Investigação contra os Administradores;
- Custos de defesa;
- Indenizações pecuniárias;
- Responsabilidade estatutária;
- Danos ambientais;
- Danos corporais e morais;
- Indisponibilidade e bloqueios de bens;
- Penhoras;
- Ações movidas pelo tomador (quem contrata a apólice) contra o segurado;
- Responsabilidade por erros e omissões na qualidade do serviço prestado;
- Despesas de publicidade e proteção da imagem;

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

- Responsabilidades Estatutárias (Trabalhista, Tributária e Previdenciária);
- Riscos Regulatórios (Inquérito, processos Administrativos e Investigações).

Objetivos do Seguro de D&O

- Indenizar as pessoas seguradas por perdas e danos resultantes de quaisquer reclamações contra elas apresentadas, durante o período contratual, com fundamento em atos danosos praticados exclusivamente pelo segurado no exercício de suas funções ou cargos como Conselheiros, Diretores e/ou Administradores da Sociedade.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam nos 3 (três) últimos exercícios remuneração que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos da Companhia.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração além das referentes a função que ocupam na Companhia.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não receberam remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante que não tenha sido informadas nesta seção.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Descrição dos Recursos Humanos da Companhia.

A Companhia desenvolve em Recursos Humanos Programas e Políticas que visam atrair, reter e desenvolver seus funcionários. Por intermédio de uma posição equilibrada, a empresa objetiva alinhar pessoas às suas prioridades estratégicas, e com isso dar sustentabilidade ao negócio, além de capacitá-las e prepará-las para desafios cada vez maiores. O objetivo principal da área de Recursos Humanos da Mundial é de estar alinhada estrategicamente com a Missão, Visão e Valores da Companhia. Fazer parte de um todo, efetivamente conduzindo programas que tenham o foco principal, pessoas. Acreditamos firmemente que o engajamento e a capacidade de retenção está diretamente ligado a capacidade de “pertencimento” por parte dos funcionários. Dentre alguns programas destacam-se as seguintes atividades:

- **Idiomas:** Convênio com instituições para desenvolvimento da língua inglesa e espanhola para funcionários que estejam enquadrados dentro da necessidade do segundo idioma conforme sua área de atuação.
- **Graduação e Pós Graduação:** A Companhia busca convênios com instituições renomadas, visando obter descontos especiais para os funcionários que pretendem seguir a formação acadêmica.
- **Treinamentos In Company:** treinamentos técnicos e comportamentais, voltados para a necessidade de cada fábrica. O foco principal em 2017 relacionou-se a atualização de normas regulamentadoras com ênfase em segurança, focados nas NRs.
- **Recrutamento Interno:** Identificar talentos internos, promovendo oportunidades, desafios e incentivando o desenvolvimento dos nossos funcionários, bem como estimular os gestores a priorizar o aproveitamento interno antes da contratação externa. Privilegiar o crescimento interno em situações de necessidades de oportunidades de vagas é uma prática difundida na Companhia. Preferencialmente o RH busca identificar os talentos internos com a capacitação necessária, visando a promoção. Os critérios de recrutamento interno são amplamente divulgados e suas métricas alinhadas com os gestores. Bem como, a preocupação em divulgar nos canais de comunicação o funcionário selecionado neste recrutamento interno e o feedback para os demais inscritos para novas oportunidades que surgirem.
- **Acompanhamento Funcional:** Preocupada com a retenção de talentos, a Mundial S.A mantém um programa de acompanhamento funcional com os seus funcionários durante o período de experiência. Fruto desta preocupação,

14.1 - Descrição dos recursos humanos

implantou um programa denominado internamente de “Café com o Gestor” que objetivamente faz com que o gestor tenha um momento de avaliação – quando o funcionário completa 30 dias de casa – visando alinhar as expectativas dos funcionários com a empresa e vice-versa.

- **Entrevista de Desligamento:** Visando compreender possíveis oportunidades de melhorias na gestão das pessoas, a Mundial busca através desta metodologia conhecer os motivadores na saída voluntária ou involuntária dos seus funcionários. Estas entrevistas são tabuladas periodicamente e analisadas junto com os gestores com a intenção de compreender e oportunizar melhorias de gestão.

Qualidade de Vida: A Mundial preocupa-se com a Qualidade de Vida e Bem estar de seus funcionários. Para tanto, mantém programa de prevenção e promoção de saúde para seus funcionários, com as seguintes ações: Monitoramento de Enfermagem e Nutrição, sendo que neste ano de 2017 tivemos 750 funcionários sendo acompanhados por estes profissionais. Também foram realizadas ações de saúde, entre elas: campanhas de conscientização sobre saúde do homem e saúde da mulher que atingiu todos os funcionários; palestras sobre estresse e hábitos alimentares saudáveis atingindo 171 funcionários; saúde bucal 37 pessoas; Nosso Atendimento/Acompanhamento Psicossocial, realizado por Assistentes Sociais, visa promover o fortalecimento dos funcionários para o enfrentamento das dificuldades cotidianas, orientando e viabilizando o acesso a recursos existentes bem como realizando o encaminhamento para atendimento na rede local. Neste ano de 2017 nossos profissionais atenderam 178 funcionários de forma individualizada, totalizando 298 atendimentos.

- **Programas de Reconhecimento:** A Mundial mantém firmemente seu propósito de reconhecer o engajamento e contribuição de seus funcionários, reconhecendo sua dedicação pela Companhia. Anualmente é instituído um Programa de Reconhecimento que premia de forma simbólica os funcionários que completam 10,15, 20, 25, 30, 35, 40, 45 e 50 anos de empresa. Em 2017 tivemos 162 funcionários homenageados e prestigiados pela Mundial.
- a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

14.1 - Descrição dos recursos humanos**Funcionários localizados nas unidades da Companhia suas Controladas e Coligadas**

Unidades	Total em 31/12/2017
Porto Alegre	22
Gravataí	1046
Caxias do Sul	779
São Paulo	69
Guarulhos	240
Rio de Janeiro	1
Extrema / MG	65
Manaus	01
Arujá	06

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Unidades	Empregados terceirizados
Porto Alegre	0
Gravataí	17
Caxias do Sul	18
São Paulo	0
Guarulhos	21
Rio de Janeiro	0
Extrema / MG	0
Arujá	1

c. Índice de rotatividade

O índice de rotatividade (turn-over) de empregados foi de 1,2% no exercício de 2017.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

As informações relacionadas ao número de funcionários e terceirizados mantêm-se em equilíbrio.

As pequenas variações são consideradas normais pela Companhia.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável;

A política da Companhia estabelece procedimento referente a alterações salariais e promoções de acordo com os objetivos, estágio de desenvolvimento e situação de mercado, a fim de promover e manter o equilíbrio interno e competitividade externa.

A descrição de cargos é referencial para a carreira, contratação, treinamento e definição de padrões de desempenho esperado dos funcionários.

A Companhia acompanha o mercado através de pesquisas salariais, de forma anual, e fixa como referencia salarial o MAP (media aritmética ponderada) do mercado em que a unidade está inserida bem como, conforme o segmento da empresa. É observado o acordo coletivo de cada categoria para a correção dos valores das tabelas salariais.

Os cargos estão agrupados em ordem de importância que o mercado lhes confere, e divididos em classes com base na tendência salarial calculada pelo mercado e acordo coletivo.

A estrutura de cargos está distribuída em três grandes carreiras, refletindo a estrutura hierárquica da empresa (Gestão), valorizando as competências diferenciadoras (Técnica) e as funções operacionais básicas (Administrativa/Operacionais).

Os salários são distribuídos em 07 faixas distribuídas da seguinte forma e reajustado como segue:

Admissão – efetivação (10%) – padrão Mundial (6%) – 1º mérito (6%) – 2º mérito (6%) – 3º mérito (6%) e máximo da faixa (6%)

As concessões de aumento por mérito poderão de 6 meses após a concessão do mérito anterior.

Em caso de promoções o aumento poderá ser de 15% para cargos da carreira operacional e de até 30% para cargos das demais carreiras.

Remuneração Variável

Comissões sobre vendas

A área de Recursos Humanos é responsável pelos lançamentos em folha, o departamento comercial define o comissionamento dos vendedores que tem como base de calculo o valor da

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

mercadoria (sem frete e IPI) da nota fiscal de saída que gera contas a receber. O percentual de comissionamento baseia-se na soma de dois indicadores: percentual de volume de vendas e percentual do desconto médio.

PPLR

Destinados a todos os funcionários com o objetivo de proporcionar uma retribuição financeira, na Participação dos Lucros ou Resultados, obtidos pelas empresas do Grupo Mundial, provenientes da melhoria de performance do grupo, das Unidades e das Pessoas e estimular cada um dos funcionários a desenvolver os melhores esforços na utilização racional e eficiente dos recursos disponibilizados.

b. Política de benefícios

Remuneração indireta destinado a todos os colaboradores da companhia, com o objetivo de atrair e manter talentos, bem como auxiliar no bem estar e qualidade de vida dos funcionários. Dentre os benefícios implantados na Cia podemos citar: plano de saúde e odontológico, medicina do trabalho, transporte coletivo fretado, refeitório e/ou ticket alimentação, auxílio creche, convênios com instituições educacionais, entre outros.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores.

Não se aplica, a Companhia não possui plano de remuneração baseados em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Relações entre a Companhia e sindicatos.

A Companhia reconhece a legitimidade dos sindicatos e respeita suas iniciativas e práticas, estando sempre disposta a dialogar, buscando soluções que atendam todos os envolvidos. A Mundial não coloca obstáculos ao exercício da atividade sindical dentro das dependências fabris, e disponibiliza espaço e tempo adequados para isso. Da mesma forma, permite que os sindicatos divulguem assuntos do interesse dos empregados disponibilizando a permanência de representantes sindicais em espaços dentro da Companhia, desde que, solicitem prévia autorização e respeitem as boas práticas de conduta dentro dos preceitos legais vigentes

A Companhia respeita o direito do funcionário a filiar-se ao sindicato de sua categoria profissional ou ao qual o estabelecimento está vinculado, desde que não utilize para isso recursos, bens e a marca da empresa. Os funcionários estão representados por sindicatos e são beneficiados por resoluções de convenções coletivas ou acordos coletivos. No ato da contratação do funcionário a Companhia informa quais sindicatos que representam sua categoria e profissão e que pode optar por se associar a um desses sindicatos por sua livre escolha. A Companhia não adota qualquer tipo de retaliação ou demissão aos funcionários que assumem posição de diretoria nos sindicatos com os quais se relaciona. A esses profissionais são garantidos, durante o período de permanência no cargo de diretoria nos sindicatos, os direitos trabalhistas previstos em lei.

Atualmente, os funcionários estão na sua totalidade sob acordo ou convenção coletiva de trabalho, sendo que apenas os empregados no exterior não estão sob acordo, mas seguem as legislações locais.

Os acordos formais com sindicatos cobrem temas relativos a segurança e saúde. O Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PPLR) dos empregados possui Comissões Eleitas pelos empregados, Comissão Indicada pela Empresa e Representante Legal do Sindicato da Categoria.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta seção.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
43.510	1,755000%	0	0,000000%	43.510	1,755000%	
RTI Gestão de Ativos e Investimentos Ltda						
08.343.232/0001-54	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2018		
Não						
636.336	25,656000%	0	0,000000%	636.336	25,656000%	
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES						
92.749.225/0001-63	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
1.000	0,040000%	0	0,000000%	1.000	0,040000%	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.						
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
708.907	28,582000%	0	0,000000%	708.907	28,582000%	
ADMINISTRADORES						
	BRASILEIRA-RS	Não	Não	30/04/2018		
Não						
59.732	2,408000%	0	0,000000%	59.732	2,408000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA						
05.941.376/0001-14	Brasileira-RS	Não	Não	30/04/2018		
Não						
522.904	21,082000%	0	0,000000%	522.904	21,082000%	
OUTROS						
507.091	20,446000%	0	0,000000%	507.091	20,446000%	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 30/04/2018						
780	0,031000%	0	0,000000%	780	0,031000%	
TOTAL						
2.480.260	100,000000%	0	0,000000%	2.480.260	100,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
ESPOLIO DE LEW CEITLIN						
387.045.280-34		Não	Sim			
Não						
81	0,018000	0	0,000000	81	0,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,982000	0	0,000000	450.590	99,982000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63		
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
663.249	12,913000	113.000	1,111000	776.249	5,073000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
HERCULES PARTICIPAÇÕES SOCIEDADE SIMPLES LTDA						
88.145.669/0001-12	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	31/12/2011		
Não						
3.700.344	72,047000	0	0,000000	3.700.344	24,185000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
772.340	15,037000	7.255.090	71,379000	8.027.430	52,466000	
TOTAL						
5.135.950	100,000000	10.164.050	100,000000	15.300.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES				92.749.225/0001-63	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.					
86.816.527/0001-04	Brasileira-RS	Não	Sim	30/04/2018	
Não					
17	0,000000	2.795.960	27,508000	2.795.977	18,274000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
WIDENHAM INVESTIMENTOS LTDA				05.941.376/0001-14		
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo Cesar Pozo de Mattos						
123.290.100-87	Brasileira-RS	Não	Não			
Não						
40	0,010000	0	0,000000	40	0,010000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
8.711.341	100,000000	0	0,000000	8.711.341	100,000000	
Widenham Business SA						
05.971.345/0001-06	Uruguay	Não	Não	16/01/2012		
Não						
8.711.301	99,990000	0	0,000000	8.711.301	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04		
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
112.721	98,018000	0	0,000000	112.721	98,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
364	0,317000	0	0,000000	364	0,317000	
Paulo Roberto Leke						
001.986.760-34		Não	Não	30/04/2018		
Não						
1.915	1,665000	0	0,000000	1.915	1,665000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
TOTAL						
115.000	100,000000	0	0,000000	115.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
Espolio Lew Ceitlin						
000.478.640-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	25/03/2006		
Não						
81	0,020000	0	0,000000	81	0,020000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,980000	0	0,000000	450.590	99,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
HERCULES PARTICIPAÇÕES SOCIEDADE SIMPLES LTDA				88.145.669/0001-12		
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA						
87.431.490/0001-69	BRASILEIRA-RS	Não	Sim	30/04/2018		
Não						
400.000	100,000000	0	0,000000	400.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
400.000	100,000000	0	0,000000	400.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04		
Maria Vitoria Hess						
440.186.307-00	Brasileira-RS	Não	Não	12/07/2017		
Não						
364	0,317000	0	0,000000	364	0,317000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
112.721	98,018000	0	0,000000	112.721	98,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Paulo Roberto Leke						
001.986.760-34	Brasileira-RS	Não	Não	12/07/2017		
Não						
1.915	1,665000	0	0,000000	1.915	1,665000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.				86.816.527/0001-04	
TOTAL					
115.000	100,000000	0	0,000000	115.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ELECE ADM E PARTICIPAÇÕES LTDA				87.431.490/0001-69		
Espolio Lew Ceitlin						
000.478.640-87	BRASILEIRA-RS	Não	Não	25/03/2006		
Não						
81	0,018000	0	0,000000	81	0,018000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Michael Lenn Ceitlin						
295.996.600-72	Brasileira-RS	Não	Sim	12/07/2017		
Não						
450.590	99,982000	0	0,000000	450.590	99,982000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
450.671	100,000000	0	0,000000	450.671	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

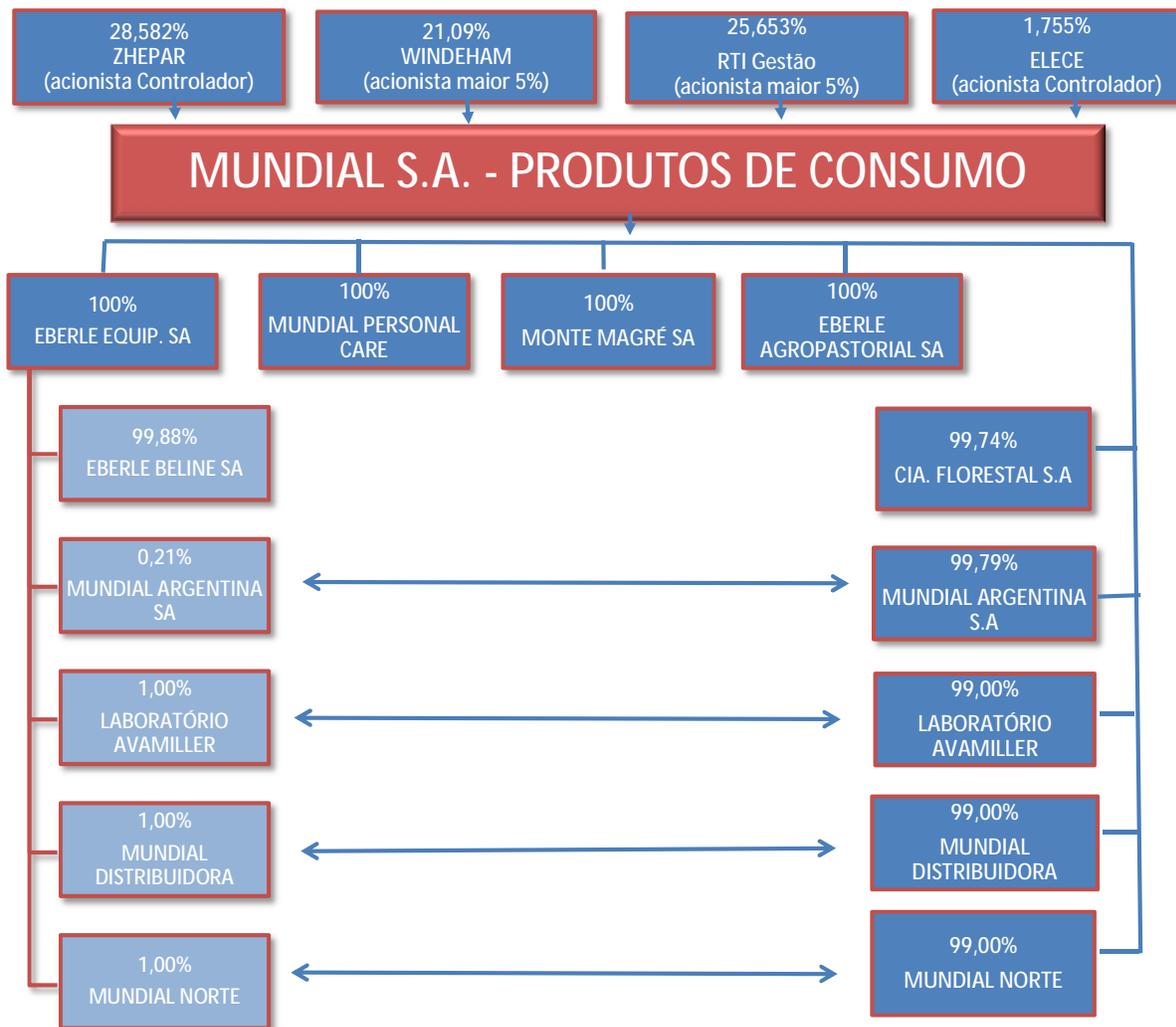
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.648
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	67
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	52

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.666.331	67,183723%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	1.666.331	67,183723%

ORGANOGRAMA DOS ACIONISTA E GRUPO ECONÔMICO



Data base: 30/04/2018

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há acordos de acionistas arquivados na sede do emissor que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

INFORMAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

A Acionista Controladora ZHEPAR Participações Ltda. adquiriu, em março de 2016, 186.200 (cento e oitenta e seis mil e duzentas) ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da Companhia anteriormente pertencentes à Hercules S/A Fábrica de Talheres. As referidas ações foram adquiridas em leilão de venda de ações, realizado na BM&FBOVESPA, por força de ordem judicial. A acionista declarou que a referida aquisição não tem por objetivo alterar a composição do controle acionário ou a estrutura administrativa da Companhia e não tem firmado qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão dessa Companhia.

CATEGORIA	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
ACIONISTAS						
Acionista com mais de 5%	1.159.240	46,74%	1.003.624	40,46%	768.158	30,97%
Acionistas Controladores	753.417	30,38%	753.417	30,38%	825.967	33,30%
Administradores	59.732	2,41%	60.913	2,46%	60.913	2,46%
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	507.091	20,45%	661.526	26,67%	824.442	33,24%
TOTAL AÇÕES	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2017

a. Evento 2

Aquisição de empresa no exterior.

b. principais condições do negócio:

Adquirida empresa situada no Porto Livre de Montevideo (Uruguai), para futura abertura de uma subsidiária. A nova subsidiária será controlada pela Mundial S/A – Produtos de Consumo, com o objetivo de incrementar a comercialização internacional na América Latina, aumentando as operações de importação e distribuição regional e internacional dos produtos da Mundial S/A – Produtos de Consumo, sob as marcas Mundial, Hercules e Eberle, bem como eventuais marcas e sub-marcas a serem criadas.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações no quadro acionário da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

DEPOIS	Participação	
	Direta	Indireta
Mundial Uruguai	100%	

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

A aquisição foi deliberada e aprovada em Reunião do Conselho realizada em 30/08/2017.

15.7 - Principais operações societárias

a. Evento 1

Alienação de participação nas subsidiárias Mundial INC e Mundial Asia.

b. principais condições do negócio:

Em janeiro de 2017, a Companhia assinou Contrato de Venda com a ZHEPAR PARTICIPAÇÃO LTDA, através de sua Controlada EBERLE EQUIPAMENTOS E PROCESSOS S.A, onde efetuou a venda dos investimentos indiretos, duas subsidiárias Mundial Asia e Mundial INC, pelo valor total de R\$ 8.251.967,60.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua Controlada EBERLE EQUIPAMENTO E PROCESSOS S.A e acionista ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações no quadro acionário da Companhia.

e. quadro societário antes e depois da operação:

ANTES	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100%	
Mundial INC		100%
Mundial ASIA		100%

DEPOIS	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100%	
Mundial INC		0%
Mundial ASIA		0%

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Proposta apresentada para os acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2016.

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2016

a. Evento 1

Alienação ações da Companhia.

b. principais condições do negócio:

O Acionista Hercules S.A – Fábrica de Talheres, em atendimento ao artigo 12 da instrução CVM 358/2002, por força de decisão judicial do Juízo da 16 Vara de Porto Alegre/RS alienou o total de 258.750 ações ordinárias (BM&FBovespa: MNDL3) de emissão da MUNDIAL S/A – PRODUTOS DE CONSUMO, correspondentes à 10,43% das ações ordinárias e, portanto, do capital total.

A alienação foi efetivada no pregão da BM&FBOVESPA, em leilões realizados em 09/03/2016 e 17/03/2016.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, HERCULES S.A – FÁBRICA DE TALHERES, ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA..

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação resultou alterações na participação do controlador.

CATEGORIA	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
ACIONISTAS						
Acionista com mais de 5%	1.003.624	40,46%	768.158	30,97%	659.751	26,60%
Acionistas Controladores	753.417	30,38%	825.967	33,30%	825.967	33,30%
Administradores	59.732	2,41%	60.913	2,46%	61.534	2,48%
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	662.707	26,72%	824.442	33,24%	932.228	37,59%
TOTAL AÇÕES	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

e. quadro societário antes e depois da operação:

15.7 - Principais operações societárias

Quadro Societário antes da alienação		
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	259.750	10,47%
Zhepar Participações	522.707	21,07%
Outros	1.697.803	68,45%
TOTAL	2.480.260	100,00

Quadro Societário depois da alienação		
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%
Hercules S.A - Fábrica de Talheres	1.000	0,04%
Zhepar Participações	708.907	28,58%
Outros	1.770.353	71,38%
TOTAL	2.480.260	100,00

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

A alienação foi efetivada em leilão ocorrido no pregão da BM&FBOVESPA.

a. Evento 2

Aumento do Capital Social na Controlada Eberle Equipamentos e Processos S.A

b. principais condições do negócio:

Em 29 de agosto de 2016, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital na coligada Eberle Equipamentos e Processos, no valor de R\$ 2.950, através da transferência do investimento na empresa Mundial INC.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua Controlada Eberle Equipamentos S.A e a subsidiária Mundial Inc.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Antes

15.7 - Principais operações societárias

	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100,00	-
Mundial Inc	100,00	-

Depois

	% de participação	
	Direta	Indireta
Eberle Equipamentos e Processos S.A	100,00	-
Mundial Inc		100,00

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não há.

a. Evento 3

Aquisição de participação subsidiária Mundial Co.

b. principais condições do negócio:

Em fevereiro de 2016, a subsidiária Mundial Asia adquiriu 30% da participação pertencente a Joint Best Holdings Limited na Mundial Co, tornando-se a única controladora.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua subsidiária Mundial Co.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

	ANTES		DEPOIS	
	% de participação		% de participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mundial Co		- 70,00		- 100,00

15.7 - Principais operações societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acio

Não há.

a. Evento 4

Aumento de capital social na coligada Mundial Argentina.

b. principais condições do negócio:

Em outubro de 2016, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia o aumento de capital na coligada Mundial Argentina, no montante R\$ 14.628, através de integralização de capital do saldo credor detido pela Companhia a receber da Mundial Argentina S.A.

c. Sociedades envolvidas

A Companhia, sua coligada Mundial Argentina.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

A operação não resultou alterações na participação do controlador.

e. quadro societário antes e depois da operação:

	ANTES		DEPOIS	
	% de participação Direta	% de participação Indireta	% de participação Direta	% de participação Indireta
Mundial Argentina	96,91	- 3,09	99,79	- 0,21

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

Não há.

Exercício 2015

Não houve incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras informações relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2016, foi aprovada a alienação das subsidiárias Mundial INC e Mundial Ásia ambas controladas diretamente pela Eberle Equipamentos e Processos S.A, empresa com 100% de participação na Companhia, conforme proposta de aquisição apresentada à Companhia pela ZHEPAR Participações Ltda.

A alienação foi realizada em 23 de janeiro de 2017 através de Contrato de Compra e Venda.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Práticas quanto à realização de Transações com partes relacionadas adotadas pela Companhia.

Apesar de não ter uma Política formal quanto a realizações de transações com partes relacionadas, a Administração da Companhia fiscaliza e monitora as regras e práticas de governança, visando assegurar que qualquer transação com parte relacionada seja realizada com plena independência e absoluta transparência, sempre para o melhor interesse da Companhia e obedecendo as recomendadas e exigências da legislação em vigor que orienta sobre o assunto, tais como: A Lei das S.A. proíbe conselheiros e diretores de:

- (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia;
- (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de Assembleia geral; e
- (iii) intervirem qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No Estatuto Social na Companhia, Art. 13, f. VI, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre quaisquer contratos com membro da Diretoria, do Conselho de Administração, ou ainda com partes relacionadas.

A realização de negócios relevantes com quaisquer partes relacionadas é submetida a aprovação pelo Conselho de Administração.

Dentre as transações realizadas podemos destacar que a Companhia, no curso normal dos seus negócios, realiza operações que decorrem de transações com suas controladas e outras partes relacionadas de empresas no Brasil e no exterior.

Os principais saldos de ativos e passivos em 2017 e 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre entidades controladas e outras partes relacionadas.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços são realizadas em condições específicas acordadas entre as empresas da Companhia e levam em consideração os volumes de operações, a periodicidade das transações e a segmentação do processo interno de produção dentro do grupo. Tais transações, dadas as suas características específicas, não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES	13/12/2013	324.582.166,34	R\$ 324.582.166,34	Sim	Debêntures perpétuas.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Emissão de Debêntures						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Vencimento, na sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.						
Natureza e razão para a operação	Debêntures perpetuas sem atualização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL Co.	01/01/2015	264.635,10	R\$ 18.765,82	Sim	Um ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada Indireta						
Objeto contrato	Vendas de Mercadorias						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias realizados em 2017 e saldo a receber em 2017 atualizada pela variação cambial						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
HERCULES S/A FÁBRICA DE TALHERES	27/01/1986	10.058.636,10	R\$ 10.058.636,10	Não é possível aferir	Contrato renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	06/01/2009	32.897.008,79	R\$ 32.897.008,79	Não é possível aferir.	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL PERSONAL CARE	01/12/2010	3.346.896,54	R\$ 3.346.896,54	Não é possível aferir.	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração, somente variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ZHEPAR PARTICIPAÇÕES LTDA.	31/01/2014	206.176,42	R\$ 206.176,42	sim	204 meses a contar de junho de 2014.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista Controlador						
Objeto contrato	Contrato de mútuo com prazo determinado.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Transferencias de numerários atualizada por IPCA + 1%a.m.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mundial Norte Distr. de Produtos de Consumo Ltda	01/04/2013	527.278,28	R\$ 527.278,28	Não é possível aferir	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Eberle Equipamentos e Processos S/A	29/04/1986	12.256.091,35	R\$ 12.256.091,35	Não é possível aferir.	Contrato renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	01/12/2010	102.025.953,56	R\$ 102.025.953,56	Não é possível aferir	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CIA FLORESTAL	31/12/2002	1.280.000,01	R\$ 1.280.000,01	Sim	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eberle Bellini	02/01/1990	5.359.906,37	R\$ 5.359.906,37	Sim	Contratos renováveis anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
EBERLE AGROPASTORIL	30/06/1990	2.194.053,54	R\$ 2.194.053,54	Sim	Contratos renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MONTE MAGRÉ	02/09/1986	31.958.121,17	R\$ 33.958121,17	Sim	Contratos renovados anualmente	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Mundial Norte Distr. de Produtos de Consumo Ltda	01/01/2015	195.716,57	Não existe saldo em 31/12/2017.	sim	1 ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas efetuadas durante 2017.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Laboratório Avamiller de Cosméticos Ltda	01/01/2015	5.415,45	não há	não é possível aferir	um ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Vendas de mercadorias						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	vendas efetuadas em 2017.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Eberle Equipamentos e Processos S/A	01/01/2015	0,00	R\$ 15.185,78	Sim	1 ano.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Mundial Distribuidora de Produtos de Consumo	01/01/2015	93.682.577,98	R\$ 27.039.226,64	não é possível aferir	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadoria						
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas efetuadas em 2017.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL PERSONAL CARE	01/01/2015	0,00	R\$ 1.654.145,97	não é possível aferir	um ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias.						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias realizadas em 2017 e saldo a receber em 2017, atualizada pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
MUNDIAL ARGENTINA	01/01/2015	2.863.136,95	R\$ 6.457.769,61	Não é possível aferir.	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Venda de mercadorias						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias realizadas em 2017 e saldo a receber em 2017 atualizados pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL Inc.	30/09/2003	783.858,30	R\$ 783.858,30	Sim	Contrato renovados anualmente.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	caracterizado como conta corrente com prazo indeterminado.						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	A natureza das operações decorrem de transferências de numerários com finalidade de captação de recursos. Sem remuneração, somente variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL Co.	01/01/2015	0,00	R\$ 8.466,53	sim.	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Compra de mercadorias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Compra de mercadorias realizadas em 2017 e saldo a receber em 2017 atualizados pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MUNDIAL INC	01/01/2015	3.297.123,84	R\$ 3.817.387,85	Não é possível aferir	um ano	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta						
Objeto contrato	Venda de mercadoria.						
Garantia e seguros	sim						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação	Vendas de mercadorias realizadas em 2017 e saldo a receber em 2017 atualizado pela variação cambial.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse;**

As transações entre a Companhia e as partes relacionadas obedecem ao que determina o artigo 245 da Lei 6.404/76 da Lei das Sociedades Anônimas, como forma de lidar com os conflitos de interesses e como tratar Subsidiárias, Coligadas e Controladas.

A Diretoria Executiva e todos os colaboradores da empresa estão comprometidos com o Código de Conduta Ética da Companhia, que previne a Companhia contra qualquer tomada de decisão que possa ocasionar conflito de interesses. Assim, todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que envolvem partes relacionadas, devem ser submetidas à Administração.

Em conformidade com a Lei de Sociedade por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia esta impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia, bem como nos casos de reestruturações societárias envolvendo partes relacionadas a Administração da Companhia assegura que será dado tratamento equitativo para todos os seus acionistas através da aprovação por meio assembleias.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou pagamento compensatório adequado.

As transações e os negócios efetuados com partes relacionadas, com Coligadas e Controladas seguem os padrões de mercado e são amparadas somente pelo estrito interesse da Companhia entre as partes relacionadas. A Companhia não tem como comprovar a comutatividade das operações a não ser divulgando no item 16.2 os dados dessas transações para a devida verificação pelos investidores e demais interessados.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante fornecer além das que já foram informadas nesta seção.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
22/03/2013	43.794.105,18		2.480.260	0	2.480.260

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
22/03/2013	297.631.213	0	297.631.213	2.480.260	0	2.480.260

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do Capital Social da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

Não existem informações relevantes para esta seção.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do Lucro Líquido ajustado.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	não há
Outras características relevantes	A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos, ou que os obriguem à realizar oferta pública.

Conforme o Art. 13, letra “g” do Estatuto Social da Companhia o Conselho de Administração além dos poderes que a lei lhe confere, terá as seguintes atribuições no que se refere ao cumprimento da realização de oferta pública:

“g) deliberar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações, bem como debêntures não conversíveis em ações, dentro do limite de capital autorizado estabelecido no art. 7º deste Estatuto, podendo ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei”

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos descritos no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	821.524	14,00	10,52	R\$ por Unidade	11,90
30/06/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.607.711	14,80	12,00	R\$ por Unidade	13,09
30/09/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	838.059	17,99	13,20	R\$ por Unidade	15,39
31/12/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.278.967	23,97	17,98	R\$ por Unidade	20,49

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/06/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.446.915	9,24	4,60	R\$ por Unidade	7,14
30/09/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.470.035	12,20	8,50	R\$ por Unidade	10,16
31/12/2016	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	670.328	11,90	8,50	R\$ por Unidade	10,26

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.363.723	8,70	11,05	R\$ por Unidade	0,00
31/03/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	358.856	7,47	4,65	R\$ por Unidade	6,34
30/06/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	269.423	5,67	4,72	R\$ por Unidade	5,15
30/09/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	188.589	6,00	3,40	R\$ por Unidade	4,47
31/12/2015	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	490.909	6,23	3,50	R\$ por Unidade	5,34

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

O Mercado Brasileiro em que os Valores mobiliários são negociáveis é na BM&BOVESPA S/A – Bolsa de Valores, mercadorias e futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

As ações da Companhia não são negociadas em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos exercícios.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta secção.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aquisições, cancelamentos ou alienações das ações mantidas em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

CATEGORIA	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	Ações ON	%	Ações ON	%	Ações ON	%
ACIONISTAS						
Ações em tesouraria	780	0,03%	780	0,03%	780	0,03%
OUTROS	2.479.480	99,97%	2.479.480	99,97%	2.479.480	99,97%
TOTAL GERAL	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%	2.480.260	100,00%

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação como reserva de capital.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 26/01/2012

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função Os Administradores, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características e locais de consulta

A comunicação da negociação deve ser comunicada à CVM, à Companhia e, se for o caso, à Bolsa de Valores e ao Mercado de Balcão nas quais os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, conforme modelo de formulário que constitui o Anexo III do Manual de Normas sobre Política de Divulgação e Uso de Informações sobre Ato ou Fato relevante e de Negociação de valores Mobiliários, a sua posição acionária indicando a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da companhia e de sociedades controladas ou controladoras, que sejam companhias abertas, de que sejam titulares, seja em nome próprio, seja em nome de Pessoas Ligadas, bem como as alterações nessas posições.

A comunicação à CVM deverá ser efetuada (i) imediatamente após a investidura no cargo e (ii) no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do mês em que se verificar alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é a pessoa responsável pela execução e acompanhamento das políticas de divulgação e uso de informações.

20.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relacionadas às movimentações de valores mobiliários da Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012.

O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está à disposição no site da Companhia em www.mundial.com .

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Procedimentos Internos para Informar e Divulgar Ato ou Fato Relevante

Todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante sobre a Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de Informações Relevantes e na negociação de valores mobiliários da Companhia, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores que, nos termos deste Manual, é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos, e sua divulgação à imprensa, as reuniões com entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, relativas a matéria que possa consubstanciar Informação Relevante, deverão contar com a presença do Diretor de Relações com Investidores ou de outra pessoa indicada para este fim. Caso contrário, deverão ter o seu conteúdo reportado ao Diretor de Relações com Investidores, naquilo que possa consubstanciar Informação Relevante, visando a que a eventual Informação Relevante seja divulgada simultaneamente ao mercado.

A Companhia adotou em seu Código de Conduta capítulo específico para tratar da divulgação e uso de informações a serem divulgadas, é dever de todos os funcionários e prestadores de serviços da Companhia zelar pela imagem institucional, reputação empresarial, marcas e produtos da Mundial S/A, sendo assim:

Não é permitido aos acionistas controladores, administradores (Conselheiros e Diretores) e membros do Conselho Fiscal e Consultivo ou ainda por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na empresa, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante a negociação de valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da empresa, é vedada as negociações com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciadas, pela própria empresa aberta;
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da empresa ou a eles referenciados;
- Idêntica vedação se aplica também aos administradores que se afastem da administração da empresa antes da divulgação pública de negócio ou fato

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento;

- Transacionar qualquer valor mobiliário de emissão da empresa ou a eles referenciado no período de 15 (quinze) dias que antecede a divulgação das informações trimestrais e anuais.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A política de divulgação de ato ou fato relevante, os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e a política de negociação de valores mobiliários adotada pela Companhia foram atualizadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de janeiro de 2012, e divulgadas ao mercado pelo sistema IPE no site da CVM em 17 de fevereiro de 2012. O Manual de Normas sobre Política de Divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários está a disposição no site da Companhia em: www.mundial.com.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante tem por objetivo assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações. Desta forma, impede-se o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria companhia.

Cumpra aos administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes de órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da companhia, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante sobre a Companhia o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo (Instrução CVM nº 358/02, artigo 8º). Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, o Diretor de Relações com Investidores da Companhia deverá ser contatado a fim de sanar a dúvida.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores juntamente com o Diretor Administrativo são os responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes.